

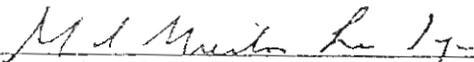
"Teoria dos Preços de Produção e o Princípio
da Demanda Efetiva".

Franklin Leon Peres Serrano

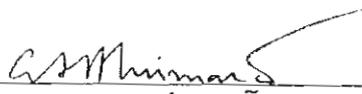


TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS (M.Sc.)

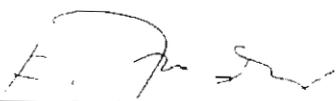
Aprovada por:



Ricardo de Mendonça Lima Tolipan
(Presidente da Banca)



Eduardo Augusto Guimarães



Edward Joaquim Amadeo Swaelen

Rio, agosto de 1988

Í N D I C E

A TEORIA DOS PREÇOS DE PRODUÇÃO E O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA

I. INTRODUÇÃO

II. MÉTODOS DE ANÁLISE

- II.1 Introdução
- II.2 Equilíbrio estático de longo prazo
- II.3 Equilíbrio dinâmico de longo prazo
- II.4 Posições normais
- II.5 Trajetórias de crescimento em condições de tranquilidade
- II.6 Mudanças e Comparações

III. TEORIAS DA DISTRIBUIÇÃO

- III.1 Introdução
- III.2 Salários nominais e reais
- III.3 Demanda efetiva e distribuição
- III.4 Grau de monopólio e preços de produção
- III.5 Taxa de juros e taxa de lucro
- III.6 Exogeneidade e separação

IV. TEORIAS DA ACUMULAÇÃO

IV.1 Introdução

IV.2 Fronteiras de lucros e salários

IV.3 A taxa de lucro em quatro modelos

IV.4 Estruturas de gasto, distribuição e produção

IV.5 Preços de produção e demanda efetiva

V. CONCLUSÃO

APÊNDICES

A. Sobre um teorema de Kalecki

B. A definição da taxa de lucro

C. Tentativas de síntese

D. A equação de Cambridge e seus críticos

E. Keynes e a relação entre taxa de juros e taxa de lucro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

R E S U M O

Esta dissertação discute a questão da integração entre a Teoria dos Preços de Produção de Sraffa e o Princípio da Demanda Efetiva de Keynes e Kalecki, através de uma resenha crítica dos principais modelos de distribuição e acumulação a longo prazo das escolas Neoricardiana (baseados na teoria dos preços de produção) e Neokeynesiana (baseados no princípio da demanda efetiva) apresentados como formas alternativas de determinar a taxa de lucro num modelo macroeconômico.

A B S T R A C T

This dissertation studies the problem of integrating Sraffa's Theory of Prices of Production and Keynes and Kalecki's Principle of Effective Demand. This is done by means of a critical survey of the main Neoricardian (based on the theory of prices of production) and Neokeynesian (based on the principle of effective demand) theories of distribution and accumulation in the long run which presents them as alternative ways of determining the rate of profits in a macroeconomic model.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1. O objetivo do presente trabalho é discutir a questão da integração analítica entre a Teoria dos Preços de Produção, desenvolvida por P. Sraffa (1) e o Princípio da Demanda Efetiva, proposto por Keynes e Kalecki (2), a partir de uma resenha crítica do debate recente sobre modelos de acumulação e distribuição a longo prazo das tradições Neoricardiana (baseados na Teoria dos Preços de Produção) e Neokeynesiana (baseados no Princípio da Demanda Efetiva) (3).

A tese procura apresentar, de forma simples, os principais modelos alternativos propostos pelas duas escolas, bem como, suficientes indicações bibliográficas para que possa servir como exposição introdutória a este debate.

2. Nosso argumento central é que a integração teórica entre a Teoria dos Preços de Produção e o Princípio da Demanda Efetiva só pode ser efetuada satisfatoriamente em modelos com distribuição exógena e que fazem do produto potencial a variável básica de ajuste a longo prazo, isto é, nos quais o nível estrutural de demanda efetiva determina a capacidade produtiva da economia.

3. No entanto, como a Teoria dos Preços de Produção está basicamente ligada ao pensamento Neoricardiano e o Princípio da Demanda Efetiva à escola Neokeynesiana esta integração teórica corre o risco de ser inconsistente ou meramente formal, se não for levado em conta que os métodos de análise destas duas escolas são radicalmente diferentes. Estas diferenças são reflexo de visões alternativas e irreconciliáveis, tanto sobre o funcionamento geral da economia capitalista, quanto sobre qual o instrumental analítico mais adequado para a ciência econômica.

4. As diferenças de método entre Neoricardianos e Neokeynesianos se encontram principalmente em dois níveis. Num plano mais geral, as duas escolas de pensamento têm estruturas analíticas totalmente distintas. As teorias Neokeynesianas têm seu ponto de partida no estudo das decisões dos agentes econômicos individuais em condições de incerteza não-probabilística.

As teorias Neoricardianos, por sua vez, são baseadas na noção de excedente, comum a Marx e aos economistas clássicos. Por outro lado, as duas tradições adotam, também, diferentes noções de equilíbrio de longo prazo. Enquanto as Neoricardianos utilizam a noção tradicional de equilíbrio de longo prazo es tático, os Neokeynesianos utilizam o conceito mais moderno de equilíbrio de longo prazo dinâmico.

5. Como consequência disto, a integração analítica entre a Teoria dos Pre ços de Produção e o Princípio da Demanda Efetiva fica necessariamente restr ta a duas alternativas possíveis: ou partir da Teoria dos Preços de Produ ção e desenvolver uma versão do Princípio da Demanda Efetiva consistente com o método de análise Neoricardiano; ou, então, partir do Princípio da Deman da Efetiva e reinterpretar a Teoria dos Preços de Produção de forma coeren te com o método de análise Neokeynesiano. Uma síntese eclética entre teo rias e métodos Neoricardianos e Neokeynesianos evidentemente não faz o menor sentido lógico. A integração teórica entre Preços de Produção e Deman da Efetiva só pode ser válida se ambas as teorias estão expressas consisten temente no mesmo método de análise.

6. A questão da integração entre a Teoria dos Preços de Produção e o Prin cípio da Demanda Efetiva envolve, portanto, uma definição prévia do Método de Análise no qual esta integração será pensada. As diferenças entre os mé

..!..

todos Neoricardiano e Neokeynesiano e suas principais implicações para a questão da integração entre Preços de Produção e Demanda Efetiva serão examinados no Capítulo II.

7. A integração teórica propriamente dita será tratada nos Capítulos III e IV a partir de uma resenha crítica dos principais modelos de longo prazo propostos no âmbito das escolas Neoricardiana e Neokeynesiana para a determinação da taxa geral de lucros, por ser esta uma variável que expressa e sintetiza, simultaneamente, o estado da distribuição de renda e o andamento do processo de acumulação numa economia capitalista.

8. Ao longo destes capítulos, as diversas teorias da taxa de lucros serão examinadas e comparadas com a ajuda de modelos drasticamente simplificados, reduzidos a, apenas, suas relações mais básicas, tanto por motivos didáticos quanto para manter toda a atenção nos elementos que dizem respeito à questão específica que iremos analisar. Assim, como Neoricardianos e Neokeynesianos não discordam de forma significativa quanto à teoria dos preços relativos propriamente dita nem quanto aos determinantes das quantidades produzidas de insumos intermediários, vamos estudar as diversas teorias dos lucros através de modelos com indústrias verticalmente integradas. Da mesma forma, como as divergências entre as teorias das duas escolas não estão relacionadas a aspectos ligados à composição setorial da estrutura produtiva, serão utilizados modelos agregados de uma economia que produz um só bem a partir de trabalho e capital fixo. (4)

..//..

9. A taxa de lucro bruto (5) em modelos deste tipo, pode ser desdobrada a partir da seguinte identidade contábil:

$$[1] \quad r \equiv \frac{P}{K}$$

$$r \equiv \frac{P.}{Y} \cdot \frac{Y.}{Y^*} \cdot \frac{Y^*}{K}$$

ou

$$r \equiv (1 - w) \cdot u \cdot R$$

Onde:

P. Massa de lucros

Y. Produto efetivo

Y* Capacidade produtiva

K. Estoque de capital fixo

$0 < (1 - w) \leq 1$ - Parcela dos lucros no produto

$u > 0$ - Grau de utilização da capacidade produtiva (6)

$R > 0$ - Relação técnica Produto Potencial/
Estoque de Capital (7)

A identidade [1] mostra que a taxa de lucro é, por definição, igual à parcela dos lucros no produto multiplicada pelo grau de utilização e pela relação técnica Produto Potencial/Capital.

.../...

10. Supondo, como faremos neste trabalho, que a relação Produto / Capital é determinada por condições técnicas exógenas, uma teoria completa da taxa de lucro significa neste contexto uma explicação para a parcela dos lucros e para os níveis de Produto Efetivo e Potencial. A discussão sobre as teorias da taxa de lucro pode, então, ser separada (apesar de haver, evidentemente, inter-relações entre estes dois termos) em teorias que explicam a parcela dos lucros no produto e teorias que apresentam os determinantes do nível e das relações entre Produção Efetiva e Capacidade Produtiva, ou seja, entre Teorias da Distribuição e Teorias da Acumulação. (8)

11. Neste sentido, nosso estudo sobre a integração teórica entre Preços de Produção e Demanda Efetiva será feito da seguinte forma: No Capítulo III os temas ligados à Teoria dos Preços de Produção serão explorados a partir da discussão sobre as várias teorias da distribuição, isto é, dos modelos Neoricardianos e Neokeynesianos de determinação da parcela dos lucros. Os temas associados ao princípio da Demanda Efetiva serão examinados através do estudo das relações entre teorias da distribuição e teorias da acumulação, ou seja, da parcela dos lucros e da produção efetiva potencial que configuram conjuntamente os modelos Neoricardianos e Neokeynesianos de determinação da taxa de lucros.

No Capítulo Final, concluímos com a indicação de algumas das principais implicações da argumentação precedente. Digressões sobre temas específicos serão feitas nos Apêndices.

S.1..

NOTAS

=====

- (1) Sraffa (1960)
- (2) Keynes (1936) e Kalecki (1954)
- (3) Estamos considerando como autores Neoricardianos e Neokeynesianos típicos os principais representantes destas duas escolas, ou seja, respectivamente, Pierangelo Garegnani e Joan Robinson, assim como seus seguidores. Joan Robinson utiliza também o termo " PÓS-Keynesiano ", enquanto Garegnani usa o termo " Abordagem do Excedente " e rejeita o rótulo Neoricardiano por considerar que este último tem conotações pejorativas ligadas ao debate sobre a relação entre Marx, Ricardo e Sraffa (Garegnani (1979)). O critério adotado para escolher os temas Neoricardiano e Neokeynesiano foi apenas o seu uso difundido que os torna convenientes, e não implica em si nenhuma tomada de posição sobre qualquer questão substantiva.
- (4) As hipóteses gerais comuns a todos os modelos que serão apresentados são as seguintes:
- a) A economia é fechada e não se discutem os gastos do governo;
- b) A tecnologia é descrita pelas seguintes relações:
- $$Y^* = R.K \quad e \quad L = b.Y$$
- Onde L é o nível de emprego e b é o coeficiente de mão-de-obra por unidade de produto. A tecnologia tem proporções fixas, retornos constantes de escala, não há escassez de mão-de-obra e os recursos naturais são bens livres;
- c) Os salários são pagos no final do processo de produção e venda, e, portanto, não há necessidade de um fundo de salários. Esta hipótese, junto com a de integração vertical, permite eliminar totalmente o capital circulante (Ver Apêndice B).
- (5) Todas as magnitudes discutidas em todos os modelos serão sempre tomadas em termos brutos, isto é, antes de calculada a depreciação.
- (6) Em princípio, $u = 1$ significa utilização normal e não necessariamente plena ou máxima; logo, u pode assumir valores maiores que $\frac{1}{2}$.
- (7) Esta relação (R) corresponde em nosso esquema ao que Sraffa (1960 Capítulo 3) chama de taxa máxima de lucro, isto é, a taxa de lucro que é obtida quando os salários são nulos ($(1-w) = 1$) e a utilização da capacidade é normal ($u = 1$), pois neste caso todo o produto potencial vai para os lucros.
- (8) Esta separação não pode ser mantida na análise do que vamos chamar de modelo de Kaldor pois nele os preços e quantidades são determinados simultaneamente, e a distribuição é determinada pela acumulação.

CAPÍTULO II - MÉTODOS DE ANÁLISE

- II.1 INTRODUÇÃO
- II.2 EQUILÍBRIO ESTÁTICO DE LONGO PRAZO
- II.3 EQUILÍBRIO DINÂMICO DE LONGO PRAZO
- II.4 POSIÇÕES NORMAIS
- II.5 TRAJETÓRIAS DE CRESCIMENTO EM CONDIÇÕES DE
TRANQUILIDADE
- II.6 MUDANÇAS E COMPARAÇÕES

II.1 INTRODUÇÃO

12. Os autores Neoricardianos e Neokeynesianos em geral interpretam de forma distinta o significado econômico e as condições de validade de modelos de longo prazo de acumulação e distribuição. Para a maior parte dos Neokeynesianos, estes modelos descrevem as propriedades de "Trajetórias de Crescimento em Condições de Tranquilidade", e são de validade e aplicação bastante limitadas. Os Neoricardianos, por outro lado, tendem a interpretar os mesmos modelos como sendo referidos a "Posições Normais" da economia e os vêem como válidos sob hipóteses bem mais gerais.

13. O objetivo deste Capítulo é fazer uma análise comparativa do método Neokeynesiano das Trajetórias de Crescimento em Condições de Tranquilidade, e do método Neoricardiano das Posições Normais, mostrando suas principais diferenças e implicações quanto à questão da integração entre a Teoria dos Preços de Produção e o Princípio da Demanda Efetiva.

Tentaremos mostrar que as diferenças entre estes dois métodos de análise se devem em parte à adoção de uma noção geral de equilíbrio de longo prazo específica por cada uma destas escolas e em parte a características das estruturas analíticas que fundamentam as teorias Neoricardianas e Neokeynesianas. Desta forma, o método Neokeynesiano das Trajetórias de Tranquilidade pode ser visto como uma adaptação da Noção de Equilíbrio Dinâmico de Longo Prazo para o contexto de uma estrutura analítica baseada na noção de incerteza não-probabilística, enquanto o método Neoricardiano das Posições Normais seria o resultado da combinação do conceito de equilíbrio estático de longo prazo com uma estrutura analítica ligada ao conceito clássico-marxista de excedente.

14. As duas próximas seções (2 e 3) apresentam, respectivamente, o conceito tradicional de Equilíbrio Estático de Longo Prazo e a Noção de Equilíbrio Dinâmico de Longo Prazo, desenvolvida nas últimas décadas. Segue-se uma discussão sobre o método Neoricardiano das Posições Normais (seção 4) e a análise do método Neokeynesiano das trajetórias de tranquilidade (seção 5). O Capítulo se encerra (seção 6) com uma comparação entre os dois métodos de análise.

II.2 EQUILÍBRIO ESTÁTICO DE LONGO PRAZO

15. O conceito que estamos chamando de Equilíbrio Estático de Longo Prazo consiste num conjunto de características metodológicas comuns às teorias das mais diversas escolas de pensamento para a análise teórica dos efeitos gerais de mudanças permanentes na estrutura do sistema econômico. Esta noção tradicional de Equilíbrio de Longo Prazo foi adotada pela grande maioria dos teóricos desde o final do século XVIII, até os anos 30 deste século, dos economistas clássicos, passando por Marx e os economistas marxistas, até os marginalistas (e talvez incluindo o próprio Keynes) (1).

16. O termo estático diz respeito ao objeto de análise, ou seja, à pergunta básica que a análise formal busca responder. A análise estática procura explicar o estado em que a economia se encontra num dado período, sem referência ao processo pelo qual a economia evolui ao longo do tempo (entre os diversos períodos). O traço principal desta abordagem é, portanto, o caráter auto-contido dos períodos de análise, que não guardam a priori nenhuma relação formal necessária com os períodos anteriores e subsequentes.

Este caráter auto-contido de cada período torna a análise estática totalmente independente de mudanças entre os períodos, no sentido em que as relações teóricas dentro do período continuam válidas seja qual for a trajetória ou processo de mudança da economia.

17. A idéia de equilíbrio neste contexto possui dois sentidos distintos. Em primeiro lugar, significa definir relações lógicas de causalidade (com ou sem interdependências) entre um conjunto de variáveis exógenas e as variáveis endógenas. Além disso, significa separar os determinantes estruturais perma

entes e sistemáticos dos conjunturais, temporários e aleatórios, abstraindo-se destes últimos. Desta maneira, as causas estruturais ou permanentes determinam os preços e quantidades de equilíbrio, que em geral não serão iguais aos preços e quantidades efetivamente observados no mercado devido à influência das causas conjunturais. (2)

18. O conceito de longo prazo por sua vez não tem nenhuma relação direta com a duração cronológica do período de análise (que pode ser escolhido arbitrariamente pequeno ou grande) e sim com a consideração de certo tipo de fenômeno econômico como de natureza intrinsecamente conjuntural ou temporária. Tradicionalmente, a teoria econômica tem considerado reajustes relativos (e não agregados) entre demanda e oferta nos diversos setores dos mercados de produto, bem como as diferenças entre as técnicas de produção utilizadas e as técnicas mais eficientes entre as de acesso difundido (chamadas de técnicas dominantes) como desajustes tipicamente conjunturais ou de curto prazo que devem ser ignorados em análises estruturais ou de longo prazo.

Por este motivo, as posições de equilíbrio de longo prazo são posições que descrevem situações onde não há desajustes setoriais entre demanda e oferta nem entre as técnicas efetivamente adotadas e as técnicas dominantes.

Isto não quer dizer postular que estes desequilíbrios não ocorram no mundo real. Significa apenas que a análise de longo prazo se restringe a estudar os efeitos de mudanças na economia que ocorreriam independentemente da presença destes desajustes. (3)

19. É a abstração dos desajustes entre a composição da demanda e da oferta e entre as técnicas utilizadas e as dominantes que faz com que as posições de equilíbrio estático de longo prazo correspondentes a economias compe

.../...

titivas, nas quais não há obstáculos à plena mobilidade intra e intersetorial do capital, sejam caracterizadas pela vigência de uma taxa de lucro uniforme sobre o investimento bruto, assim como pela uniformidade de preços de todos os produtos semelhantes, das rendas dos meios de produção não-reproduzíveis de mesma qualidade e dos salários de trabalhadores considerados de igual qualificação. (4)

20. Mesmo numa economia plenamente competitiva, a taxa de lucro uniforme só se forma sobre o fluxo de novo investimento bruto (renovação e ampliação tanto de capital circulante quanto fixo) e não sobre o estoque do capital total porque o capital só pode ser perfeitamente móvel no momento em que é investido. É este fluxo de capital novo que está se ajustando às condições atuais de demanda e introduzindo e/ou operando as técnicas dominantes. (5)

Além disto, esta uniformidade da taxa de lucro sobre o investimento bruto não requer que o montante global do estoque de capital esteja ajustado ao volume de demanda agregada, sendo compatível com a presença tanto de um excesso de demanda agregada, quanto de uma subutilização generalizada da capacidade produtiva existente. O que é necessário para a obtenção desta taxa de retorno uniforme é o ajustamento do tamanho relativo (composição) da capacidade produtiva dos setores de forma tal que o investimento bruto não seja mais lucrativo em um setor do que em outro. Excessos ou deficiências gerais de demanda agregada não impedem as transferências intersetoriais de capital que ajustam a composição da capacidade produtiva às condições de demanda e garantem a uniformidade dos preços e da taxa de lucros. (6)

21. As posições de equilíbrio estático de longo prazo podem, portanto, ser definidas como sendo a expressão dos determinantes estruturais do estado

..../..

em que se encontra a economia em determinado período; estes determinantes captam apenas as forças permanentes ou persistentes que estão em operação, excluindo propositalmente desajustes relativos entre demanda e oferta setoriais e entre as técnicas adotadas e as dominantes. No caso de economias competitivas, estas posições de equilíbrio têm a propriedade adicional de apresentarem uma taxa de lucro uniforme para os produtores que estão operando ou introduzindo as técnicas dominantes. Estas posições de equilíbrio correspondem a valores dados das variáveis estruturais exógenas e são vistas como uma posição central em torno da qual a posição efetiva da economia em questão se encontra no período considerado, sendo os desvios em relação ao equilíbrio maiores ou menores dependendo da operação dos fatores ou dos desequilíbrios conjunturais ou de curto prazo. Aqui novamente a referência a valores dados das variáveis exógenas não tem o sentido de que estas se mantenham constantes ao longo do tempo (entre períodos), mas sim que estas estão dadas somente dentro do período de análise considerado. (7)

22. O procedimento tradicional de análise dos efeitos permanentes de mudanças na estrutura da economia consiste na estática comparativa, ou seja, em explicar a evolução da economia a partir da comparação entre as diferenças entre duas posições estáticas de equilíbrio de longo prazo, sendo uma correspondente à situação anterior e a outra ao estado posterior à mudança. (8)

23. A aplicabilidade da análise de estática comparativa não requer que as situações representadas nas posições de equilíbrio sejam de fato algum dia efetivamente atingidas pelo sistema econômico e sim que estas posições de equilíbrio tenham o caráter de centros de gravidade, isto é, que sejam

.../...

as posições centrais em torno das quais o sistema está sempre oscilando sem poder se desviar de forma, ao mesmo tempo, sistemática e permanente.

Esta noção de gravitação implica em que, embora a cada período os preços e quantidades efetivas possam estar bem acima ou abaixo dos valores de equilíbrio, o caráter permanente ou estrutural destes últimos em contraste com a natureza basicamente conjuntural e temporária dos primeiros, faz com que as posições de equilíbrio sejam um bom guia para entender a evolução média da economia quando se toma uma sucessão de períodos relativamente longa.

Isto se deve justamente ao fato de que os efeitos conjunturais - por serem fruto de causas múltiplas, assistemáticas e de caráter temporário - tendem em boa parte a se anular e se compensar. (9)

24. Através da Noção de Equilíbrio Estático de Longo Prazo sempre é possível determinar estas posições " médias " estilizadas da economia. A relevância destas " médias ideais " como indicador da direção para a qual o sistema evolui ou, o que dá no mesmo, a própria utilidade de uma análise que distingue e separa fatores estruturais dos conjunturais requer que grandes mudanças nas variáveis estruturais exógenas, se ocorrerem continuamente, o façam de forma relativamente lenta e estável; se forem rápidas, que sejam descontínuas (por saltos de patamar) de forma que a média das posições estáticas de equilíbrio capte bem a trajetória da economia e seus pontos de inflexão. (10)

25. Entre as mudanças estruturais mais importantes que modificam, ao longo do tempo, as posições estáticas de equilíbrio de longo prazo está (ao lado do progresso técnico), a acumulação de capital para a economia como um todo, ou seja, variações líquidas no tamanho absoluto do estoque de capital.

.../...

~~... de encod...~~
~~...~~
~~...~~

Nas teorias baseadas na estrutura analítica marginalista ou neoclássica - na qual o estoque global de capital é um dos determinantes exógenos da posição de equilíbrio estático de longo prazo - a acumulação líquida (positiva ou negativa) é vista (em Marshall e Wicksell, por exemplo), como causando deslocamentos nas posições de equilíbrio período após período (variação na dotação do fator capital). Algo semelhante ocorre em teorias fundamentadas na estrutura analítica clássica do excedente quando utilizam (como Ricardo e J. S. Mill) a Lei de Say, tornando por este caminho alternativo, a capacidade produtiva (dentro de cada período) um determinante exógeno. (11).

De forma incipiente em Marx e, sobretudo a partir dos trabalhos de Keynes e Kalecki sobre demanda efetiva, surgem teorias (baseadas em distintas estruturas analíticas) que tomam a capacidade produtiva global como variável endógena. A partir daí, é possível conceber sob condições gerais, uma extensão da noção de equilíbrio estático de longo prazo que envolve o ajustamento não apenas setorial mas também global da capacidade produtiva à demanda e que seria caracterizada por uma taxa de lucro uniforme sobre o estoque de capital total. Esta variante da noção de equilíbrio estático de longo prazo seria, nestas teorias, a versão relevante para o estudo do processo macroeconômico de acumulação, isto é, da adaptação da capacidade produtiva global às condições estruturais da demanda. Os desvios em relação a esta posição de equilíbrio que, evidentemente podem ter um caráter bem mais permanente e sistemático do que os desvios das posições de equilíbrio, indicariam situações de excesso de demanda agregada ou subutilização/desvalorização do estoque da capacidade produtiva global. (12)

~~.....~~
~~.....~~

.../...

26. O caráter autocontido dos períodos de análise, a caracterização das posições de equilíbrio enquanto centros de gravidade e a própria possibilidade de extensão deste conceito de equilíbrio inclusive para a análise do processo de acumulação nas teorias em que o estoque de capital (e/ou capacidade produtiva global) é uma variável endôgena, dão grande flexibilidade à noção de equilíbrio estático de longo prazo e ao procedimento da estática comparativa, que permite obter resultados teóricos definidos sob condições bastante gerais. Processos de mudança estrutural, em economias sujeitas a condições gerais de crescimento (desequilibrado ou não) podem ser estudados por meio de comparações de diversas posições de equilíbrio estático de longo prazo, com ajustamento global da capacidade produtiva ou não, conforme for o caso. (13)

~~_____~~
~~_____~~
~~_____~~

II.3 EQUILÍBRIO DINÂMICO DE LONGO PRAZO

27. A noção geral de equilíbrio dinâmico foi desenvolvida a partir de duas importantes inovações que surgiram na teoria econômica em meados da década de 30 deste século: no âmbito da abordagem marginalista, aparecem os primeiros estudos sobre escolhas intertemporais (14) e dentro do movimento keynesiano se iniciam os esforços para estender a análise estática de Keynes para o campo da dinâmica (15).

28. O grande desenvolvimento e a difusão destas duas inovações nas últimas décadas levou a uma mudança na conceituação do que é o objeto básico de análise da teoria econômica. Este, deixa de ser a análise do estado em que a economia se encontra num determinado período, e passa a consistir no estudo dos processos pelos quais a economia evolui ao longo do tempo.

Esta mudança no objeto de análise traz consigo a criação de uma nova noção geral de equilíbrio, a idéia de trajetória de equilíbrio dinâmico (ou intertemporal). Assim como uma posição de equilíbrio estático descreve ou explica um estado da economia num determinado período, a trajetória de equilíbrio dinâmico consiste numa seqüência logicamente interligada de posições de equilíbrio, que descreve o processo pelo qual o sistema econômico evolui ao longo de vários períodos.

A característica principal da noção de trajetória de equilíbrio dinâmico é a interligação entre os períodos de análise. Nesta abordagem, a posição de equilíbrio correspondente a um determinado período é sempre vista como parte de uma seqüência de posições de equilíbrio, que fazem parte da trajetória de equilíbrio dinâmico, e, por isso, não pode ser pensada independente

mente da sua relação com as posições de equilíbrio correspondentes aos períodos anteriores e subsequentes. (16)

29. Numa análise dinâmica, a seqüência dos períodos é importante, sendo necessário fazer a distinção entre o passado (períodos anteriores), o presente (período corrente) e o futuro (períodos subsequentes).

Dos períodos anteriores, o período corrente de um modelo dinâmico herda as suas convicções iniciais (estoque de capital, mão-de-obra, nível de conhecimento técnico, etc.), já os períodos subsequentes afetam o presente através das expectativas (sobre o futuro) que os agentes econômicos formam e que influem nas suas decisões.

A posição de equilíbrio que se obtém no período corrente, sob condições iniciais e expectativas dadas é chamada equilíbrio temporário. Quando ao longo de toda a seqüência de períodos que forma o processo analisado as expectativas são continuamente satisfeitas, isto é, o que ocorre no período $t+1$ está sempre de acordo com o que os agentes esperavam que fosse ocorrer quando encontravam-se no período t , obtém-se uma seqüência de equilíbrios temporários que forma uma trajetória de equilíbrio dinâmico ou intertemporal.

Assim, nem toda seqüência de equilíbrios temporários configura um equilíbrio intertemporal. Basta que num período específico as expectativas sobre os períodos posteriores venham a se mostrar erradas, ou que as expectativas feitas em períodos anteriores tenham sido erradas (neste último caso, o período corrente herdarã como consequência condições iniciais diferentes das que teria herdado se o processo se tivesse mantido em equilíbrio entre períodos desde o seu início; no primeiro caso, o mesmo ocorrerã no período subsequente). (17)

.../...

Na análise dinâmica, qualquer processo é estudado a partir de uma seqüência de equilíbrios temporários (no período). No caso em que a seqüência de posições corresponde às expectativas, temos o equilíbrio intertemporal (entre períodos).

30. O conceito de equilíbrio de longo prazo tem, no contexto de uma análise dinâmica, um significado absolutamente distinto do que foi visto na seção anterior, e só guarda em comum com a noção estática equivalente, o fato de que a idéia de longo prazo não tem nenhuma relação com a duração cronológica do processo: refere-se a uma situação de ajustamento completo entre a composição da oferta e a da demanda, assim como, de utilização das técnicas dominantes caracterizada, portanto, em condições competitivas, por uma taxa de lucro uniforme. Uma trajetória dinâmica de equilíbrio de longo prazo é um caso particular de trajetória de equilíbrio intertemporal, no qual todas as posições de equilíbrio correspondentes a cada período são posições de ajustamento completo. Além disso, todas as relações entre as variáveis exógenas e os parâmetros que compõem o modelo permanecem constantes (invariáveis) durante todo o processo. Esta última característica (que supõe as razões entre as variáveis do modelo estáveis ao longo dos períodos) simplifica drasticamente a análise dinâmica, uma vez que faz com que a posição de equilíbrio de cada período seja fundamentalmente semelhante às posições de equilíbrio dos períodos anteriores e subsequentes. Por outro lado, faz com que as análises de longo prazo só se apliquem quando estas condições são satisfeitas, ou seja, em economias que se encontram no estado estacionário (onde, de fato, cada período é idêntico ao anterior e aos posteriores) ou em condições de crescimento equilibrado ("steady-state"), isto é, economias onde todas as variáveis do modelo crescem sempre à mesma taxa constante.

31. Os requisitos para que uma economia esteja evoluindo ao longo de uma trajetória de equilíbrio dinâmico de longo prazo ou de crescimento equilibrado são, portanto, de dois tipos: de um lado temos o requisito geral necessário para qualquer tipo de equilíbrio dinâmico ou intertemporal de que as expectativas sejam sempre confirmadas ao longo de todo o processo. De outro, temos que as condições mais específicas que caracterizam o equilíbrio dinâmico de longo prazo sejam atendidas, isto é, o ajustamento entre a composição da oferta e da demanda e a invariância das relações entre as variáveis ao longo de toda a trajetória. O atendimento deste segundo tipo de condições exige uma série de hipóteses auxiliares:

a) estoques iniciais ajustados - para que não hajam desajustes entre oferta e demanda (setoriais) ao longo de toda a trajetória, não apenas é necessário que as expectativas sejam confirmadas período após período, como também que no início do primeiro período o estoque de capital já tenha as proporções adequadas. Não podem existir " fosséis ", ou seja, partes do estoque de capital que são redundantes e que não seriam reproduzidas, nem " gargalos ", ou seja, níveis de capacidade produtiva insuficientes para atender à demanda corrente. De fato, a existência destas desproporções causaria alterações no nível e na composição do investimento - que deve ficar constante;

b) razões entre as variáveis exógenas constantes - todas as variáveis exógenas do modelo devem ficar constantes ou crescer exatamente à mesma taxa ao longo de todo o processo;

c) progresso técnico neutro - mudanças técnicas não são compatíveis com o equilíbrio dinâmico de longo prazo, a não ser que todas as técnicas mudem na mesma proporção, sem nenhum viés na utilização de algum fator. Assim, o

único tipo de progresso técnico compatível com a noção de equilíbrio dinâmico de longo prazo é o progresso técnico Harrod-neutro;

d) oferta de fatores primários - todos os fatores de produção não-reprodutíveis, como a quantidade de trabalhadores de várias qualificações e os recursos naturais de diversos tipos, têm que ser "bens livres" que estão disponíveis em quantidades ilimitadas, ou então, sua oferta deve crescer exogenamente sempre à mesma taxa constante e igual para todos. Caso contrário, os preços e quantidades relativos teriam que variar ao longo do tempo, rompendo as condições semi-estacionárias;

e) retornos constantes de escala - os retornos de escala (isto é, a variação na quantidade produzida quando variam proporcionalmente todos os insumos) devem ser constantes, para garantir que todos os setores possam crescer à mesma taxa e evitar mudanças nos preços e quantidades relativas.

32. O conceito de equilíbrio dinâmico de longo prazo se refere, portanto, a trajetórias de crescimento equilibrado ("steady-state"). O procedimento usual de análise de longo prazo nesta abordagem é a dinâmica comparativa, que analisa mudanças estruturais na evolução da economia por meio de comparações entre as trajetórias de equilíbrio dinâmico de longo prazo anterior e posterior à mudança. (18)

A transição ("traverse") entre uma trajetória e outra se dá, necessariamente, fora das condições de equilíbrio dinâmico de longo prazo, uma vez que mesmo que seja perfeitamente antecipada pelos agentes, uma mudança de trajetória de equilíbrio implica necessariamente que na transição a composição do estoque de capital não esteja adequada à nova trajetória, e que as variáveis

exógenas e parâmetros estejam se alterando.

No caso de mudanças não-previstas pelos agentes, a análise teórica da travessia de uma trajetória de equilíbrio dinâmico de longo prazo para outra é feita usualmente através de um exame da seqüência encadeada de equilíbrios temporários posteriores à mudança, e são estudadas as condições de convergência (direção e velocidade do ajuste) à nova trajetória.

33. Como o conceito de equilíbrio dinâmico de longo prazo só se aplica a economias semi-estacionárias ou de crescimento equilibrado, a dinâmica comparativa não pode ser usada para o estudo do impacto de mudanças estruturais na economia sob condições gerais. Este procedimento só pode ser usado em economias que antes da mudança vinham evoluindo numa trajetória de crescimento equilibrado e que depois da mudança convirjam rapidamente para a nova trajetória de equilíbrio dinâmico de longo prazo. Isto implica supor que, em geral, as condições para o crescimento equilibrado listadas acima (principalmente as relativas à tecnologia: c), d) e e) encontram-se presentes na economia, e que a seqüência de equilíbrios temporários que se segue a uma mudança na trajetória de equilíbrio dinâmico é em geral estável, isto é, converge rapidamente para o novo " steady-state ".

34. Apesar destas limitações quanto às suas condições de validade, a noção de equilíbrio dinâmico de longo prazo e a análise de dinâmica comparativa compõem atualmente o procedimento metodológico mais utilizado para o estudo de mudanças estruturais. Sua grande difusão e popularidade a partir dos anos sessenta fazem com que a maior parte da literatura moderna considere esta noção de equilíbrio dinâmico de longo prazo como a única noção de

equilíbrio de longo prazo existente, e interprete os modelos baseados na an
tiga noção de equilíbrio de longo prazo estática como sendo igualmente refe_
ridos a economias em condições semi-estacionárias sujeitos, portanto, às
mesmas restrições quanto à sua aplicabilidade. (19)

II.4 POSIÇÕES NORMAIS

35. A estrutura analítica comum às teorias da escola Neoricardiana está baseada na noção de excedente dos economistas clássicos e de Marx, da forma como foi reformulada por Sraffa. Dentro desta abordagem, o objetivo central da economia é o estudo dos determinantes estruturais da criação, reprodução e distribuição do excedente entre as diversas classes sociais que formam a economia capitalista. A produção do excedente depende, nesta visão, do estado das técnicas e principalmente do estágio atingido pelo processo de acumulação de capital, enquanto sua distribuição entre as classes é vista como determinada basicamente por fatores sócio-econômicos e políticos. A unidade básica de análise deste programa de pesquisa não é a questão das decisões e escolhas dos agentes individuais: centra-se nas restrições estruturais econômicas, tecnológicas e sócio-políticas que surgem no processo de acumulação de capital, na concorrência intercapitalista e no conflito distributivo entre os diversos grupos sociais. (20)

36. A ênfase em fatores ou restrições estruturais em contraposição a elementos conjunturais e a necessidade de estudar um sistema econômico permanentemente sujeito a mudanças estruturais leva os neoricardianos a utilizarem (da mesma forma que os clássicos e Marx) a noção de equilíbrio de longo prazo estática tradicional, pois, como vimos acima, o caráter fundamentalmente auto-contido destas posições de equilíbrio permite a análise de mudanças estruturais por meio da estática comparativa sob condições gerais de crescimento instável e "desequilibrado". Deste modo, posições de equilíbrio estático de longo prazo, que têm os preços e quantidades normais

(ou estruturais) determinados a partir de teorias baseadas na concepção neoricardiana do excedente, são chamadas posições normais e consistem no instrumental básico de análise utilizado pela abordagem neoricardiana. (21)

37. Os aspectos mais importantes da estrutura analítica neoricardiana que dão unidade de fundamento às diversas teorias específicas propostas por autores desta escola, são, em primeiro lugar, a inclusão explícita de fatores políticos e sociais não como imperfeições, mas sim como parte dos determinantes normais da operação de uma economia capitalista - mesmo que esta seja plenamente competitiva - e a noção de separação.

38. O conceito de separação constitui a base metodológica comum às diversas teorias neoricardianas e significa que a determinação das posições normais é feita por meio de várias teorias parciais separadas, estudadas inicialmente de forma isolada. Só posteriormente, num segundo momento, é que são examinadas as principais interrelações entre estas diferentes teorias. A análise das posições normais é feita a partir de cinco tipos de teorias separadas:

a) teoria das técnicas - estuda como evolui o conjunto de técnicas disponíveis na economia e o papel do conflito distributivo, da concorrência, da acumulação e do Estado, no ritmo e direção do progresso técnico.

b) teoria da acumulação - examina os padrões de acumulação da economia, isto é, seus determinantes financeiros, tecnológicos e competitivos, bem como os processos de ajustamento recíproco entre demanda e capacidade produtiva.

(22)

c) teoria do consumo - estuda os padrões de consumo de forma estratificada por grupos e classes sócio-econômicas e considera estes padrões como determinados basicamente pelos níveis de renda, canais de financiamento e fatores sócio-culturais. (23)

d) teoria da concorrência - trata, a partir do conceito de mobilidade de capital, de definir as regras de repartição do excedente entre os diversos tipos e formas de capital (firmas competitivas, oligopólios, proprietários de recursos naturais escassos). (24)

e) teoria do valor - o chamado " núcleo " das teorias do excedente. Dados um vetor de produção / demanda final (determinado pela teoria do consumo e da acumulação), um conjunto de técnicas disponíveis (teoria das técnicas), um valor definido para uma das variáveis distributivas (teoria da distribuição) e uma regra de repartição do excedente (teoria da concorrência), se determinam simultaneamente as técnicas que serão utilizadas, o valor da variável distributiva remanescente e o vetor de preços relativos correspondente àquela posição normal da economia. (25)

Desta maneira, cada combinação de dados elementos destas cinco teorias caracteriza uma posição normal da economia, que é vista como o centro de gravidade (equilíbrio estático de longo prazo) em torno do qual a economia estará operando num determinado período. Qualquer mudança em um ou vários destes elementos define outra posição normal. A análise de mudanças estruturais é feita pelos neoricardianos comparando as diferenças entre os vários elementos separados que compõem a posição normal dos períodos anterior e posterior às mudanças, através de um processo de estática comparativa.

39. O procedimento de tratar separadamente cada um destes elementos e só posteriormente combiná-los e estudar suas interrelações não significa que estes elementos sejam independentes uns dos outros ou que suas interrelações não sejam importantes. A vantagem da noção de separação é que torna desnecessário, para a abordagem do excedente, qualquer generalização "a priori" de um único tipo de relação entre estes diversos elementos, uma vez que as possibilidades de relações entre eles são múltiplas e variam de acordo com uma série de circunstâncias econômicas, políticas e tecnológicas específicas a cada economia em cada período histórico considerado. (26)

40. Algumas destas interrelações não podem ser generalizadas para qualquer economia capitalista, simplesmente porque dependem de hipóteses sobre aspectos nos quais a teoria econômica nada tem a dizer, como por exemplo a relação entre preços e quantidades produzidas. Esta só pode ser examinada de acordo com hipóteses específicas sobre retornos de escala, que devem ser feitas caso a caso, pois não há nenhum motivo econômico para supor que as técnicas utilizadas sempre vão apresentar retornos de escala do mesmo tipo (constantes, crescentes ou decrescentes). (27)

Outras relações importantes, como a relação entre distribuição e acumulação (exemplo que será amplamente discutido adiante) (28), não devem ser generalizadas; não por falta de evidências ou teorias econômicas sobre o tema, mas porque se reconhece que estas relações (como veremos adiante) dependem de uma série de hipóteses específicas sobre padrões de gasto e financiamento de capitalistas e trabalhadores, assim como sobre o processo de ajustamento entre demanda e capacidade produtiva que configuram determinados padrões de consumo e de acumulação; estes, certamente terão características distintas em diferentes circunstâncias históricas, e devem ser objeto de modelos de acumulação e distribuição específicos, e não ser generalizados co

mo leis gerais de funcionamento de uma economia capitalista.

41. É neste contexto que se coloca a questão da compatibilidade metodológica do princípio da demanda efetiva com a estrutura analítica neoricardiana. Nesta abordagem, o princípio da demanda efetiva pode ser usado como base para uma teoria separada das quantidades produzidas (teoria da acumulação e do consumo), isto é, das quantidades normais (ou de longo prazo) produzidas a dados níveis de preços normais.

O princípio da demanda efetiva, entendido em uma formulação geral, é apenas um princípio de causalidade que postula, em qualquer economia monetária, a determinação da renda pelo gasto e esclarece a diferença conceitual entre gasto, renda e produto. Este princípio geral é sempre válido, tanto em termos reais quanto nominais, tanto a nível micro como a nível macro, e não violá-lo é um requisito lógico necessário a qualquer teoria sobre a determinação dos gastos ou da produção. Assim, embora o princípio da demanda efetiva possa fornecer a base lógica a partir da qual uma teoria da produção pode ser construída, ele não constitui por si só uma teoria. (29)

Para transformá-lo numa teoria da produção é necessário adicionar as hipóteses de que se trata de uma economia capitalista, onde a produção está voltada para o mercado, isto é, para a venda com um lucro adequado. Assim, embora os gastos sempre determinem a renda, somente com estas hipóteses adicionais é que se pode fazer a ligação entre gasto e produção. Desta maneira, o princípio da demanda efetiva só se transforma numa teoria das quantidades produzidas quando lhe é acrescentada uma teoria dos preços que expressa a norma de rentabilidade vigente nesta economia - o que, dentro da estrutura analítica

ca neoricardiana, é dado pela teoria dos preços de produção (preços normais). São, portanto, as quantidades demandadas aos preços normais que definem o nível da demanda efetiva e determinam a produção de equilíbrio.

42. Como o âmbito da análise neoricardiana é o longo prazo, o conceito ' apropriado de demanda efetiva não deve se restringir a determinar as flutuações cíclicas da demanda; deve determinar, também, a demanda de caráter mais permanente ou estrutural. Sendo assim, a teoria da demanda efetiva ' neoricardiana não deve apenas explicar a utilização maior ou menor de uma dada capacidade produtiva, e sim explicar o próprio nível e composição normal da capacidade produtiva. Neste sentido, a proposição de Keynes e de Kalecki de que, numa economia capitalista, a demanda a preços rentáveis é que induz e cria a oferta (o oposto da lei de Say); deve ser transferida para o contexto das teorias da acumulação para mostrar que a capacidade produtiva é determinada pelo nível estrutural de demanda efetiva. (30)

43. Dentro da estrutura analítica neoricardiana, uma teoria da produção de longo prazo baseada no princípio da demanda efetiva deve ser, portanto, uma teoria dos determinantes estruturais do nível e composição da demanda ' aos preços normais. Estes determinantes estruturais (de longo prazo) estão, no caso dos investimentos autônomos, ligados em parte aos padrões de financiamento, à trajetória do progresso técnico, ao estado das relações sociais entre capital e trabalho e aos padrões de concorrência vigentes na economia, enquanto os investimentos induzidos (de reposição e ampliação da capacidade) são explicados por algum mecanismo do tipo acelerador ou princípio de ajuste do estoque de capital, que expresse as condições do processo de ajuste da capacidade produtiva à demanda. No caso dos gastos em consumo, os determinantes estruturais são dados pelos padrões de consumo e de

financiamento dos diversos grupos ou classes da economia.

44. Os níveis de investimento autônomo e demanda por bens de consumo autônoma, junto com os induzidos pelo multiplicador, definem as quantidades normais que - com os preços normais (derivados da teoria dos preços de produção) - determinam uma posição normal da economia. Estas quantidades normais, através das relações tecnológicas existentes (relação produto / capital e coeficiente de mão-de-obra), definem a capacidade produtiva e o nível de emprego adequado a esta posição normal.

Finalmente, as características estruturais do processo de ajustamento da capacidade produtiva à demanda (basicamente sua velocidade e estabilidade) determinam se nesta economia é mais adequada a utilização de posições normais baseadas no ajustamento da composição do estoque de capital (que, em concorrência, implicam numa taxa de lucro uniforme sobre o investimento bruto) ou se é possível caracterizar como seu centro de gravidade neste período a posição normal correspondente ao ajustamento do nível global da capacidade produtiva à demanda (e, portanto, com taxa de lucro uniforme sobre o estoque de capital total). (31)

45. A estrutura analítica característica do pensamento neokeynesiano está baseada na idéia de que um paradigma alternativo à teoria ortodoxa dominante deve incluir a passagem do tempo histórico na análise econômica. A consideração do tempo histórico significa, para os neokeynesianos, o reconhecimento da existência de incerteza do tipo Knight-Keynes (não-reduzível a cálculos probabilísticos) aliada ao fato de que a passagem do tempo é irreversível.

Para os neokeynesianos, portanto, a teoria econômica deve ter seu ponto de partida na análise da tomada de decisões do agente individual num contexto de incerteza não-probabilística e onde o tempo é irreversível. É desta base microeconômica que, através do estudo das interações e interdependências das decisões dos agentes, se derivam as teorias macroeconômicas e se explica a origem das instituições que dão uma ordem a uma economia que, por ser descentralizada e sem mecanismos sociais de coordenação, tem um potencial intrínseco de instabilidade. O projeto de pesquisa neokeynesiano procura explicar como esta ordem se constitui, se reproduz e sob que condições se rompe. (32)

46. É desta noção de tempo histórico (incerto e irreversível) que os neokeynesianos partem para fundamentar o conceito de preferência pela liquidez, que fornece a racionalização microeconômica da sua versão do princípio da demanda efetiva, isto é, explica a independência entre as decisões de investimento (gasto) em relação às decisões de poupança (renda) e estrutura a idéia de que as decisões de investimento não têm uma base racional ,

dependendo exclusivamente dos " animal spirits " - ou seja, do estado de con fiança dos investidores em relação ao futuro. Assim, um modelo macroeconômico neokeynesiano é caracterizado por estes dois aspectos:

- a) independência do investimento em relação à poupança;
- b) uma função investimento que tem como argumento o estado de confiança sub jetivo dos investidores.

47. A ênfase no conceito de tempo histórico levou também à adoção pelos neokeynesianos da noção de equilíbrio dinâmico na qual os períodos são inter ligados e onde o período corrente pode estar influenciado pelo futuro incer to a partir das expectativas sobre os períodos subsequentes, assim como pe los efeitos irreversíveis das decisões passadas que se materializam nas con dições iniciais do período atual.

Tendo adotado a noção geral de equilíbrio dinâmico, os neokeynesianos vêem os modelos de longo prazo como referidos a economias em condições de cresci mento equilibrado ou semi-estacionárias.

48. Desta forma, modelos de economias semi-estacionárias caracteriza - dos pela independência do investimento com relação à poupança e por uma fun ção investimento autônoma constituem o que os neokeynesianos denominam " trajetórias de crescimento em condições de tran qüilidade ". O estudo das propriedades de distintas trajetórias de crescimento em condições de tran qüilidade é o método tipicamente neokeynesiano de análise das questões liga das à acumulação e distribuição a longo prazo. Este método de análise é formado pela combinação de uma estrutura analítica baseada na incerteza e no tempo histórico com o conceito geral de equilíbrio dinâmico de longo pra zo. (33)

Além de possuir uma função investimento independente e determinada pelo estado de confiança, e de cumprir todos os requisitos para o crescimento equilibrado (discutidos na seção II.3), uma trajetória de crescimento equilibrado em condições de tranquilidade requer duas hipóteses auxiliares adicionais:

e) Moeda Endógena - a oferta de moeda e crédito deve se expandir à mesma taxa que a economia cresce e não podem haver problemas de financiamento que impeçam as empresas de crescerem à taxa desejada;

f) Capacidade Produtiva Global Ajustada à Demanda no Período Inicial - Como se trata de um modelo neokeynesiano onde o estoque de capital é endógeno , além da hipótese a) (composição inicial do estoque de capital proporcional à composição da demanda) o nível global da capacidade produtiva na posição inicial da trajetória deve estar ajustado à demanda agregada de forma que a utilização da capacidade comece e se mantenha no nível normal de forma a evitar flutuações na taxa de investimento.

49. No contexto de uma trajetória de crescimento em condições de tranquilidade que atenda a todos os requisitos acima, a teoria dos preços de produção pode ser utilizada de forma compatível, uma vez que seja interpretada a partir da noção de equilíbrio dinâmico de longo prazo.

Assim, numa trajetória de tranquilidade sem progresso técnico, a economia estará se reproduzindo proporcionalmente a uma escala ampliada, utilizando a melhor técnica entre as disponíveis. A teoria dos preços de produção, a partir de um conjunto constante de técnicas disponíveis e de um salário real (ou taxa de lucro) constante, permite a escolha da técnica adequada , a determinação da taxa de lucro (ou salário real) e dos preços relativos que corresponderão a essa trajetória de tranquilidade.

No caso de uma trajetória com progresso técnico neutro, a produtividade do trabalho aumentará na medida em que a economia cresce, e a parcela dos salários na renda fica constante com o salário real crescendo junto com o produto por trabalhador.

A taxa de lucro e os preços relativos, no entanto, só ficarão estáveis se for adicionada a hipótese de que a cesta de consumo dos trabalhadores tem sempre proporções fixas - caso contrário, o aumento dos salários reais farã a demanda crescer em proporções diferentes em cada setor, o que é incompatível com as condições de crescimento equilibrado. (34)

50. Apesar do método neokeynesiano estar baseado na noção de equilíbric dinâmico de longo prazo, os neokeynesianos são bastante céticos quan to à possibilidade de utilizar a dinâmica comparativa, isto é, de analisar mudanças na trajetória de crescimento da economia por meio de comparações entre as trajetórias de tranquilidade anterior e posterior à mudança. Como vimos na seção anterior, a condição necessária para a utilização da dinâmica comparativa era a demonstração de que a trajetória de equilíbrio dinâmico é estável, isto é, uma vez ocorrida uma mudança não-prevista nos determinantes da trajetória de equilíbrio dinâmico, a seqüência de equilíbrios temporários durante a transição converge rapidamente para a nova trajetória de equilíbrio dinâmico.

Para os neokeynesianos, no entanto, as trajetórias de crescimento em condi ções de tranquilidade são intrinsecamente instáveis, porque uma vez que se saia de uma trajetória de tranquilidade devido a uma mudança imprevista, as expectativas estão sendo necessariamente frustradas e as condições iniciais para o período seguinte estão mudando. Como (devido à função investimento neokeynesiana) a própria trajetória de equilíbrio de longo pra

zo depende das expectativas e do estado de confiança, é provável que as expectativas desapontadas afetem o estado de confiança, o que faz com que o próprio processo de ajuste em direção ao equilíbrio de longo prazo modifique continuamente a trajetória de equilíbrio que se busca atingir. Não há, portanto, razão alguma para que a economia convirja para um equilíbrio de longo prazo; pode perfeitamente ficar oscilando permanentemente entre posições de equilíbrio temporário, sendo as expectativas dos agentes continuamente frustradas. Além disso, mesmo que eventualmente se atinja alguma trajetória de equilíbrio dinâmico, somente por coincidência será a que se buscava atingir no início do processo. (35)

A conclusão dos neokeynesianos é que a dinâmica comparativa não pode ser usada no contexto da análise de trajetórias de tranquilidade, pois a ocorrência de uma trajetória de equilíbrio dinâmico de longo prazo implica, inevitavelmente, um passado (que produziu as condições iniciais adequadas) e um futuro (corretamente antecipado) específicos. Em última instância, duas trajetórias de tranquilidade não representam a mesma economia em dois períodos diferentes, e sim duas economias distintas, cada qual com seu próprio passado e seu próprio futuro. (36)

51. O único caso no qual a idéia de tendência ao equilíbrio faria sentido seria quando uma economia, que já se encontra numa trajetória de tranquilidade há algum tempo e na qual os agentes esperam que as condições semi-estacionárias vão perdurar, sofre um pequeno choque exógeno, que é considerado transitório pelos agentes. Neste caso, é possível que a economia retorne à trajetória de tranquilidade original, pois os agentes já a conhecem. Existe, portanto, uma assimetria radical entre a tendência ao equilíbrio dinâmico a partir de um pequeno abalo transitório feito a

uma trajetória de equilíbrio já firmemente estabelecida e a idéia de que, partindo de uma posição qualquer de equilíbrio temporário, a economia converge para o " steady-state ". Esta assimetria reflete o fato de que somente no primeiro caso é possível postular que o estado de confiança não vai se alterar (e, portanto, a trajetória de equilíbrio não muda) por causa dos erros nas expectativas. (37)

52. O caráter totalmente instável das trajetórias neokeynesianas de crescimento com tranquilidade leva naturalmente ao questionamento da utilidade deste método de análise. Os neokeynesianos argumentam que, embora não seja possível fazer dinâmica comparativa com seus modelos, as trajetórias de tranquilidade podem ser utilizadas para uma série de " experimentos intelectuais " de grande valor heurístico, que permitem entender melhor o funcionamento da economia real (que raramente se encontra em condições de tranquilidade).

Entre estes experimentos são mencionados a comparação das trajetórias de crescimento em diferentes economias, o exame dos fatores de tendência por trás da trajetória de crescimento de uma economia desconsiderando-se suas flutuações cíclicas, e, finalmente, a idéia de que o estudo das trajetórias de tranquilidade permite respostas precisas a perguntas rigorosamente formuladas, que nos levam a compreender melhor as interrelações entre as variáveis mais importantes que estão presentes em um processo de acumulação real. O estudo das trajetórias de crescimento em condições de tranquilidade seria assim a primeira aproximação ao exame da economia sob condições mais gerais. (38)

.../...

Estes argumentos, no entanto, não são convincentes, uma vez que, para que seja possível transpor os resultados destas comparações entre economias semi-estacionárias (mesmo com as qualificações e ressalvas usuais na transposição de uma análise teórica para a análise concreta), as economias reais em estudo deveriam estar pelo menos aproximadamente sujeitas às condições de semi-estacionariedade, o que evidentemente so poderia ser uma hipótese geral plausível se as trajetórias de tranquilidade fossem intrinsecamente estáveis - o que é o exato oposto do que os nekeynesianos argumentam.

53. Diante desta contradição, parece claro que não é possível analisar uma economia em condições gerais de crescimento " desequilibrado " através de modelos de equilíbrio dinâmico de longo prazo.

Esta constatação leva a duas alternativas: a primeira é manter a noção de equilíbrio dinâmico e abandonar a idéia de longo prazo, restringindo a análise ao exame de seqüências de equilíbrios temporários. Esta opção permite que se mantenha uma análise dinâmica de processos, mas tem o custo de ser extremamente inadequada para a obtenção de conclusões gerais a respeito de questões estruturais como acumulação e distribuição. A segunda é abandonar a noção de equilíbrio dinâmico e utilizar a de equilíbrio estático de longo prazo.

Neste caso, para a análise de mudanças estruturais numa economia que é vista como sujeita à incerteza e à instabilidade parece mais adequado usar a noção tradicional de equilíbrio estático de longo prazo. O fato de ser de longo prazo (a desconsideração de desajustes temporários) a torna um instrumento mais adequado para a análise de mudanças estruturais e seu caráter estático permite manter os períodos autocontidos e portanto, compatíveis com qualquer tipo de trajetória de mudança. (39)

II.6 MUDANÇAS E COMPARAÇÕES

54. Ao longo deste Capítulo tentamos mostrar que os métodos de análise de longo prazo típicos dos autores neoricardianos e neokeynesianos são radicalmente distintos, e que as diferenças entre eles estão ligadas às diferentes estruturas analíticas dos modelos das duas escolas e à adoção de noções distintas de equilíbrio de longo prazo. (40)

55. As diferenças entre as estruturas analíticas neokeynesiana - baseada na incerteza - e neoricardiana - baseada na noção de excedente - são essenciais e irrenconciliáveis, pois refletem divergências entre as escolas sobre as forças básicas que explicam o funcionamento real da economia capitalista e sobre qual a melhor forma de tratá-las teoricamente.

As distintas noções de equilíbrio de longo prazo adotadas por cada escola, por outro lado, se devem primordialmente à escolha de cada uma destas correntes de objetos de análise distintos para o estudo de questões de longo prazo, como distribuição e acumulação. Enquanto os neoricardianos têm por objetivo, através de suas posições normais de longo prazo, examinar distintos estados das economias em estudo, os neokeynesianos buscam entender, por meio de suas trajetórias de tranquilidade, diversos processos de crescimento. Assim, a questão que o método das posições normais busca apreender é necessariamente estática, enquanto o método das trajetórias de tranquilidade foi desenvolvido para resolver uma questão intrinsecamente dinâmica.

56. Apesar das estruturas analíticas de cada grupo apontarem naturalmente para uma certa maneira de formular as questões a serem estudadas na

análise de longo prazo, nada impede que autores que seguem a estrutura analítica de uma destas escolas se interessem em responder a questões formuladas pela outra. É, portanto, possível, sem que haja nenhuma inconsistência a priori, que se construam modelos baseados na estrutura analítica neoricardiana com uma noção de equilíbrio de longo prazo dinâmica, ou modelos com uma estrutura neokeynesiana segundo uma noção de equilíbrio de longo prazo estática (embora, evidentemente, não seja correto chamar a estes híbridos nem de posições normais nem de trajetórias de tranquilidade). Como exemplos mais famosos da possibilidade de utilizar as duas noções de equilíbrio de longo prazo no âmbito de uma mesma estrutura analítica, temos no lado da incerteza (neokeynesiano) os modelos dinâmicos de Harrod e os estáticos de Keynes na " Teoria Geral " e no lado do excedente (neoricardiano) os modelos estáticos do próprio Sraffa em " Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias " e sua versão dinâmica desenvolvida (independentemente) por Von Neumann. (41)

57. Da mesma maneira (como vimos nas seções II.4 e II.5), embora a teoria dos preços de produção tenha sido apresentada originalmente no contexto da estrutura analítica neoricardiana e da noção estática de equilíbrio de longo prazo, e o princípio da demanda efetiva no contexto da estrutura analítica neokeynesiana e da noção dinâmica de equilíbrio de longo prazo, não há nenhum problema metodológico na utilização da teoria dos preços de produção num contexto de trajetórias de tranquilidade, ou do princípio da demanda efetiva no contexto das posições normais neoricardianas. Para isto basta, evidentemente, que o uso seja feito de forma coerente, reinterpretando a teoria em questão de acordo com os fundamentos teóricos (estrutura analítica) e a noção de equilíbrio de longo prazo subjacente ao modelo. Assim, a nível estritamente metodológico, é plenamente possível fazer a integração entre a teoria dos preços de produção e o princípio da demanda

efetiva. Os problemas desta integração do ponto de vista teórico sã serão discutidos nos Capítulos III e IV.

58. A conclusão principal deste capítulo é que independentemente das adaptações possíveis, os métodos de análise neoricardiano e neokeynesiano, são totalmente distintos, e que estas diferenças não podem ser ignoradas.

Comparativamente, a característica que chama mais atenção é a de serem distintas as condições de validade de cada um destes métodos de análise de longo prazo.

Para os neoricardianos, a utilização da noção tradicional estática de equilíbrio de longo prazo (completo ou incompleto) permite produzir análises de estática comparativa em economias sob condições gerais de crescimento (" desequilibrado " ou não), e o conceito de separação ainda permite que estes resultados de estática comparativa, ao contrário do que ocorre na teoria ortodoxa, independam de hipóteses restritivas sobre retornos de escala.

Por outro lado, a análise de equilíbrios dinâmicos de longo prazo usada pelos neokeynesianos só se aplica em economias sob condições semi-estacionárias, com o agravante de que, como as trajetórias de tranquilidade são inrentemente instáveis, mesmo nestas condições não é, em geral, possível usar o procedimento da dinâmica comparativa.

59. Por estes motivos, os autores neoricardianos tendem a considerar modelos de longo prazo como aplicáveis sob condições bastante gerais, enquanto os neokeynesianos tendem a ressaltar o caráter limitado e as condições de aplicação restritivas destes modelos. Os modelos de distribuição

e acumulação que serão apresentados nos próximos capítulos podem ser interpretados, em princípio, como sendo referidos a posições normais ou a trajetórias de tranquilidade. Por este motivo, nos próximos capítulos, proposições do tipo "um maior x causa um menor y " adquire dois significados possíveis: no contexto neoricardiano, significa que um aumento em x leva a uma diminuição de y ; já no contexto neokeynesiano, significa que dadas duas economias, ambas em condições de tranquilidade, a que tiver o maior x terá o menor y .

CAPÍTULO II

NOTAS

— — — — —

(1) Para referências sobre os autores que utilizavam este conceito de equilíbrio, ver Garegnani (1976) e Milgate (1982). Sobre a inclusão de Keynes entre estes autores, ver adiante nota (13).

(2) Um terceiro sentido usualmente associado à noção de equilíbrio diz respeito à igualdade entre oferta e demanda. O problema aqui é que a abrangência desta condição (isto é, se a oferta deve se igualar à demanda em todos os mercados ou não), bem como as características deste ajustamento (se é a demanda que em última instância se ajusta à oferta ou vice-versa) dependem da escola de pensamento de que se está tratando. Em geral, é possível dizer que para todas as escolas equilíbrio significa oferta igual à demanda nos mercados de produto e que para as teorias neoclássicas esta condição se estende aos mercados de fatores, enquanto que para as teorias clássicas Marxistas ou Keynesianas essa igualação entre oferta potencial e demanda não precisa ocorrer no mercado de trabalho e/ou no de capitais. Ver Garegnani (1976, 1985).

(3) Esta definição do conceito tradicional de longo prazo encontra-se em Garegnani (1979).

(4) A idéia de que a plena mobilidade do capital é suficiente para garantir a uniformidade da taxa de lucro de equilíbrio é comum às escolas clássica, Marxista e neoclássica. Ver Eatwell (1982).

(5) Esta idéia também é comum às várias escolas. Para os Marxistas , trata-se da taxa de lucro uniforme sobre o " capital regulador " (ver Semmler (1984)); para os neoclássicos antigos é a taxa de lucro sobre o " capital livre " ou " eficiência marginal do investimento " (ver Bridel (1987)) ou, então, da mesma forma que os neoricardianos modernos, é a taxa de lucro uniforme sobre o " preço de oferta do capital " (ver Ciccone (1986) e Milgate (1982), especialmente o Apêndice A).

(6) Ver Ciccone (1986).

(7) Pode parecer estranho que se atribua a autores reconhecidamente " dinâmicos " como Marx, Keynes e Schumpeter (e porque não, Wicksell e Marshall) uma noção de equilíbrio estático. Isto deve ser entendido no sentido estrito do termo " equilíbrio estático de longo prazo ", como foi definido acima. Se, por algum motivo, esta denominação for considerada pouco apropriada, o mesmo conceito pode ser chamado de " posição estrutural ajustada e ajustada " (ou outro nome qualquer).

(8) Ver Garegnani (1978).

.../...

- (9) Observando-se uma seqüência de estados da economia, para cada posição onde houve subestimativa da demanda, por exemplo, é alta a probabilidade de que tenha ocorrido outra de superestimativa. Além disso, mesmo num dado período, para cada produtor superestimando os preços de equilíbrio, é altamente provável que haja outro subestimando-os. Mesmo no caso em que estes desvios tenham efeitos mais sistemáticos (não se anulam em média, nem no período nem entre períodos), seu caráter semi-aleatório (como, por exemplo, a ocorrência de uma safra ruim) ou sua dependência em relação a condições específicas (por exemplo, ciclos causados por uma certa estrutura de defasagens) que não são de fácil generalização recomendam que estes elementos, quando possível, sejam objeto de teorias específicas de curto prazo, sendo excluídos de uma análise que busca conclusões gerais sobre as mudanças estruturais no sistema. Sobre isto, ver Garegnani (1976, 1983).
- (10) Ver Garegnani (1976).
- (11) Os únicos modelos neoclássicos em que o estoque de capital era endógeno tratavam do caso particular de um estado estacionário. Ver Garegnani (1976).
- (12) Ver adiante, Cap. IV (Seção 4).
- (13) Existe uma grande controvérsia atualmente sobre se a posição de equilíbrio utilizada por Keynes na Teoria Geral (Keynes (1936)) é de curto prazo ou de longo prazo. O texto de Keynes é bastante ambíguo a este respeito. Em inúmeras passagens, Keynes faz alusão não só a um nível global mas também a uma composição setorial do estoque de capital dadas e portanto não necessariamente ajustados à demanda corrente (fala também em quase-rendas e preços iguais ao custo marginal de curto prazo). Isto caracterizaria de acordo com o que vimos acima uma análise de curto prazo. Por outro lado, em outras passagens, Keynes diz que o investimento é determinado pela condição de que a eficiência marginal do capital seja igual à taxa de juros, o que parece implicar uma taxa de lucro esperada uniforme (descontadas as diferenças de liquidez) sobre os novos investimentos brutos. Isto, como vimos acima, caracterizaria uma análise de longo prazo. Além disso, em pelo menos três Capítulos (5, 16 e 24) Keynes faz referência ao ajustamento global da capacidade produtiva à demanda o que caracterizaria uma análise de longo prazo da acumulação.
- Garegnani (citado por Eatwell & Milgate (editores) (1983), Prefácio) argumenta que o conceito relevante de longo prazo para a teoria da demanda efetiva é este último: de ajustamento global da capacidade à demanda, e como Keynes trata pouco deste tema, considera a Teoria Geral como sendo de curto prazo.
- Eatwell (1983) usa as referências do Capítulo 5 para mostrar que Keynes tinha uma teoria de longo prazo no sentido em que Garegnani usou o termo.
- Milgate (1982) e Eatwell & Milgate (1983a, 1983b) argumentam que, como a Teoria da Demanda Efetiva de Keynes não depende para sua validade de desajustes entre a composição setorial da oferta e da demanda nem entre as técnicas utilizadas e as dominantes, sua teoria é pelo menos compatível com a idéia tradicional de equilíbrio de longo prazo.

Embora neste trabalho a questão da demanda efetiva no contexto das teorias da acumulação ocupe um capítulo inteiro (Capítulo IV) e nele os modelos destes autores neoricardianos ocupem um papel central, saber qual a posição de Keynes sobre o curto ou longo prazo neste ou naquele capítulo ou até no conjunto da Teoria Geral é um exercício de história do pensamento econômico que não nos interessa diretamente.

- (14) Hicks (1939).
- (15) Harrod (1939).
- (16) Sobre esta mudança na noção de equilíbrio, ver Garegnani (1976) e Milgate (1979).
- (17) Neste capítulo, utilizamos os termos " Equilíbrio Temporário " e " Equilíbrio Intertemporal " neste sentido bastante geral e independente da teoria que explica a posição ou trajetória de equilíbrio. A literatura sobre este tema usa estes termos (em geral) num sentido bem mais restrito, referente especificamente a teorias baseadas na estrutura analítica neoclássica nas quais as posições ou trajetórias implicam em igualdade entre oferta e demanda tanto nos mercados de produtos quanto de fatores. Sobre a Noção de Equilíbrio Dinâmico ver Hicks (1956, 1965, 1976, 1979, 1986) e Hahn (1984a, 1984b, 1984c).
- (18) Ver Hicks (1965, 1986) Bliss (1975) e Sen (1970), Introdução.
- (19) Na verdade, há duas interpretações possíveis neste âmbito: a primeira nega que já tenha existido outra noção de equilíbrio de longo prazo e atribui aos autores antigos o uso explícito de hipóteses semi-estacionárias (ver Hahn (1975, 1982)). A segunda, considera que estes autores usavam de fato a noção de equilíbrio estático de longo prazo porque não estavam suficientemente conscientes de suas limitações, isto é, de que tratava-se de um caso particular e extremamente restritivo da noção de equilíbrio correta, ou seja, a dinâmica. (ver Hicks (1965, 1986)).
- (20) Ver Garegnani (1972, 1985) e Bharadwaj (1976, 1985).
- (21) Ver Garegnani (1985).
- (22) Ver Eatwell (1979, 1983).
- (23) Ver Schefold (1985).
- (24) Ver Eatwell (1982) e Clifton (1977).
- (25) Ver Garegnani (1972, 1985).
- (26) Ver Garegnani (1983, 1985) e Bharadwaj (1985).

.../...

- (27) Ver Eatwell (1977) e Garegnani (1983, 1985).
- (28) Ver adiante, Capítulo IV.
- (29) Ver Possas (1987).
- (30) Ver Vianello (1985), Garegnani (1964-65, 1985) e adiante o Capítulo IV.
- (31) Ver Ciccone (1986).
- (32) Ver Shackle (1972), Davidson (1972), Minsky (1975), Kregel (1971) e Robinson (1971).
- (33) Ver Robinson (1962, 1967, 1971, 1974, 1975, 1977, 1978a), Kahn (1959), Kregel (1971) e Sen (1979), Introdução.
- (34) Ver Robinson (1975, 1977, 1978a).
- (35) Ver Robinson (1974, 1975).
- (36) Ver Robinson (1975).
- (37) Ver Robinson (1974).
- (38) Ver Robinson (1971).
- (39) Ver acima a Seção II.2.
- (40) Outras análises das abordagens neoricardianas e neokeynesiana que apresentam visões diferentes da apresentada neste Capítulo podem ser encontradas em Asimakopoulos (1985), Amadeo e Dutt (1987), Bliss (1975) e Howard (1979) e Magnani (1983).
- (41) Ver, respectivamente, Harrod (1939), Keynes (1936) (ver acima nota 13), Sraffa (1960) e Von Newman (1944). Para uma interpretação do modelo de Von Newman do ponto de vista do excedente , ver Champernowne (1944). Para uma comparação entre os modelos de Sraffa e Von Newman ver Schefold (1980) e Roncaglia (1978).

CAPITULO III - TEORIAS DA DISTRIBUIÇÃO

- III.1 INTRODUÇÃO
- III.2 SALÁRIOS NOMINAIS E REAIS
- III.3 DEMANDA EFETIVA E DISTRIBUIÇÃO
- III.4 PREÇOS DE PRODUÇÃO E GRAU DE MONOPÓLIO
- III.5 TAXA DE JUROS E TAXA DE LUCRO
- III.6 EXOGENEIDADE E SEPARAÇÃO

III.1 INTRODUÇÃO

60. A partir da década de 60 o problema da distribuição entre lucros e salários passou a ser discutido por neoricardianos e neokeynesianos nos termos da Teoria dos Preços de Produção (interpretada, respectivamente, como uma explicação dos preços associados às posições normais ou dos preços correspondentes às trajetórias de tranquilidade). Neste contexto, duas questões principais se colocam: a definição de qual das duas variáveis distributivas deve ser tomada como exógena na determinação dos preços de produção, e a escolha da teoria da distribuição mais adequada para explicá-la.

61. Os autores das duas correntes teóricas apresentaram uma grande variedade de modelos com o objetivo de responder a estas questões. Estes podem, porém, ser vistos como variantes de quatro modelos básicos, que representam formas gerais alternativas de determinar a parcela dos lucros no produto.

O primeiro destes toma o salário real como exógeno, determinado por elementos políticos e institucionais e tem sua origem nas contribuições de Smith, Ricardo e Marx. Será chamado de Modelo de Ricardo.

O segundo, toma a parcela dos lucros como exógena, obtida a partir das decisões de gasto dos capitalistas. Este modelo, que chamaremos de Modelo de Kaldor, é baseado nos trabalhos de Kaldor, Robinson e Pasinetti e tornou-se conhecido como a "Teoria da Distribuição de Cambridge".

O terceiro, que será chamado Modelo de Kalecki, também toma a parcela dos lucros como exógena, desta vez determinada pelo conceito kaleckiano de grau de monopólio.

.../...

Finalmente, o que chamaremos de Modelo de Garegnani, no qual a parcela dos lucros exôgena é explicada pela taxa de juros. Garegnani e seus seguidores desenvolveram esta idéia originalmente apresentada por Keynes e Sraffa.

Os modelos de Ricardo e de Garegnani são baseados na noção neoricardiana de excedente. O Modelo de Kaldor, por outro lado, parte da noção neokeynesiana de incerteza e o Modelo de Kalecki, por sua vez, tem fundamentos bastante ecléticos.

O objetivo deste Capítulo é analisar criticamente cada um destes quatro modelos (o que será feito nas seções 2, 3, 4 e 5) e ao final examiná-los comparativamente (seção 6). (1)

.../...

III.2 SALÁRIOS NOMINAIS E REAIS

62. Analisemos inicialmente o Modelo de Ricardo (2). Nele, a parcela dos lucros no produto é limitada pelo que Ricardo chamava de " Dificuldade de Produção ", definida por duas restrições estruturais ao enriquecimento capitalista: a restrição tecnológica (dada pelo nível da produtividade do trabalho) e a restrição social (dada pelo nível tradicional de salários reais). A produtividade do trabalho dependia do estágio do conhecimento técnico e da fertilidade da terra; o nível " Natural " ou de " Subsistência " do salário real dependia das necessidades biológicas (Malthus), de hábitos e costumes culturais e de fatores políticos e institucionais (Smith , Marx).

Tanto o nível da produtividade do trabalho quanto o nível do salário real eram determinados exogenamente à operação das forças de mercado, por relações tecnológicas ou sociais.

63. Formalmente, a restrição tecnológica pode ser representada pela equação que define os requisitos de trabalho (L) por unidade de produto (Y):

$$[2] \quad L = b.Y , \quad b > 0$$

A restrição salarial é dada pelo requisito de que o salário nominal (f) seja capaz de comprar a cesta de subsistência (V) ao nível de preços correntes (p):

$$[3] \quad f = V.p$$

A parcela dos lucros no produto é, por definição:

$$[4] \quad \frac{(1 - w) p.Y}{p.Y} = p.Y - f.L$$

.../...

Substituindo em [4] as equações [2] e [3]:

$$[5] \quad (1 - w) = (1 - V.b)$$

A equação [5] mostra que a parcela dos lucros no produto é obtida residualmente (já que o salário real é dado) e depende negativamente do salário real e dos requisitos de mão-de-obra. (3)

64. A crítica mais comum ao Modelo de Ricardo está ligada à fixação exógena do salário em termos reais. Keynes (4) enfatizou que os contratos salariais definem os salários nominais - e não reais. Estes, só podem ser conhecidos posteriormente à determinação do nível de preços. Desta forma, a parcela dos lucros no produto não pode ser encontrada residualmente. O ponto central da crítica está, portanto, no fato de que não se deve confundir salários nominais e reais.

Deve-se, entretanto, tomar algum cuidado ao aplicá-la aos textos do próprio Ricardo (ou de Marx), uma vez que este autor trabalhava com um modelo de moeda-mercadoria onde o dinheiro consistia em ouro ou notas plenamente conversíveis em ouro a uma taxa fixa. Ricardo, no Capítulo I dos " Princípios " (5), distinguia claramente entre salários maiores, por serem os trabalhadores " mais liberalmente pagos " (salários reais) e aumentos salariais derivados apenas da " Alteração do valor da moeda ". Como exemplo deste segundo caso, Ricardo apontava a descoberta de novas minas que, ao rebaixar o custo de produção do ouro, reduziria no longo prazo seu preço relativo, aumentando portanto, o nível de todos os outros preços e dos salários em termos de ouro sem que houvesse nenhuma alteração dos salários reais.

Assim, quando nos demais Capítulos dos " Princípios " associa aumentos do salário em ouro a aumentos do salário real, não está fazendo nenhuma confusão, pois já parte da hipótese de que as condições de produção do ouro estão dadas e de que o salário já aumentou em termos das mercadorias que compõem a cesta de subsistência. (6)

65. A formulação correta da crítica é que nem Ricardo, nem seus seguidores modernos, apresentaram nenhuma teoria sobre a forma pela qual os salários nominais e o nível de preços absolutos interagem para produzir níveis determinados de salários reais, nem especificaram de forma precisa os efeitos dos elementos políticos e sociais sobre estes níveis. Portanto, apesar da evidência histórica parecer confirmar a importância destes aspectos sócio-políticos (7), a teoria Ricardiana não fornece nenhuma indicação mais rigorosa sobre o mecanismo através do qual o salário real é determinado.

O modelo permanece, no entanto, válido como uma teoria do limite inferior dos salários (ou do limite superior da parcela dos lucros), na medida em que se suponha existir em cada país e situação histórica um nível, determinado por fatores sócio-políticos, abaixo do qual o salário real não pode cair de forma permanente sem inviabilizar politicamente o prosseguimento normal do processo de acumulação. (8)

66. O segundo modelo a ser examinado foi proposto inicialmente por Kaldor. (9) Em seu artigo original, Kaldor mostra que é possível construir uma teoria estritamente (neo) keynesiana da distribuição se as noções de demanda efetiva e multiplicador utilizadas por Keynes e Kalecki para determinar o nível de produto a dados níveis de preços e distribuição (10) for utilizada para determinar a distribuição entre salários e lucros (a razão entre preços e salários nominais) dado o nível de produto. Além disso, ambos os usos do instrumental keynesiano não seriam incompatíveis como parecem à primeira vista, se for possível mostrar que a idéia tradicional (de que a demanda efetiva determina a produção) é válida no curto prazo onde os preços / margens de lucro são rígidos e a segunda (de que a demanda efetiva determina a distribuição) vale no longo prazo quando os preços / margens de lucro são flexíveis (endôgenos).

67. Para demonstrar esta possibilidade, Kaldor desenvolve um modelo noekeynesiano de distribuição cuja hipótese inicial é a de que o nível de gastos autônomos em termos reais e das propensões a consumir / multiplicar determinam o nível de atividade a curto prazo, dados os níveis de preços e de salários nominais. Acrescenta que: dos gastos da classe capitalista, o investimento é autônomo e o consumo é induzido como uma fração (c_k - propensão marginal igual à média) dos lucros correntes; que os trabalhadores consomem um fração (c_w - propensão marginal igual à média) dos seus salários; e que - como em Kalecki - a propensão marginal a consumir dos capitalistas é menor do que a dos trabalhadores. Assim temos, como em Kalecki - a propensão marginal a consumir dos capitalistas é menor do que a dos trabalhadores. Assim temos, como em Kalecki, que dado o nível de investimento,

quanto maior a parcela dos salários no produto, maior será a propensão a consumir da economia (e o multiplicador) e, portanto, maior será o nível de produto. (11)

68. Finalmente, Kaldor supõe (e é aqui que o seu modelo se afasta totalmente das teorias de Keynes e de Kalecki) que no longo prazo as margens de lucro são flexíveis, determinadas exclusivamente pela demanda, sendo esta flexibilidade o mecanismo que iguala a demanda agregada à oferta agregada potencial. Desta maneira, as margens do lucro caem toda vez que houver excesso de oferta (produto < produto potencial) e sobem toda vez que houver excesso de demanda (produto > produto potencial). (12)

Esta flexibilidade das margens de lucro, acompanhada das hipóteses anteriores de investimento exógeno e distintas propensões a consumir entre as classes fazem com que o modelo tenha, no longo prazo, um mecanismo endógeno que faz a economia automaticamente tender, através de mudanças na distribuição e de seu impacto sobre a demanda efetiva, para o nível de produto potencial. Se no curto prazo o nível de demanda efetiva é tal que o produto é menor que o produto potencial, os preços vão cair. Isto aumenta o salário real e a parcela dos salários no produto e o aumento do consumo dos trabalhadores vai aumentando o nível de demanda efetiva o que acaba levando a economia para a utilização normal com uma parcela dos lucros menor, preços mais baixos e consumo dos trabalhadores maior do que na situação inicial de curto prazo. Analogamente, se o montante de gastos a um dado nível de preços vão subir para eliminar o excesso de demanda, o que aumenta a parcela dos lucros no produto causando (via " poupança forçada ") uma redução do consumo dos trabalhadores - A economia tenderá ao nível do produto potencial com uma parcela dos lucros mais alta do que na situação inicial de excesso de demanda.

69. Uma maneira simples e conveniente de formalizar o Modelo de Kaldor é a seguinte: vamos supor um caso limite no qual todos os gastos capitalistas (em termos reais) - tanto em consumo quanto em investimento - sejam autônomos (propensão marginal a consumir igual a zero e diferente da propensão média), assim:

$$[6] \quad A = \bar{I} + \bar{C}_k$$

Vamos supor também, que os trabalhadores consomem todo o seu salário e não fazem gastos autônomos (propensão marginal igual a um e igual à média), logo:

$$[7] \quad C_w = w \cdot Y$$

Neste modelo Kaleckiano simples, o nível de produto é dado por:

$$Y = A + w \cdot Y$$

$$[8] \quad Y = \frac{A}{(1-w)}$$

ou seja, se a propensão marginal a consumir dos capitalistas é igual a zero e a dos trabalhadores é um, o multiplicador é igual a um sobre a parcela dos lucros no produto. Além disto, a massa de lucros (reais) é:

$$P = Y - w \cdot Y$$

$$[9] \quad P = A$$

Logo, temos que, quando os trabalhadores gastam o que ganham os capitalistas ganham o que gastam (A).

No lado da formação dos preços, vamos supor que o salário nominal é exôgeno:

$$[10] \quad f = \bar{f}$$

e que os preços (e - dado o salário nominal - a margem de lucro) são determinados pela demanda, isto é, a curva de oferta é vertical ao nível do

produto potencial. Os preços, portanto, vão variar de acordo com a seguinte regra:

$$[11] \Delta P = a \left(\frac{Y}{Y^*} - 1 \right) \quad a > 0$$

70. Esta versão do Modelo de Kaldor (13) está representada no gráfico " III.1" que mostra as curvas de demanda e de oferta agregada. (14)

A posição da curva de demanda agregada depende dos gastos capitalistas e sua inclinação depende das diferenças entre as propensões marginais a consumir de capitalistas e trabalhadores. A curva de oferta de longo prazo, devido ao mecanismo de determinação de preços neste modelo, coincide com o produto potencial. O modelo mostra que quanto maiores forem os gastos capitalistas em relação ao produto potencial, menos espaço vai sobrar para o consumo dos trabalhadores. Desta forma, como a longo prazo, há uma tendência para o produto se igualar ao produto potencial:

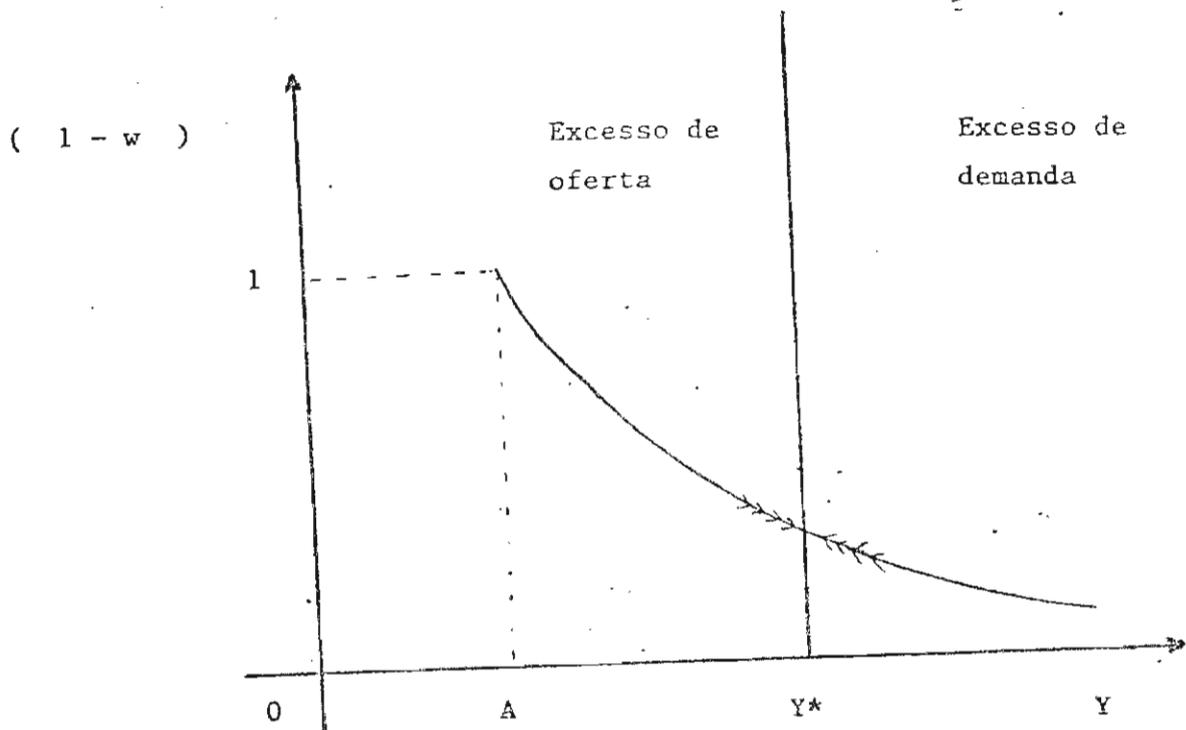
$$[12] \quad Y = Y^*$$

E como os capitalistas ganham o que gastam (equação [9]) a parcela dos lucros no produto vai ser igual à razão entre os gastos capitalistas e o produto potencial:

$$[13] \quad (1 - w) = \frac{A}{Y^*}$$

GRÁFICO III.1

MODELO DE KALDOR



$$Y = \frac{A}{(1-w)}$$

71. Neste modelo, os preços, distribuição e nível de atividade são determinados simultaneamente e a parcela dos lucros no produto vai depender dos gastos autônomos, das propensões a consumir e do nível do produto potencial. A idéia central do modelo é que a distribuição a longo prazo vai depender das decisões de gasto dos capitalistas que por terem riqueza acumulada e acesso ao crédito têm o poder de determinar seus gastos em termos reais podendo se apropriar a longo prazo da parcela do produto potencial desejada enquanto o salário real fica determinado residualmente pela condição de que o que resta do produto potencial, uma vez retirados os gastos dos capitalistas, será racionado entre os trabalhadores. São, portanto, em última instância, as expectativas de longo prazo (" Animal Spirits ") e as condições de financiamento do investimento, bem como o padrão de consumo da classe capitalista que determinam a distribuição.

72. A partir destas idéias básicas, o Modelo de Kaldor foi estendido e desenvolvido pelo próprio Kaldor e por diversos outros autores. Foi, também e continua sendo, objeto de muitas críticas e controvérsias. (15)

Vamos examinar aqui apenas a objeção mais geral e importante que diz respeito à ausência de fundamentação teórica que justifique a hipótese de que os preços e margens de lucro no longo prazo são determinados pela demanda.

No Modelo de Kaldor, os preços não são apenas afetados pela demanda (como num modelo baseado na estrutura analítica clássica / Marxista do excedente, no caso em que não há retornos constantes de escala). Não são, também, determinados simultaneamente pela oferta e pela demanda (como nos modelos baseados na estrutura analítica marginalista ou neoclássica). Os preços (e - dados os salários nominais - a margem de lucros). Neste modelo são determinados no longo prazo única e exclusivamente pela demanda, de forma to

talmente independente dos custos de produção ou da oferta (no caso, dos salários nominais).

Esta idéia torna esta teoria incompatível tanto com a hipótese marginalista de maximização de lucros (seja em concorrência perfeita ou em outras formas de mercado) quanto com a noção clássica e Marxista de que a concorrência leva à igualação de uma taxa de lucro mínima comum sobre os custos normais de produção. Este modelo só seria compatível com alguma noção de racionalidade econômica no caso extremo e irrelevante de uma economia que produzisse apenas bens perecíveis e não armazenáveis; mesmo assim, só no curto prazo, pois ninguém pode ser obrigado a continuar produzindo sistematicamente sem lucro. Ou, então, se for aceita explicitamente a sua incompatibilidade com estes princípios e se postular diretamente que os capitalistas não estão se importando com lucros ou custos, pois têm outros objetivos (no caso, vender todo o produto potencial a qualquer preço). (16) .

73. Não haveria nada de mais na hipótese de que em prazos muito curtos os preços sejam determinados pela demanda, o que seria plausível mesmo em economias oligopolistas onde houvesse incerteza sobre o nível de demanda e por algum motivo os produtores mantivessem níveis baixos de estoques e onde, mesmo que haja capacidade ociosa, a produção seja um processo que tome muito tempo. Não haveria problema algum também (pelo contrário, seria quase inevitável) na idéia de que mesmo no longo prazo uma situação de excesso de demanda estrutural ou permanente faria os preços e margens de lucro serem determinados pela demanda, isto é, levaria as margens de lucro a serem flexíveis para cima.

A flexibilidade das margens de lucro para baixo no longo prazo é que é problemática, porque implicaria que os produtores são indiferentes quanto à

margem de lucro obtida e aceitam continuar a produzir mesmo com preços inferiores aos custos. É evidente que a rigidez para baixo das margens de lucro, dados os custos (salários nominais) não é reflexo de nenhuma imperfeição da concorrência e sim do fato de que os produtores embora não possam até certo ponto produzir mais que o produto potencial sempre podem produzir menos.

74. A idéia de que margens de lucro flexíveis (determinadas pela demanda) como no modelo de Kaldor são características da operação de economias competitivas no longo prazo, apesar de totalmente incorreta, é muito difundida entre os nekeynesianos. (17) Esta concepção envolve, no entanto, uma confusão entre a forma de ajustamento entre a oferta e demanda a curto prazo e a determinação das margens normais de lucro a longo prazo em diferentes estruturas de mercado, assim como o abandono da proposição usualmente consensual de que capitalistas racionais não persistirão produzindo a preços que não cubram os custos e proporcionem uma margem de lucro normal adequada.

Na análise de curto prazo, é comum a distinção entre dois tipos de ajustamento da oferta à demanda corrente. Num tipo de mercado, os produtores fixam seus preços, formados por seus custos normais e acrescidos da margem de lucro desejada, e o ajuste de curto prazo entre oferta e demanda se dá através de variações nos estoques (ou na utilização da capacidade). Estas seriam os mercados de preço rígido (" Fix-Prices "). Em outros mercados, onde os produtores não operam com elevados níveis de estoque (ou capacidade ociosa), as firmas simplesmente produzem e põem à venda a quantidade que consideram adequada (isto é: que, dado o nível esperado de demanda, elas acham que irá obter o preço e margem de lucro desejados) e deixam que

o ajustamento entre oferta e demanda se dá através dos preços. Estes últimos seriam os mercados de preços flexíveis (" Flex-Prices "). (18)

Três pontos devem ser ressaltados quanto à distinção entre " Fix " e " Flex-Prices ". Primeiro, enfatizar que se trata de uma distinção que diz respeito apenas ao ajustamento de curto prazo (no " Período de Mercado ").

Segundo, embora haja em geral uma correlação alta entre oligopólios e ajustamento " Fix-Price " e setores competitivos e " Flex-Price ", esta correlação não é perfeita e biunívoca (como vimos no exemplo dado no Parágrafo 73): " Fix-Price " não é sinônimo de oligopólio, nem " Flex-Price " é sinônimo de concorrência. Terceiro, e mais importante, tanto nos mercados " Fix " quanto nos " Flex ", os produtores têm sua margem de lucro normal desejada a longo prazo. As variações de estoques nos mercados " Fix " e a dos preços de mercado (" Spot ") nos " Flex " sinalizam para os produtores se a oferta deve ser ampliada ou reduzida para tornar efetivas as margens de lucros normais de longo prazo.

Quanto à determinação destas margens normais de longo prazo, a única diferença entre mercados competitivos ou oligopolistas (sejam estes Flex ou Fix no curto prazo) é apenas que provavelmente as margens de lucro normais que se obtêm em mercados competitivos, em geral vão ser menores do que a dos mercados oligopolistas. Em ambos os casos, os preços vão ser determinados pelos custos normais e uma margem de lucro adequada àquela estrutura de mercado. (19)

A longo prazo, portanto, existe uma assimetria na formação de preços. Se a demanda efetiva é menor ou igual ao nível de produto potencial, os preços vão ser dados pelos custos mais margens de lucro normais.

Em situações de excesso de demanda estrutural ou permanente (demanda pro-
duto potencial a longo prazo) os preços e margens de lucros são determina-
dos pela demanda. Isto ocorre independentemente das estruturas de mercado
ou da forma de ajustamento de preços e quantidades no curto prazo, uma vez
que - mesmo em mercados competitivos e " Flex-Price " - nada impede que a
longo prazo os produtores reduzam a produção para se ajustar a uma menor de-
manda. Da mesma forma, mesmo em mercados oligopolistas e " Fix-Prices " ,
um excesso de demanda estrutural vai acabar se refletindo em preços de mer-
cado superiores ao preço normal.

Desta maneira, para conciliar o Modelo de Kaldor com os critérios e raciona-
lidade usualmente aceitos na teoria econômica é necessário postular arbitra-
riamente a presença de um excesso de demanda estrutural a longo prazo (a
economia está sempre à direita da curva de oferta agregada no Gráfico III.1)
ou seja, por algum motivo a demanda cresce sempre mais do que a oferta po-
tencial e a poupança forçada é o mecanismo que garante o equilíbrio macroe-
conômico. (20)

75. O papel central ocupado no Modelo de Kaldor pela hipótese de fle-
xibilidade das margens de lucro é que explica a importância da hipótese de
propensão marginal a consumir dos trabalhadores maior que a dos capitalis-
tas. Esta hipótese não pode ser modificada sem tornar o modelo inútil ou
indeterminado.

Suponhamos uma versão deste modelo na qual a propensão marginal a consumir
dos trabalhadores fosse menor que a dos capitalistas. Isto tornaria o mode-
lo instável e, deslocado de uma posição de equilíbrio, a parcela dos lucros
tenderia a assumir seus valores extremos (zero ou um). Este resultado
vem do fato de que, pela regra de formação de preços deste modelo, os pre-
ços caem em relação aos salários toda vez que a demanda agregada (demanda

efetiva) é menor que a oferta agregada (produto potencial) e sobem no caso oposto.

Normalmente, se os trabalhadores consomem proporcionalmente mais do que os capitalistas, diante de um excesso de oferta a queda dos preços e a mudança na distribuição aumentam o multiplicador e o nível do produto. Se os trabalhadores consomem relativamente menos que os capitalistas, esta transferência de renda dos últimos para os primeiros levaria a uma inversão da correlação entre demanda agregada e parcela dos lucros, fazendo o multiplicador e demanda efetiva diminuírem com a redistribuição - o que ampliaria o excesso de oferta, causaria quedas de preços posteriores que iriam aumentando o excesso de oferta cumulativamente. O efeito simétrico ocorreria diante de um excesso de demanda que levaria a parcela dos lucros a crescer indefinidamente até o seu valor máximo.

Neste caso, o problema é que a curva de demanda agregada da economia tornasse positivamente inclinada (ver o Gráfico III.2), o que não é compatível com a idéia de flexibilidade de preços. Não faz sentido supor preços flexíveis se a flexibilidade deles não é capaz de ajustar os desequilíbrios entre oferta e demanda. (21)

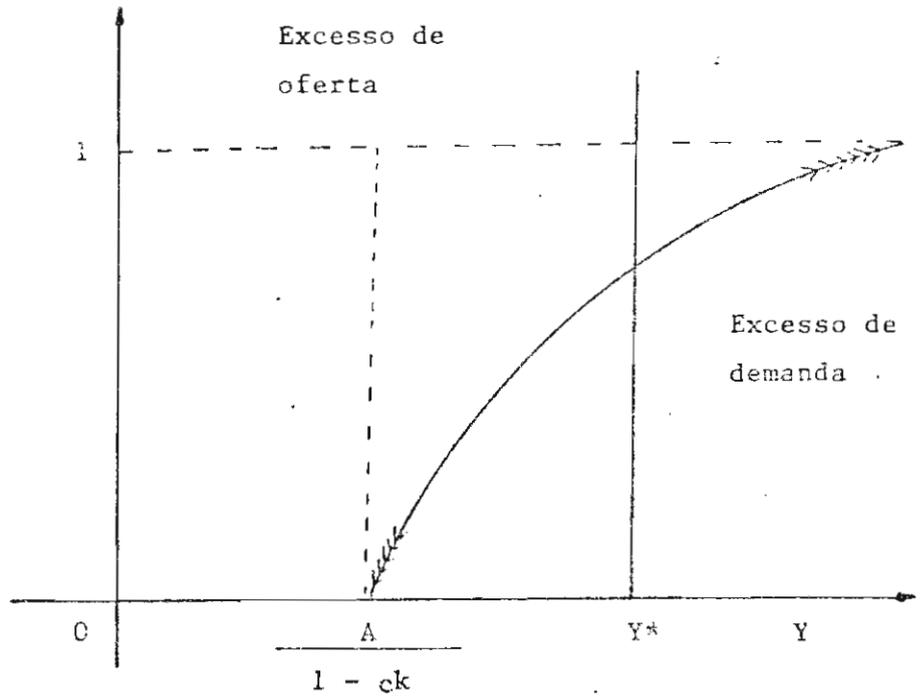
76. Estas considerações mostram que o elemento crucial do Modelo de Kaldor não é a diferença dos hábitos de consumo entre as classes em si e sim a necessidade lógica (decorrente da hipótese de preços flexíveis) de que a curva de demanda agregada seja negativamente inclinada. Qualquer outro efeito das mudanças dos preços e da distribuição sobre a demanda efetiva que produzisse uma curva de demanda agregada que não fosse monotonicamente crescente causaria a mesma instabilidade e o mesmo resultado absurdos.

GRÁFICO III.2

=====

O MODELO DE KALDOR, CASO INSTÁVEL ($c_w < c_k$)

($1 - w$)



$$Y = \frac{A}{1 - [c_w \cdot w + c_k (1 - w)]}$$

671..

- erro de ~~escrita~~

no ~~quadro~~ ~~próximo~~ ~~atual~~

Não estamos, evidentemente, propondo que a curva de demanda agregada deva ser vista como positivamente inclinada, nem que os trabalhadores poupam mais que os capitalistas. Estamos questionando apenas o sentido de incluir hipóteses sobre hábitos de poupança numa teoria da distribuição e a resposta é que estas hipóteses, plausíveis ou não, não são importantes por si só, mas porque estão associadas diretamente à idéia de preços flexíveis criticada acima.

77. O Modelo de Kaldor deve, portanto, ser rejeitado como explicação alternativa para a parcela dos lucros no produto a longo prazo em economias competitivas.

Sua hipótese central - de que as margens de lucro são determinadas pela demanda efetiva - é totalmente desprovida de fundamentos teóricos.

Além disso, possui a desvantagem adicional de, por determinar simultaneamente os preços, distribuição e nível de produto, postular relações específicas entre estas variáveis que não se justificam com base em argumentos teóricos particulares mas que surgem como necessidade lógica de manter o formato "bem comportado" das curvas do modelo, de forma inteiramente análoga às teorias marginalistas. (22)

68

~~1981 - uma página de~~
~~1981 - uma página de~~

78. O terceiro modelo, de Kalecki, (23) parte da hipótese de que os salários são negociados em termos nominais e que, portanto, a distribuição depende das margens de lucro. Estas, por sua vez, são determinadas pelo que Kalecki chamou de grau de monopólio. Segundo Kalecki, o grau de monopólio depende, basicamente, do poder de mercado das firmas e do poder de barganha dos Sindicatos dos Trabalhadores.

Quando o grau de monopólio de m , os preços seriam dados por:

$$[14] \quad p = (1 + m) f . b$$

E como a parcela dos lucros no produto é por definição idêntica à parcela dos lucros nos preços:

$$(1 - w) = \frac{m . f . b}{(1 + m) f . b}$$

$$[15] \quad (1 - w) = \frac{m}{(1 + m)}$$

A equação [15] mostra que, conhecido o grau de monopólio, a parcela dos lucros fica inteiramente determinada e é independente do nível dos salários nominais (f) e da tecnologia (b).

79. Kalecki revisou constantemente sua noção de grau de monopólio e seus seguidores apresentaram inúmeras interpretações para este conceito. Entre estas é possível identificar quatro interpretações principais.

A primeira (24) afirma que o que Kalecki chama de grau de monopólio é, simplesmente, a própria margem bruta de lucros e que ele não teria uma teoria precisa de sua determinação, embora indicasse sua relação com elementos da estrutura de mercado e da luta de classes. Nesta versão, onde grau de monopólio e margem de lucro são sinônimos (25), o conceito de grau de monopólio pode ser criticado por não explicar de que forma exata a estrutura de mercado e a luta de classes afetam a determinação da margem de lucro.

80. Uma segunda versão (26) associa o grau de monopólio à teoria da concorrência imperfeita e o interpreta como sendo determinado pelo inverso da elasticidade - preço da demanda. (27) Esta versão (embora não possa ser acusada de deixar o conceito de grau de monopólio indeterminado) está sujeita a muitas críticas sob diversos aspectos.

Inicialmente, não é claro o sentido de se agregar conceitos microeconômicos de equilíbrio parcial de forma a produzir uma explicação macroeconômica da distribuição. (28) Além disso, mesmo que fossem superados os problemas de agregação, esta teoria não poderia dar conta da existência do lucro em condições competitivas (atomísticas), uma vez que neste caso a elasticidade - preço da demanda para cada firma seria infinita e o grau de monopólio e a margem de lucro nulas. (29, 30)

Finalmente, existe uma objeção mais grave que questiona o próprio sentido lógico de se propor uma teoria baseada em fatores subjetivos (preferências) e em outros conceitos marginalistas (elasticidade da curva de demanda, derivada do princípio de substituição no consumo) tanto como base para explicar a variável exôgena do sistema de preços de produção, que foi desenvolvido a partir de uma estrutura analítica radicalmente distinta, quanto para uma ex

plificação geral da parcela dos lucros no produto que se diz alternativa à abordagem marginalista ou neoclássica. (31)

81. A terceira interpretação (32) é uma variante da segunda e nela o grau de monopólio é determinado a partir da teoria moderna de organização industrial (estrutura - conduta - desempenho). Nesta versão, as principais variáveis que explicam a margem de lucro, além da elasticidade-preço da demanda, são o grau de concentração / número de empresas em cada setor e o grau de coordenação oligopolista. Além de todas as críticas feitas acima à segunda interpretação, esta versão pode, ainda, ser criticada sob dois aspectos adicionais. Em termos empíricos, a relação direta estabelecida entre o grau de concentração e/ou o comportamento cooperativo dos oligopolistas e o nível das margens de lucro não tem sido confirmada satisfatoriamente. (33) Em termos teóricos, devido à multiplicidade de estratégias de comportamento possíveis, a maior parte dos modelos de oligopólio do paradigma da estrutura-conduta-desempenho apela para hipóteses totalmente arbitrárias, ou não consegue uma margem de lucros perfeitamente determinada. (34)

82. A quarta e última versão (35) diz que o grau de monopólio deve ser explicado por uma teoria sobre barreiras à entrada do tipo preço-limite. Esta seria a alternativa mais interessante, uma vez que identifica corretamente os lucros oligopolistas como provenientes de diversas formas de diferenciais de custos. Entretanto, como a margem de lucro oligopolista depende da diferença entre o preço-limite e o custo médio do oligopolista já estabelecido e, por sua vez, o preço-limite depende tanto da tecnologia socialmente difundida (dominante) como da taxa normal de lucro, uma teoria das barreiras à entrada não pode determinar - por si só - a parcela dos lucros no produto, uma vez que é uma teoria que explica somente o lucro diferencial (oligopolista) que só faz sentido como um desvio em relação ao lucro normal (competitivo) que precisa ser conhecido previamente.

III.4 TAXA DE JUROS E TAXA DE LUCROS

83. O quarto modelo, de Garegnani (36), tem seu ponto de partida na sugestão de Sraffa (37) de que a taxa de lucros do setor produtivo poder ser determinada a partir da taxa de juros do dinheiro.

Esta possibilidade decorre de três proposições:

- (a) Em condições competitivas (livre mobilidade do capital) existe uma tendência à igualação da taxa de retorno de todos os ativos capital (reais e financeiros), uma vez descontadas as diferenças de liquidez e risco, bem como as margens de intermediação (Spread etc.);
- (b) Os salários são fixados apenas em termos nominais (e não reais) o que impede que os lucros sejam determinados residualmente;
- (c) Por último, a taxa de juros do dinheiro pode ser determinada independentemente do setor real da economia.

A proposição (a) mostra que a taxa de juros e a taxa de lucros têm que mover juntas. A proposição (b) elimina a possibilidade do salário real determinar a taxa de lucro e esta a taxa de juros e, finalmente, a proposição (c) garante que a taxa de juros é exôgena. É necessário, portanto, que a taxa de lucro e o salário real se ajustem a esta taxa de juros dada.

84. Neste modelo, o valor da margem de lucro a ser cobrada em condições normais (utilização normal da capacidade) é dado pelo requisito de

igualdade entre a taxa de juros (i) e a taxa de lucros (r).

Desta maneira, é, em última instância, a taxa de juros que determina a parcela dos lucros no produto. Esta pode ser derivada formalmente a partir da identidade [1]:

$$[1] \quad r = (1 - w) \cdot u \cdot R$$

Como a longo prazo a taxa de lucros obtida em condições de utilização normal tem que se igualar à taxa de juros ($i = r$, $u = 1$), temos:

$$i = (1 - w) u R$$

$$i = (1 - w) R$$

$$[16] \quad (1 - w) = \frac{i}{R}$$

Vemos, então, que a parcela dos lucros no produto fica dada pela razão entre a taxa de juros e a taxa máxima de lucros, sendo a parcela dos salários obtida residualmente.

85. A taxa de juros relevante para este modelo é a taxa de juros "pura" (sem risco nem margens de intermediação) média de longo prazo. Esta - que definiria um padrão considerado " normal " para o custo do dinheiro - seria determinada por fatores como convenções e regras institucionais e (como notaram Marx e Keynes), em última instância, pela política seguida pelos bancos e pelas autoridades monetárias. (38)

Esta taxa normal afeta os preços de produção independentemente da proporção na qual as firmas se financiam com capital próprio ou de terceiros. No caso de capital de empréstimo, a taxa de juros entra diretamente como custo financeiro, enquanto sobre o capital próprio ela representa o custo de oportunidade. Em condições competitivas, a taxa de lucros normal de um setor não pode

se desviar permanentemente deste custo de oportunidade, pois isso induziria movimentos de capitais compensatórios para dentro ou para fora destes mercados.

86. A determinação da taxa de lucros pela taxa de juros não implica, no entanto, numa igualdade estrita entre estas duas taxas, devido à existência, mesmo em condições competitivas, de diferenciais permanentes nos retornos dos diversos ativos dados pelas várias margens de intermediação financeira e por seus diferentes graus de liquidez e risco. A taxa de lucro no setor produtivo, por exemplo, sempre tende a ser mais alta do que a taxa de juros (com prazo equivalente), devido à menor liquidez e dos maiores riscos da atividade de produção. O importante para este modelo é que variações permanentes na taxa de juros levem a mudanças permanentes nas taxas de lucros na mesma direção, de forma que os juros não determinam necessariamente uma única taxa de lucros e sim toda a estrutura de taxas de retornos dos diversos ativos. (39)

87. Duas críticas principais foram feitas a este modelo. A primeira, diz que o Modelo de Garegnani só é válido na hipótese de um mercado de capitais perfeito. A segunda, afirma que, na presença de inflação, a taxa de juros de dinheiro não pode determinar a taxa de lucro. (40)

A primeira objeção pode ser respondida através de uma versão deste modelo adaptada para a presença do " Princípio do Risco Crescente " ou de racionamento de crédito (isto é, do fato de que a taxa de juros cobrada depende do volume de capital emprestado em relação ao capital próprio do tomador), seguindo uma sugestão de Steindl. (41)

74.1..

~~74.1..~~
~~74.1..~~

Sua idéia é definir várias classes de volume de capital emprestado, como por exemplo: pequeno (até X CZ\$); médio (de X a Y CZ\$) e grande (acima de Y CZ\$).

Partindo-se da taxa de juros cobrada ao tomador comum (empresa pequena) ou de pequenos montantes de capital, vão sendo acrescentados " Spreads " devido ao " Risco Crescente " para as classes superiores. No exemplo, teremos três taxas de juros: i_1 , i_2 , i_3 ; tais que $i_1 < i_2 < i_3$.

Este é o lado do sistema financeiro. Quanto às empresas produtivas, a concorrência faz (através do custo financeiro e do custo de oportunidade) com que a taxa de lucros se iguale à taxa de juros relevante para o capital daquele porte.

Assim, nas pequenas empresas, $r_1 = i_1$ porque qualquer outra empresa pode entrar em seu mercado obtendo capital ao custo i_1 . As médias obterão $r_2 = i_2$, pois somente a este custo (i_2) pequenas empresas poderão invadir seu mercado, enquanto as grandes vão poder obter $r_3 = i_3$, que corresponde ao custo de capital daquela classe. Desta forma, em vez da tendência à igualação da taxa de retorno em geral, temos a tendência à igualação da taxa de retorno de capitais do mesmo porte, o que significa a tendência à formação de uma estrutura de taxas de lucro. (42)

Este esquema de Steindl, além de mostrar que a hipótese de mercado de capitais perfeito pode ser removida sem invalidar o Modelo de Garegnani, tem a característica interessante de basear uma explicação da estrutura de taxas de lucro nas condições de acesso diferenciado para pequenas e grandes empresas a grandes volumes de capital financeiro, (aspecto que, apesar da considerável evidência empírica a seu favor, (43) não tem sido suficientemente enfatizado na moderna literatura de organização industrial e barreiras à entrada).

88. . A segunda crítica apontada acima é mais pertinente e diz respeito à capacidade do Estado de controlar a taxa de juros real. No Modelo de Gargani, a taxa (ou estrutura de taxas) de juros nominal está em princípio sob o controle das autoridades monetárias. O poder do Estado de fixá-la é restringido, no entanto, por vários motivos: pela necessidade de administrar a dívida pública, equilibrar o balanço de pagamentos e estabilizar a taxa de câmbio; e pelos movimentos especulativos dos agentes detentores de riqueza ' (44)

Mesmo que as autoridades monetárias consigam controlar a taxa de juros nominal, a taxa relevante para a determinação da parcela dos lucros é a taxa de juros real. As flutuações na taxa de inflação podem afetar significativamente o valor da taxa de juros real e isto só pode ser contrabalançado por uma política monetária destinada e persistente.

89. Uma vez que a taxa de juros real vai ser definida pela relação entre a taxa de juros nominal (fixada diretamente pelas autoridades monetárias) e a taxa de inflação (que num modelo simples, depende, basicamente, da variação dos salários nominais) pode-se dizer que, neste modelo, a taxa de lucros numa economia competitiva será o resultado do conflito entre os interesses do Estado, o poder desestabilizador da classe proprietária de riqueza e o poder de barganha (refletido em sua capacidade de obter reajustes de salários nominais) da classe trabalhadora. (45)

Um aumento, por exemplo, dos salários nominais devido à intensificação da militância sindical, se transformará em um aumento permanente do salário real se as taxas de juros nominais não forem reajustadas na mesma proporção.

Por outro lado, uma tentativa do Estado de aumentar a taxa real de juros via aumentos na taxa nominal - que, em princípio, possibilitaria a cobrança de

maiores margens de lucro - só será bem sucedida se a queda correspondente nos salários reais for aceita passivamente pelos trabalhadores. Caso contrário, este aumento da parcela dos lucros só seria sustentável através de uma política monetária que estabelecesse reajustes compensatórios na taxa de juros nominal de forma a neutralizar os eventuais aumentos de salários nominais.

Este tipo de política pode evidentemente levar a reajustes salariais posteriores e a um processo de inflação crônica. (46)

90. De qualquer forma, como o processo de fixação da taxa de juros e de lucros real depende do resultado deste conflito (que deve variar segundo distintas circunstâncias políticas e econômicas e segundo o poder de barganha dos grupos envolvidos) este modelo acaba deixando a distribuição " em aberto" isto é, não apresenta o mecanismo preciso que preside a determinação da taxa de juros real. Tem, portanto, uma limitação análoga à do Modelo de Ricardo, discutido acima.

O Modelo de Garegnani, portanto, apesar de apontar para relações importantes e comumente ignoradas como o papel do Estado e o impacto distributivo de fatores monetários, é incompleto pois não existe nenhuma teoria exclusivamente monetária que permita determinar o valor real da taxa de juros normal do longo prazo.

..!..

91. O Quadro III.1 resume as principais características dos quatro modelos examinados nas seções anteriores. Estes modelos podem ser classificados de duas formas. Em primeiro lugar, a partir do caráter separado ou simultâneo da determinação da distribuição. As teorias separadas determinam a distribuição inteiramente pelo lado dos preços e custos, de forma independente dos determinantes do nível de atividade. Neste grupo, incluiríamos os Modelos de Ricardo, Kalecki e Garegnani. O Modelo de Kaldor, por determinar conjuntamente o nível de produto e a distribuição, deve ser classificado como simultâneo. Em segundo lugar, podemos classificá-los segundo a variável distributiva que faz o papel de variável de ajuste. Nos Modelos de Kaldor, Kalecki e Garegnani são os salários que são determinados residualmente, enquanto no Modelo de Ricardo são os lucros que têm este papel.

92. A conclusão que emerge do estudo dos quatro modelos apresentados e criticados neste Capítulo é que nenhum deles fornece uma explicação completa dos determinantes da parcela dos lucros no produto. Mesmo assim, os modelos da abordagem Neoricardiana (Ricardo e Garegnani) nos parecem mais interessantes para a análise dos diversos fatores que afetam a distribuição, tanto por sua maior consistência lógica quanto em termos de sua relevância. Do ponto de vista da consistência lógica, os modelos Neoricardianos são superiores por dois motivos:

- A determinação separada da distribuição evita que sejam necessárias suposições restritivas sobre as relações entre preços e quantidades (ao contrário do que ocorre no Modelo de Kaldor);

- Têm fundamentos microeconômicos coerentes e, embora partam da expliação da parcela dos lucros em condições competitivas, podem facilmente ser estendidos para a análise de condições não-compe-titivas (enquanto o Modelo de Kalecki não pode ser adaptado pa-ra condições de concorrência e o de Kaldor é incompatível com quase todas as teorias da concorrência).

No que diz respeito à relevância também são duas as vantagens dos Modelos de Ricardo e Garegnani:

- Os aspectos políticos e sociais (Estado, conflito de classes) são levados em consideração, sendo a distribuição determinada por fatores externos às forças de mercado.
- Finalmente, a principal virtude dos modelos Neoricardianos quanto à questão distributiva está ligada ao que esta abordagem nega, isto é, a possibilidade de determinar a distribuição a lon-go prazo numa economia capitalista competitiva pela demanda agregada (Kaldor) ou pela concorrência (Kalecki).

.../...

QUADRO III.1

PARCELA DE LUCROS NO PRODUTO

| MODELO | DETERMINANTES | | VARIÁVEL DE AJUSTE | DETERMINAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO |
|-----------|-----------------|-----------------------------|--------------------|------------------------------|
| Ricardo | $1 - V.b$ | Salário real Tecnologia | Lucros | Separada |
| Kaldor | $\frac{A}{Y^*}$ | Gastos capita listas | Salários | Simultânea |
| Kalecki | $\frac{m}{1+m}$ | Grau de mono pólio | Salários | Separada |
| Garegnani | $\frac{i}{R}$ | Taxa de juros Tecnologia | Salários | Separada |

CAPÍTULO III

NOTAS

— — — — —

(1) Comparações de modelos de distribuição deste tipo podem ser encontradas em Kaldor (1955), Dobb (1973), Nuti (1972), Lavergne & Faccarello (1977), Tolipan (1979), Maurisson (1984) e Marglin (1984a).

(2) Ver Ricardo (1815, 1817) e Marx (1867).

(3) Bhaduri e Robinson (1980) propuseram uma versão " Marxista " deste modelo no qual a restrição social aparece não como um salário real mínimo (V), mas diretamente como uma parcela dos salários mínima (w^*) e é esta parcela e não o nível do salário real que é dado por fatores políticos e sociais. O argumento a favor desta versão é que assim, ao contrário da versão na qual o salário real é dado (e não a parcela), se evita que a distribuição " seja determinada pela técnica ... abrindo espaço para a consideração da luta de classes na determinação da distribuição ". Esta proposição, no entanto, simplesmente não faz sentido. Não há nada que faça com que " V " seja menos passível de ser influenciado pela " Luta de Classes " do que w^* . Na realidade, a fixação exógena da parcela deve ser vista como um caso particular de um modelo onde o salário real " V " é que é exógeno, e consegue acompanhar e se apropriar do crescimento da produtividade do sistema (quedas em b). Por isto, esta possível variante do nosso Modelo de Ricardo, que fixa a parcela dos salários ou a " Taxa de Exploração ", será ignorada em nossa discussão subsequente.

(4) Keynes (1936, Capítulo 2).

(5) Ricardo (1817, Capítulo 1, Seção VIII).

(6) Na realidade, Ricardo supõe naturalmente que o ouro é um bem " de luxo " (um produto não-básico) que não afeta a taxa de lucro e também que a composição entre trabalho direto e indireto do setor que produz ouro é igual à composição " média " da economia. Ver Rowthorn (1980).

(7) A literatura a este respeito na área de economia do trabalho é enorme. Para algumas análises interessantes ver o livro editado por Ploore (1979).

(8) A idéia de um salário real mínimo que dá o limite superior para a parcela dos lucros é aceita quase que consensualmente por Neoricardianos e Neokeynesianos. Para a maioria destes autores, as demais teorias da distribuição discutidas adiante explicam os lucros apenas nos casos em que o salário real se encontra acima deste piso mínimo. Ver Sraffa (1960), Kaldor (1955) e Robinson (1962).

..../..

(9) Apresentada inicialmente em Kaldor (1955). Numa linha semelhante ver a surpreendente interpretação da teoria de Marx feita por (Steindl (1952) Apêndice). Modelos que partem das mesmas hipóteses básicas podem ser encontrados em Kahn (1959), Robinson (1962, 1967, 1971), Kaldor (1957, 1960, 1966), Pasinetti (1974), Eichner & Kregel (1975), Kregel (1971), Bacha (1982), entre inúmeros outros.

(10) Na realidade, na " Teoria Geral " apenas os salários nominais são dados e a distribuição é determinada endogenamente pela condição de igualação entre preço e custo marginal. Para uma comparação entre Keynes e Kalecki sobre a relação entre distribuição, preços e nível de atividade, ver Amadeo (1985).

(11) Ver Kalecki (1954).

(12) A flexibilidade das margens de lucro pressupõe ou que os salários nominais são rígidos, ou que são menos flexíveis em relação a variações da demanda agregada do que os preços. Assim, toda vez que os preços sobem (ou caem), os salários nominais sobre (ou caem) menos e a distribuição varia na mesma direção que a variação de preços.

(13) Para outra versão, ver Apêndice D.

(14) Cabe assinalar que as curvas de oferta e demanda agregadas usuais nos livros - texto de macroeconomia (Ver Dornbusch e Fischer (1978), Capítulos 11 e 12) são desenhadas no plano preços / nível de atividade e não no plano parcela dos lucros / nível de atividade. Neste caso, a diferença não é importante porque como estão dados o salário nominal e a tecnologia, toda variação nos preços muda a parcela dos lucros e vice-versa.

(15) Ver Apêndice D.

(16) A tentativa de prover algum fundamento microeconômico para os modelos Neokeynesianos gerou um conjunto de modelos gerencialistas nos quais as empresas maximizam vendas ou crescimento e não lucros. Neste caso, os preços podem ser determinados por uma margem de lucro mas a própria margem de lucro está subordinada aos gastos planejados das empresas e dos capitalistas (ver nesta linha Kaldor (1986), Robinson (1971), Wood (1975) e Eichner (1973); para críticas a esta visão ver Presser (1981) e Guimarães (1981)).

(17) Uma lista completa de referências seria demasiado longa uma vez que inclui a grande maioria dos modelos feitos por Neokeynesianos e Neoestruturalistas que usam de alguma forma a distinção " Fix-Price " - " Flex-Price ". Ver todas as referências da nota (9) e para exemplos mais confusos, Kregel & Eichner (1975) e Bacha (1982) que acima de tudo propõe que a diferença entre monetaristas e Keynesianos diz respeito à flexibilidade ou não da margem de lucro a longo prazo.

(18) Ver Hicks (1974), Capítulo 2.

.../...

(19) Para uma rara análise do ajustamento de preços e quantidades em distintas estruturas de mercado a curto e longo prazos que critica estas confusões, ver Possas (1987), Capítulo 5.

(20) É importante lembrar que depois da Teoria Geral (1936), Capítulo 19 e da síntese neoclássica (Patinkin (1948)) a maneira pela qual a economia competitiva retorna sempre à posição da plena utilização (e plena empresa) é através da combinação de uma curva de demanda agregada negativamente inclinada (no plano tradicional preços / produto), na qual as propensões a consumir de trabalhadores, capitalistas e, principalmente, credores e devedores são iguais e onde o investimento (efeito Keynes) e o consumo (efeito Pigou) aumentam quando os preços caem porque dada a oferta nominal de moeda, a liquidez real aumenta. A queda de preços em situações de capacidade ociosa é possibilitada não pela flexibilidade das margens de lucro que podem ficar constantes e sim pela flexibilidade dos salários nominais (e não necessariamente reais). Assim, nestes modelos, os preços caem porque os custos caem e é o salário nominal que é determinado pela demanda e garante uma curva de oferta a longo prazo vertical. Ver Dutt (1987b).

(21) Kaldor, ao menos, em seu artigo original (Kaldor (1955)) parecia razoavelmente consciente da implausibilidade da hipótese de margens de lucro flexíveis (o mesmo não pode ser dito nem de seus seguidores principais como Joan Robinson e Pasinetti, por exemplo). Podemos encontrar em seu artigo, além da condição de estabilidade discutida acima, o argumento de que em seu modelo, a parcela dos lucros no produto podia ser limitada:

- a) por cima, por um nível mínimo de salário real, o que faz o modelo ficar igual ao Modelo de Ricardo (ver acima, Seção III.2 e Nota (8);
- b) para baixo, por uma margem de lucro mínima, como em Kalecki (ver adiante Seção III.4);
- c) para baixo, por uma taxa mínima de lucro como no Modelo de Garegnani (ver adiante, Seção III.5).

Kaldor afirma que seu modelo só é viável quando nenhuma destas restrições vale o que aparentemente só vai ocorrer em situações de excesso de demanda estrutural. Além disso, Kaldor supõe arbitrariamente que a economia parte de uma situação de pleno emprego da mão-de-obra e que o nível de investimento dentro de A é tal que permite à economia crescer à taxa natural (crescimento da população mais produtividade). Kaldor vai mais longe e sugere que os " Animal Spirits " no capitalismo são tão elevados que a taxa de crescimento desejado pelos capitalistas usualmente supera a taxa natural. Desta forma, embute através destas hipóteses " Ad-Hoc " uma tendência ao excesso de demanda estrutural.

(22) Para uma crítica do procedimento marginalista de determinação simultânea de preços e quantidades, ver Garegnani (1983a, 1985) e Bharadwaj (1976, 1985).

(23) Ver Kalecki (1954, 1977).

(24) Kalecki (1871) e Tavares (19).

(25) Kaldor (1955), por exemplo, acusa este conceito de grau de monopólio de ser tautológico.

- (26) Kalecki (1940), Lerner (1934).
- (27) Ver Labini (1956), Capítulo 2 para uma demonstração.
- (28) Ver Dobb (1973).
- (29) Como Kalecki supõe custo marginal constante (igual ao custo médio) se a receita marginal é igual ao preço, como ocorre quando a elasticidade é infinita, o preço é igual ao custo marginal médio e ou não há lucro se se trata dos custos médios de curto prazo (quando capital é um fator fixo) ou só há lucro normal se os custos são de longo prazo. Neste último caso, este lucro normal também não pode ser explicado por esta teoria.
- (30) Ver Dobb (1983) e Tolipan (1979).
- (31) Ver Tolipan (1979).
- (32) Ver Kalecki (1954) e Cowling (1981).
- (33) Ver Possas (1985).
- (34) Ver Possas (1985).
- (35) Ver Labini (1956), Bain (1956) e Steindl (1952).
- (36) Exposta pela primeira vez em italiano em 1965. Ver Garegnani (1964 - 65) e Pivetti (1985).
- (37) Ver Sraffa (1960), Capítulo 4 , Parágrafo 44. Para uma análise da evolução histórica desta teoria, ver Garegnani (1979) e Panico (1980 , 1985, 1988).
- (38) Ver Garegnani (1964, 65, 1979) e Pivetti (1985). A relação entre esta teoria e as idéias de Keynes é discutida no Apêndice E.
- (39) Ver Pivetti (1985) e Panico (1980, 1985 e 1988).
- (40) Estas críticas foram feitas por Nuti (1972).
- (41) Ver Steindl (1952, Capítulo VII).
- (42) Estamos supondo que as grandes empresas tenham acesso a projetos de investimento que só podem ser feitos com elevado volume de capital .

.../...

- (43) Para evidência sobre a correlação entre tamanho de empresa e rentabilidade, no Brasil, ver Braga e Mascolo (1980).
- (44) Ver Panico (1985) e Pivetti (1988).
- (45) Ver Garegnani (1964-65) e Pivetti (1985).
- (46) Estudos da inflação brasileira baseados nestas hipóteses podem ser encontrados em Pivetti (1985), Serrano (1986), Arida e Lara-Resende (1985) e Belluzzo e Tavares (1986).

..!..

CAPÍTULO IV - TEORIAS DA ACUMULAÇÃO

- IV. 1 - INTRODUÇÃO
- IV. 2 - FRONTEIRAS DE LUCROS E SALÁRIOS
- IV. 3 - A TAXA DE LUCRO EM QUATRO MODELOS
- IV. 4 - ESTRUTURAS DE GASTO, DISTRIBUIÇÃO
E PRODUÇÃO
- IV. 5 - PREÇOS DE PRODUÇÃO E DEMANDA EFETIVA

IV.1 INTRODUÇÃO

93. No Capítulo III, estudamos os modelos de determinação da parcela dos lucros no produto usados por autores Neoricardianos e Neokeynesianos para análise da questão da distribuição. Além de apontar para a superioridade analítica (apesar de suas limitações) dos modelos com distribuição exôgena (e separada) mostramos na Seção III.3 como a tentativa de integrar diretamente o princípio da demanda efetiva com a teoria dos preços de produção utilizando a noção de demanda efetiva como base de uma teoria de distribuição é extremamente insatisfatória, tanto em termos de coerência quanto de relevância.

Estas conclusões mostram que o estudo da integração entre a teoria dos preços de produção e o princípio da demanda efetiva não deve ser pensado dentro do contexto das teorias da distribuição. Nosso argumento no presente Capítulo, é que a questão da integração deve ser tratada no âmbito das teorias da acumulação, ou seja, da discussão sobre o ajustamento recíproco entre o nível de demanda efetiva e a capacidade produtiva da economia a longo prazo.

Com este objetivo, vamos examinar as teorias da acumulação dos Modelos de Ricardo, Kaldor, Kalecki e Garegnani. Partindo de suas teorias sobre a parcela dos lucros, iremos analisar como, em cada um destes quatro modelos, esta interação com os determinantes da demanda efetiva e da capacidade produtiva da economia e conjuntamente formam teorias completas da taxa de lucro a longo prazo.

94. O Capítulo está organizado da seguinte forma. Inicialmente, apresentamos a visão tradicional do problema da integração entre preços de

produção e demanda efetiva que coloca a questão em termos das diferentes expressões utilizadas por Neoricardianos e Neokeynesianos para determinar a taxa de lucro (Seção 2).

Em seguida, mostramos como é determinada a taxa de lucro nos quatro modelos (Seção 3). A partir daí, mostramos como estes quatro modelos podem ser vistos como distintas visões sobre o ajustamento macroeconômico das estruturas de distribuição, de gasto e de produção ou como posições alternativas sobre a direção de causalidade e o grau do ajustamento entre demanda efetiva e capacidade produtiva (Seção 4). Concluimos o Capítulo (Seção 5) mostrando como a análise destes quatro modelos aponta para a resolução possível da questão da integração teórica entre preços de produção e demanda efetiva na linha proposta pelo Modelo de Garegnani e comentamos - brevemente - algumas de suas implicações.

.../...

IV.2. FRONTEIRAS DE LUCROS E SALÁRIOS

95. A dificuldade de integração entre o princípio da demanda efetiva e a teoria dos preços de produção aparece de forma mais evidente quando se examina o processo de determinação da taxa de lucro. O problema é que as escolas Neoricardiana e Neokeynésiana determinam a taxa de lucro por meio de expressões totalmente distintas. (1) Isto pode ser visto a partir da identidade [1], que discrimina os três componentes da taxa de lucros (parcela dos juros na renda, grau de utilização e relação produto / capital);

$$r \equiv \frac{P}{K} \equiv \frac{P}{Y} \cdot \frac{Y}{Y^*} \cdot \frac{Y^*}{K}$$

ou

$$[1] \quad r \equiv (1 - w) \cdot u \cdot R$$

96. A expressão da taxa de lucro na tradição Neoricardiana surge diretamente quando se supõe um nível normal de utilização da capacidade a longo prazo ($u = 1$):

$$[17] \quad r = (1 - w) \cdot R$$

A equação [17] está representada no gráfico IV.1.a, que expressa a chamada fronteira de lucros e salários da teoria Neoricardiana dos preços de produção. Nesta fronteira, a taxa de lucro depende fundamentalmente da tecnologia (R) e dos determinantes da parcela dos lucros no produto ($1 - w$).

Na tradição clássica, a taxa de lucros é fixada desta forma pelo lado dos " preços " e isto vale tanto para o Modelo de Ricardo quanto para o de Garegnani.

97. A taxa de lucros na tradição Neokeynesiana, por outro lado, pode ser derivada a partir das hipóteses de que os trabalhadores não poupam e todo gasto capitalista é autônomo (A). Como vimos, nesse caso o nível de produto é dado pela equação:

$$[8] \quad Y = \frac{A}{(1 - w)}$$

substituindo [8] em [1], temos:

$$r = (1 - w) \cdot \frac{A}{(1 - w) \cdot Y^*} \cdot R \cdot \cdot$$

$$[18] \quad r = \frac{A}{Y^*} \cdot R$$

A equação [18] expressa no Gráfico IV.1.b, mostra que a taxa de lucro neokeynesiana é determinada pelas decisões de gasto dos capitalistas, particularmente pela taxa de acumulação, e é independente da parcela dos lucros no produto. Nesse sentido, tanto no Modelo de Kaldor quanto no de Kalecki, a taxa de lucro depende fundamentalmente do lado das " quantidades ".

98. Na fronteira Neoricardiana, também chamada de fronteira " potencial " (ou " normal "), o que os capitalistas ganham depende do que conseguem extrair dos trabalhadores e da tecnologia. Na fronteira Neokeynesiana ou " efetiva ", por outro lado, o quanto os capitalistas ganham depende do quanto gastam. Assim, a expressão [17] reflete a parcela do produto potencial, que pode ser apropriada pelos capitalistas pelo sistema de preços, enquanto a expressão [18] mostra a parcela do produto especial que os capitalistas desejam efetivamente consumir ou investir.

Desta forma, dadas as condições técnicas (R), a fronteira Neoricardiana mostra que taxas de lucros maiores só são possíveis se houver uma mudança nos

determinantes exógenos da parcela dos lucros na renda $(1 - w)$, enquanto a fronteira Neokeynesiana mostra que uma taxa de lucro maior tem que estar associada a um aumento nos determinantes exógenos dos gastos capitalistas (A) .

(2)

Esta é a maneira usual de se apresentar o problema da integração teórica entre a teoria dos preços de produção - que se expressa na fronteira Neoricardiana - e o princípio da demanda efetiva - que está por trás da fronteira Neokeynesiana. A primeira é vista como uma representação das condições de produção do excedente, enquanto a segunda exprime as condições de sua realização. A diferença entre as duas expressões põe o economista heterodoxo num dilema. Se quer manter o princípio da demanda efetiva usa a fronteira Neokeynesiana, o que torna necessário minimizar a importância da noção de conflito distributivo entre salários e lucros; se deseja manter a ênfase nestes conflitos, se vê forçado a aceitar alguma versão da Lei de Say, abandonando o princípio da demanda efetiva. Assim, uma verdadeira integração entre a teoria dos preços na produção e o princípio da demanda efetiva parece impossível pois requereria a validade das duas expressões ao mesmo tempo. (3)

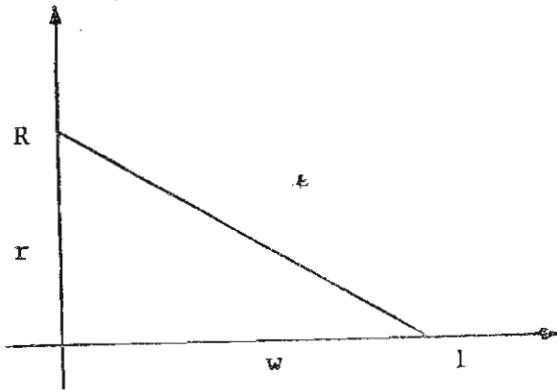
.../...

91

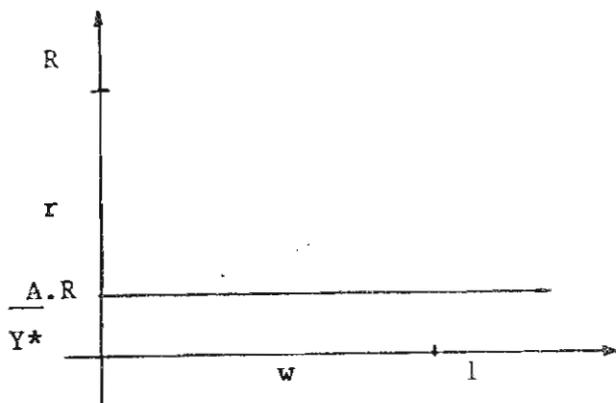


GRÁFICO IV.1

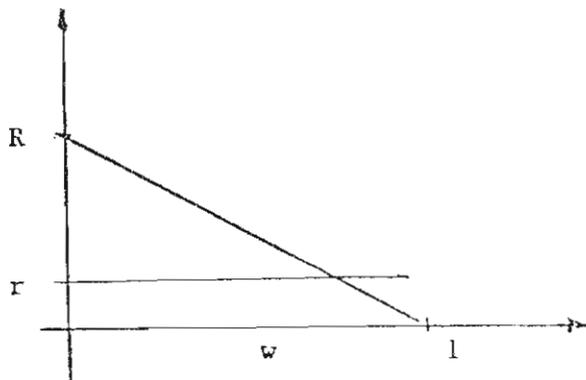
FRONTEIRAS DE LUCROS E SALÁRIOS



IV.1.a NEORICARDIANA (POTENCIAL)



IV.1.b NEOKEYNESIANA (EFETIVA)



IV.1.c COMBINADA

IV.3 A TAXA DE LUCRO EM QUATRO MODELOS

99. Para ir além desta visão tradicional da questão da integração entre a teoria dos preços de produção e o princípio da demanda efetiva, é necessário uma análise mais detalhada da forma exata pela qual cada um dos quatro modelos determina a taxa de lucro. Isto implica, no entanto, em considerar simultaneamente os fatores do lado dos "preços" captados pela expressão Neoricardiana e os aspectos que operam no lado dos "gastos" (ou das "quantidades") que aparecem na expressão Neokeynesiana.

A maneira mais simples de fazê-lo consiste num esquema que parte da identidade [1] e das hipóteses sobre os gastos feitas acima e permite mostrar os componentes da taxa de lucro efetivamente realizada num dado período:

$$(1 - w) \cdot u \cdot R = \frac{A}{Y^*} \cdot R \cdot \dots$$

$$[19] \quad (1 - w) u = \frac{A}{Y^*}$$

A expressão [19] pode então ser vista como uma equação com quatro incógnitas e os quatro modelos básicos podem ser representados como formas alternativas de tornar esta equação determinada.

100. Vamos começar pelo Modelo de Ricardo. (4) Para Ricardo, a parcela dos lucros no produto era determinada exogenamente pelo salário real e pela produtividade de trabalho $(1 - w) = (\overline{1 - w})$

O grau de utilização (pela Lei de Say) era considerado como tendendo para o normal ($u = 1$), e o nível existente da capacidade produtiva era tomado

como um dado, resultado do nível historicamente atingido pela acumulação de capital ($Y^* = \overline{Y^*}$). Assim, a equação [20] determina a magnitude dos gastos capitalistas:

$$(\overline{1 - w}) = \frac{A}{Y^*}$$

e portanto:

$$[20] \quad A = (\overline{1 - w}) \cdot \overline{Y^*}$$

ou seja, o modelo mostra que a Lei de Say faz com que capitalistas invistam e/ou consumam exatamente o montante dos lucros potenciais.

101. O Modelo de Kaldor (5) supõe que os gastos autônomos são dados exogenamente pelas decisões dos capitalistas ($A = \overline{A}$). A capacidade produtiva também é vista como um dado exógeno ($Y^* = \overline{Y^*}$) e, pela regra de formação de preços do modelo, o grau de utilização a longo prazo tende para o nível normal ($u = 1$), logo:

$$[21] \quad (\overline{1 - w}) = \frac{\overline{A}}{\overline{Y^*}}$$

o modelo determina a parcela de lucros que é compatível com o equilíbrio macroeconômico.

102. No Modelo de Kalecki, (6) a parcela dos lucros no produto é dada pelo grau de monopólio ($(\overline{1 - w}) = (\overline{1 - w})$), os gastos autônomos são determinados por decisões capitalistas ($A = \overline{A}$) e o nível existente de capacidade produtiva é também exógeno ($Y^* = \overline{Y^*}$). Desta forma:

$$(\overline{1 - w}) \cdot u = \frac{\overline{A}}{\overline{Y^*}}$$

.../...

ou seja:

$$[22] \quad u = \frac{\bar{A}}{(1-w) \cdot Y^*}$$

O modelo determina conseqüentemente qual será o grau de utilização da capacidade produtiva a longo prazo.

103. Finalmente, o Modelo de Garegnani (7), a parcela dos lucros na renda é determinada pela taxa de juros e pela tecnologia ($(1-w) = (\overline{1-w})$), os gastos capitalistas são também exógenos ($A = \bar{A}$) e o grau de utilização da capacidade a longo prazo é dado pelo nível normal ($u = 1$).

Então:

$$(\overline{1-w}) = \frac{\bar{A}}{Y^*}$$

Logo:

$$(23) \quad Y^* = \frac{\bar{A}}{(1-w)}$$

Esta equação determina o nível da capacidade produtiva necessário para atender a demanda a longo prazo.

104. O Quadro IV.1 resume as características dos quatro modelos básicos e mostra qual é a variável de ajuste que restabelece o equilíbrio macroeconômico em cada um deles. Assim, no Modelo de Ricardo uma diferença entre a taxa de lucro potencial e a taxa efetivamente realizada no mercado é eliminada pela Lei de Say, isto é, pela identificação do ato de poupança com o de investimento, o que faz com que os gastos dos capitalistas aumentem automaticamente na exata proporção dos lucros potenciais. No Modelo de Kaldor, pelo contrário, são variações na distribuição de renda a longo prazo que compatibilizam, via poupança forçada, a utilização plena da capacidade com as deci

sões de gasto dos capitalistas. Já no Modelo de Kalecki, as discrepâncias entre as condições de produção e de realização dos lucros não são absorvidas por variações nos gastos capitalistas ou não distribuição e sim por mudanças no nível de capacidade ociosa não planejada a longo prazo. Por último, no Modelo de Garegnani, o crescimento da demanda efetiva também não altera a distribuição, mas limita não só o nível de atividade como também o próprio nível da capacidade produtiva, uma vez que pelo mecanismo do acelerador ou do princípio de ajuste do estoque de capital, o produto potencial no longo prazo vai se ajustar à demanda permanente.

.../...

QUADRO IV.1

=====

TAXA DE LUCROS

| | GASTO CAPITALISTA A | PARCELA DOS LUCROS (1 - w) | GRAU DE UTILIZAÇÃO u | CAPACIDADE PRODUTIVA Y* |
|-----------|---------------------------|------------------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| Ricardo | endógeno | exógeno | exógeno | exógeno |
| Kaldor | exógeno | endógeno | exógeno | exógeno |
| Kalecki | exógeno | exógeno | endógeno | exógeno |
| Garegnani | exógeno | exógeno | exógeno | endógeno |

::/..

105. As principais diferenças entre os mecanismos de ajuste dos quatro modelos se tornam mais claras quando se analisa como cada um deles reage a uma mudança exógena. Tomemos dois exemplos, um típico da tradição Neoricardiana - um aumento exógeno na parcela dos lucros - e o segundo, o exemplo usual da tradição Neokeynesiana: um aumento também exógeno dos gastos capitalistas. Ambos os casos podem ser analisados em gráficos no plano taxa de lucros / parcela de salários na renda, onde estão representadas tanto a fronteira de lucros Neoricardiana (ou potencial, isto é, onde $u = 1$) quanto a Neokeynesiana (ou efetiva), como no gráfico IV.1.c (8).

106. Os Gráficos IV.2.a, IV.2.b e IV.2.c ilustram o primeiro caso, no qual a parcela dos lucros aumenta (seja por uma queda do salário real, pelo abrandamento da concorrência oligopolista, ou por um aumento permanente da taxa de juros). Este aumento da parcela dos lucros $(1 - w_1) > (1 - w_0)$ conduzirá aos seguintes resultados: no Modelo de Ricardo a Lei de Say vai causar um aumento nos gastos capitalistas $(A_1 > A_0)$ fazendo a economia caminhar para cima ao longo da fronteira Neoricardiana e deslocando para cima a fronteira Neokeynesiana (ver Gráfico IV.2.a.). Não é possível fazer este exercício com o Modelo de Kaldor, uma vez que neste a distribuição de renda não pode ser alterada exogenamente. No Modelo de Kalecki o aumento da parcela dos lucros - ao transferir renda de trabalhadores que consomem tudo o que ganham para capitalistas que tem uma propensão marginal a consumir nula - reduzirá o valor do multiplicador e o nível de consumo agregado, aumentando a capacidade ociosa no sistema $(u_1 < u_0)$. Assim, a economia caminha ao longo da fronteira Neokeynesiana na direção da origem, pois a capacidade ociosa é maior quanto mais longe se está da fronteira Neoricardiana na direção do eixo vertical (ver Gráfico IV.2.b). Finalmente, no Modelo de Garegnani, have

98/..

~~esta de ...~~

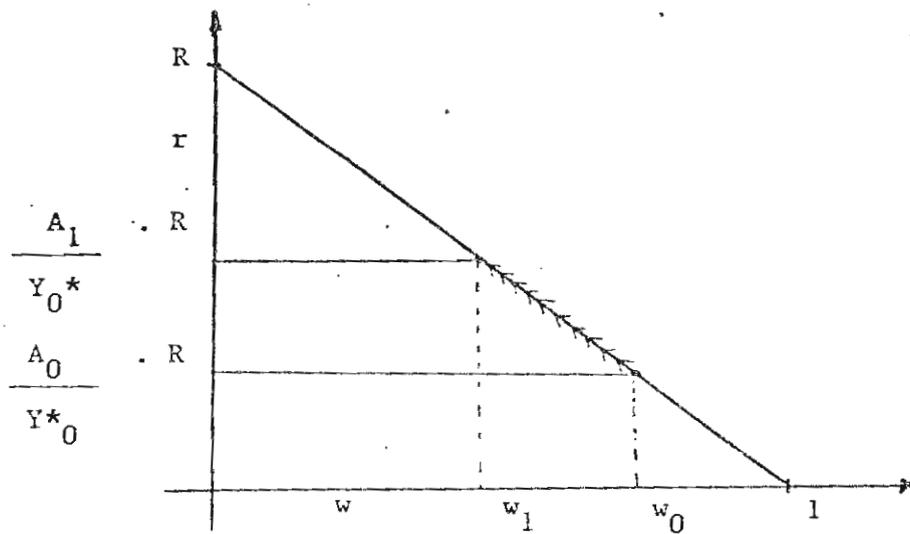
~~pagina 98 e de 20 paginas de ...~~

rã uma queda permanente no nível de atividade, da mesma forma que no Modelo de Kalecki, mas haverá uma redução a longo prazo da capacidade produtiva, de forma a adequá-la à demanda permanentemente menor ($Y_1^* < Y_0^*$). Isto faz a economia caminhar para cima ao longo da fronteira Neoricardiana e desloca para cima a fronteira Neokeynesiana, não por um aumento nos gastos como em Ricardo, mas por uma diminuição no produto potencial (ver Gráfico IV.2.c.). A taxa de lucro vai, portanto, aumentar nos Modelos de Ricardo e Garegnani e permanecer constante no Modelo de Kalecki (e de Kaldor).

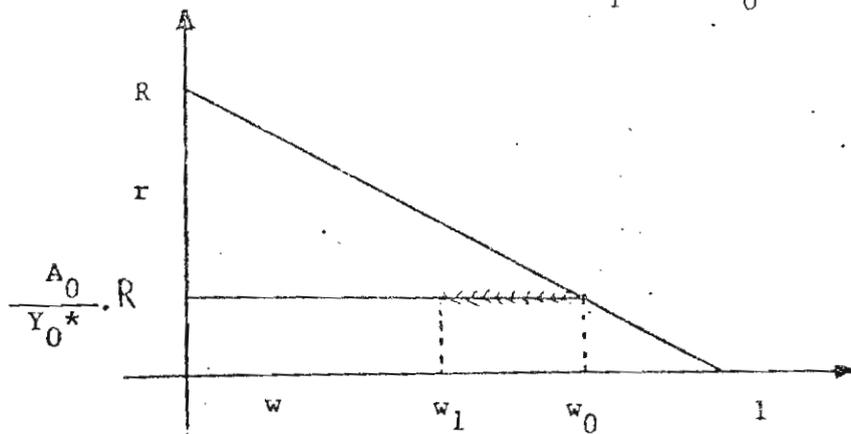
107. Os efeitos do segundo caso, um aumento exógeno dos gastos capitalistas ($A_1 > A_0$) são mostrados nos gráficos (IV.3.a, IV.3.b e IV.3.c.). Agora, é com o Modelo de Ricardo que é impossível fazer este exercício, pois nele o gasto capitalista é endógeno. No Modelo de Kaldor, o aumento dos gastos capitalistas desloca para cima a fronteira Neokeynesiana, levando a um aumento de preços e a uma diminuição da parcela de salários no produto ($(1 - w) > (1 - w_0)$); a poupança forçada, assim imposta aos trabalhadores, leva a economia a caminhar para cima ao longo da fronteira Neoricardiana (ver Gráfico IV.3.a). No Modelo de Kalecki, o aumento dos gastos simplesmente vai gerar uma maior utilização da capacidade produtiva existente ($u_1 > u_0$) deslocando a fronteira Keynesiana para cima (ver Gráfico IV.3.b). No Modelo de Garegnani, o nível maior de demanda efetiva induzirá à construção de capacidade produtiva adicional para atendê-la ($Y_1^* > Y_0^*$). Portanto, a economia não sai a longo prazo da posição anterior, porque o deslocamento inicial da fronteira Neokeynesiana para cima, causado pelo aumento dos gastos, é compensado pelo deslocamento imediatamente posterior desta mesma fronteira para baixo causado pelo aumento do produto potencial destinado a suprir esta demanda adicional (ver Gráfico IV.3.c.). Neste caso, a taxa de lucros vai aumentar nos Modelos de Kaldor e de Kalecki e permanecer constante no Modelo de Garegnani (e no de Ricardo) (9).

GRÁFICOS IV.2

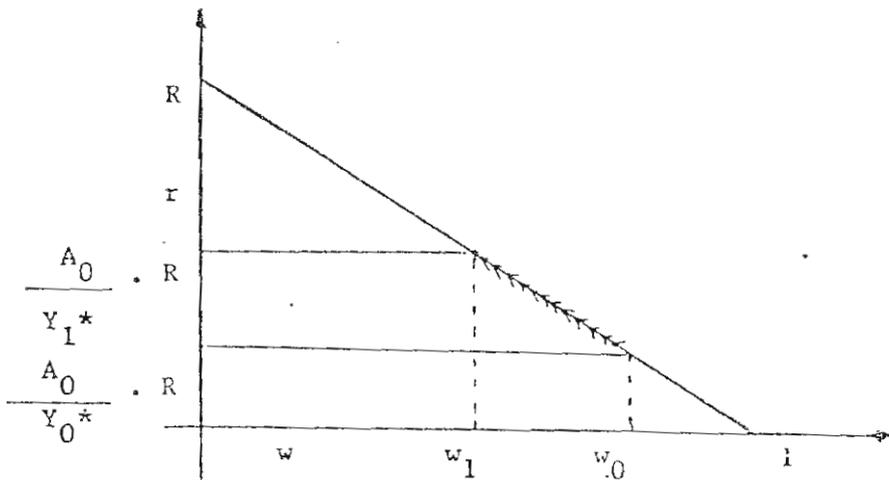
OS DE UM AUMENTO DA PARCELA DOS LUCROS NO PRODUTO $((1 - w_1) > (1 - w_0))$



IV.2.a. RICARDO: $A_1 > A_0$



IV.2.b KALECKI $u_1 < u_0$

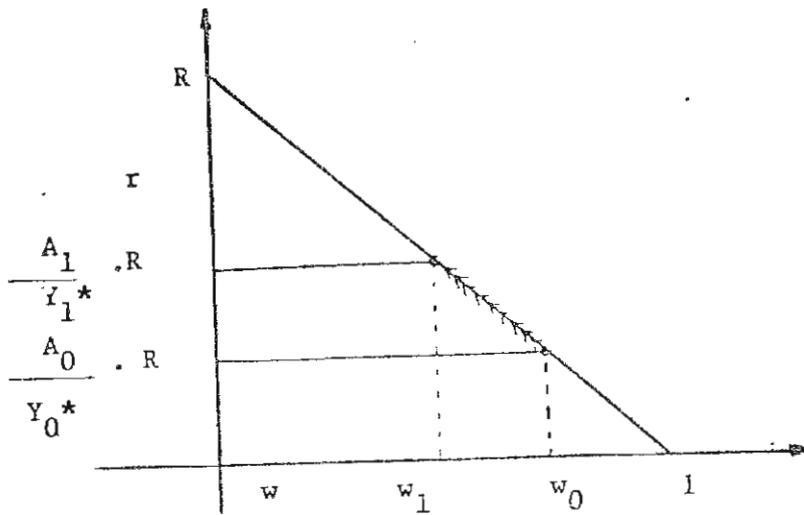


IV.2.c GAREGNANI: $Y^*_1 < Y^*_0$

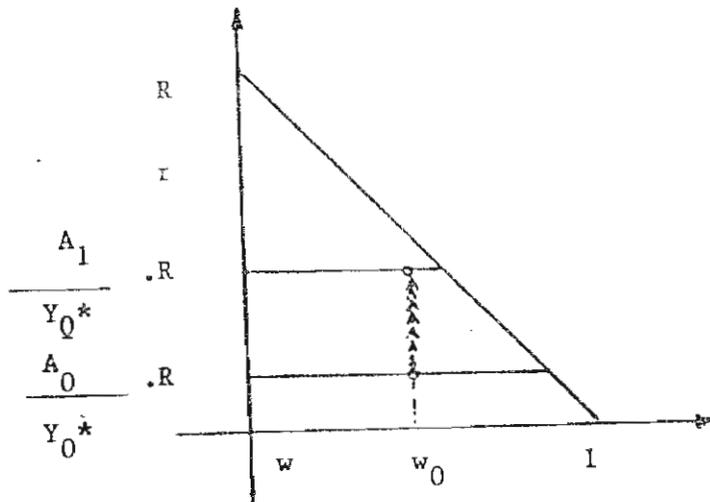
.../...

GRÁFICOS IV.3

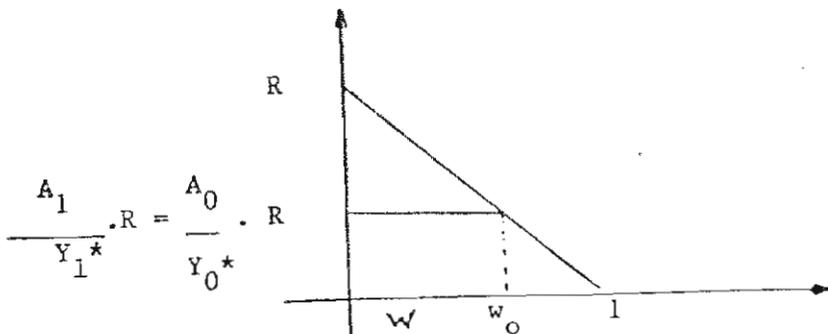
EFEITOS DE UM AUMENTO NOS GASTOS CAPITALISTAS ($A_1 > A_0$)



IV.3.a KALDOR: $(1 - w_1) > (1 - w_0)$



IV.3.b KALECKI: $u_1 > u_0$



IV.3.c GAREGNANI: $Y_1^* > Y_0^*$

108. Uma economia capitalista não pode se reproduzir permanentemente sem que haja alguma consistência ou coerência entre suas estruturas de gasto (nos modelos acima $A / (1 - w)$), de distribuição ($(1 - w)$), e de produção (Y^*, u), em outras palavras, entre o nível (e composição) de suas estruturas de demanda e de oferta. (10)

Esta consistência só pode ser obtida, através de algum ajustamento ou regulação entre estas estruturas. Tal regulação, no entanto, não precisa ser completa, mesmo a longo prazo, pois é possível que a compatibilização entre estas estruturas se dê por meio de ajustamentos parciais (em uma ou mais delas). Também não precisam ser unívocos, devido à presença do comércio exterior e à possibilidade de intervenção direta do Estado nestas estruturas. (11)

Cada um dos quatro modelos analisados acima apresenta, de forma simplificada, os elementos centrais de visões alternativas sobre qual é o mecanismo endógeno (sem intervenção estatal ativa) e geral (independente das formas de inserção de uma economia no mercado mundial) pelo qual se dá o ajustamento entre as estruturas de gasto, distribuição e de produção numa economia de mercado. Tem, portanto, posições distintas sobre o papel determinante ou subordinado de cada uma destas três estruturas neste processo de ajustamento.

109. No Modelo de Ricardo, as estruturas determinantes são as de distribuição e de produção, cabendo à Lei de Say tornar adequada a estrutura de gastos. No Modelo do Kaldor, a flexibilidade de preços faz a estrutura distributiva se ajustar a dadas estruturas de gastos (capitalistas) e de produção (capacidade produtiva).

Nos modelos de Kalecki e de Garegnani, a estrutura da distribuição - dada por fatores tecnológicos e sócio-econômicos - e a estrutura de gastos - padrões de acumulação e consumo, as condições de financiamento, etc. - têm alguns determinantes comuns (o salário real, por exemplo) e outros distintos, e ambas as estruturas são rígidas ou determinantes, cabendo à estrutura produtiva adequar às condições de realização e às regras sociais de repartição do excedente. A única diferença aqui é que, enquanto no Modelo de Garegnani o ajustamento do estoque de capital (capacidade produtiva) é completo, no de Kalecki a idéia é que , devido à grande durabilidade do capital fixo, em geral o ajustamento da capacidade produtiva à demanda é um processo lento, que ocorre durante períodos bastante prolongados gerando capacidade ociosa não-planejada de caráter estrutural e persistente. (12)

110. O mecanismo de ajuste proposto no Modelo de Ricardo, via " Lei de Say ", é consequência direta de duas proposições. A primeira diz que um ato de produção cria um poder de compra (renda) adicional do mesmo valor que esta produção. A segunda afirma que todo este poder de compra (ou renda) criado será utilizado, pois os agentes econômicos (no caso, os capitalistas) estarão toda a renda que não for utilizada para o consumo em investimento: diretamente ou através de empréstimos a terceiros. (13)

Nos termos do nosso esquema, a Lei de Say equivale a supor que existe sempre disponibilidade de financiamento e vontade de efetuar gastos (em termos reais) por parte dos capitalistas na exata proporção dos lucros potenciais

111. No entanto, ambas as proposições em que se baseia a Lei de Say são falsas. A primeira, porque o mero ato de produzir não pode criar um montan

.../...

103

~~- Lei de Say~~
~~por parte dos capitalistas~~

te equivalente (a quê?) de renda ou poder de compra. Na realidade, é logicamente impossível que a produção em si crie qualquer renda, já que a produção só adquire algum valor no momento em que é vendida no mercado, isto é, só gera renda a produção que for realizada. Desta maneira, são sempre os gastos que determinam a renda e é, portanto, o ato de comprar (gastar) e não o de produzir (pôr a venda) que gera um rendimento.

A segunda proposição é automaticamente invalidada a partir da crítica à primeira, pois não faz sentido discutir o quanto (ou como) se gasta de uma dada renda, quando esta renda só adquire sentido definido depois de determinados os próprios gastos. (14)

Além disso, ainda que seja possível reformular a segunda proposição de forma a torná-la logicamente coerente (15), seria suficiente para sua refutação, apontar para a existência de crédito (que permite que se gaste mais (antes que a renda) e para a possibilidade de manter saldos monetários ociosos (que reflete o fato de que ninguém é obrigado a gastar toda a sua renda).

Sendo as duas proposições que a fundamentam desprovidas de bases lógicas, a " Lei de Say " se torna um mecanismo de ajuste totalmente arbitrário que simplesmente postula, sem justificar como nem porque, que os gastos (capitalistas, no caso) terão o montante adequado. (16)

112. O mecanismo de ajuste proposto pelo Modelo de Kaldro está, como vimos acima, inteiramente baseado na idéia de que os preços, em condições competitivas, são determinados a longo prazo exclusivamente pela demanda, diante de salários nominais exógenos. Sobre isto, é importante insistir que se trata de uma noção totalmente desprovida de fundamentos microeconômicos, baseada numa confusão entre formas de ajustamento entre oferta e demanda no curto

.../...

prazo e o processo de determinação de preços e margens de lucros a longo prazo em diferentes estruturas de mercado. (17)

113. Em nossa análise da teoria da distribuição de Kaldor e de seus problemas, vimos que o único contexto em que a noção de margens de lucros flexíveis faz sentido num modelo de acumulação de longo prazo é numa situação de excesso de demanda estrutural ou permanente, independentemente do tipo de estrutura de mercado. Portanto, a condição necessária para que o mecanismo do modelo de Kaldor opere no longo prazo é que os gastos totais planejados - aos preços normais - pelo conjunto dos agentes sejam sempre bastante superiores ao produto potencial.

Esta hipótese de economias permanentemente restritas pelo lado da oferta é tão arbitrária, em princípio, quanto a Lei de Say. A diferença é que a Lei de Say postula que a demanda sempre vai crescer o suficiente para absorver a oferta potencial, enquanto a determinação da distribuição via poupança forçada requer que a demanda cresça sempre além do necessário para absorver o produto potencial. (18)

114. No Modelo de Garegnani é a própria capacidade produtiva que se ajusta ao nível permanente de demanda efetiva. Uma primeira objeção a este Modelo refere-se à coerência lógica de tomar, simultaneamente, os gastos capitalistas como exógenos e a capacidade produtiva como endógena. Afinal, é justamente um gasto capitalista (o investimento induzido pelo acelerador ou princípio de ajuste do estoque de capital) a variável que permite que o nível da capacidade produtiva se modifique e, portanto, seja endógena. Esta objeção desaparece, no entanto, uma vez que se note que no Modelo de Garegnani nem todos os gastos capitalistas são autônomos: parte dos gastos em investimento é induzida. Desta forma, o total dos gastos capitalistas no Modelo de Garegnani é igual a $A + I_1$, onde I_1 é o nível (positivo, nulo ou negativo) de investimento líquido, induzido pelo processo de ajustar o estoque de capital à demanda efetiva vista como estrutural ou permanente ($A / (1 - w)$) que, neste caso, deve ser distinguida da demanda efetiva presente ao longo do processo de ajuste ($A + I_1 / (1 - w)$). Como na situação de ajuste completo ($u = 1$) $I_1 = 0$, esta definição diferente do gasto capitalista não afeta as fórmulas e gráficos mostrados na seção anterior nem a coerência do modelo.

A variável exógena portanto, não é o gasto capitalista e sim o gasto capitalista permanente, ou seja, o investimento efetuado por outros motivos que não adequar a capacidade produtiva à demanda permanente (como a introdução de novas técnicas, novos produtos, a abertura de novos mercados, etc.) e os gastos de consumo capitalista de caráter autônomo. (19)

115. Dois outros tipos de críticas podem ser feitas ao mecanismo de ajuste via capacidade produtiva, também no que diz respeito ao caráter " dual " do investimento, enquanto ítem do gasto capitalista e elemento que cria capacidade produtiva. A primeira questiona a estabilidade do processo de ajuste.

..../..

mento entre demanda efetiva e capacidade produtiva que pode (como em Harrod) levar o sistema a uma depressão crônica ou a um crescimento explosivo.

A resposta apresentada a esta crítica tem sido de que modelos como o de Harrod são excessivamente instáveis devido à hipótese de que todos os gastos de investimento (via acelerador) e de consumo (pelo multiplicador) são induzidos, o que implica em hipóteses implícitas e irrealistas de uma resposta excessiva e irracional dos capitalistas às flutuações de curto prazo. A presença de elementos exógenos (autônomos) na demanda final (A), tenderia a amortecer e estabilizar as interações entre o multiplicador e o acelerador e corresponderia a hipóteses mais realistas de que a decisão de investir é afetada apenas por mudanças na demanda efetiva consideradas permanentes. (20).

116. A segunda objeção lembra que a durabilidade e indivisibilidade do capital fixo faz com que o processo de ajuste do estoque de capital, mesmo que não seja explosivo, se dê de forma excessivamente lenta. Além disso, o ajustamento é limitado tanto para baixo - pois o investimento bruto não pode ser negativo (o que limita bastante a possibilidade de reduções no nível absoluto da capacidade produtiva) - quanto para cima -, pela capacidade produtiva do setor produtor de bens de capital. Isto implica em que pode haver discrepância entre demanda efetiva e capacidade produtiva persistentes ou de longo prazo.

117. Garegnani e seus seguidores não discordam destas observações. Enfatizam apenas que o modelo de ajuste completo é útil para mostrar a direção geral de causalidade presente no ajustamento entre demanda (efetiva) e oferta (produto potencial) e estabelecer a idéia de que é a demanda efetiva a longo prazo que determina o nível normal, desejado ou de equilíbrio da capacidade

produtiva (e não vice-versa como no Modelo de Ricardo).

Se o ajuste não pode ser completo e há uma situação de excesso de oferta estrutural, o ajustamento será parcial e o grau de utilização vai variar como no Modelo de Kalecki. (21) Caso se trate de vuma situação de excesso de demanda crônica, (22) o ajuste será como no Modelo de Kaldor e a distribuição será modificada.

O quanto uma dada economia vai se aproximar do caso de ajuste completo vai, portanto, depender da durabilidade média do seu estoque de capitala, da taxa de investimento bruto e da velocidade e amplitude das mudanças nas variáveis que definem suas estruturas de distribuição e de gasto.

118. Desta maneira, vemos que os quatro modelos representam duas visões sobre a direção de causalidade no ajustamento entre demanda e oferta agregada a longo prazo e diferentes posições sobre em que grau este ajustamento é conseguido. Os Modelos de Ricardo e de Garegnani representam situações de ajuste completo. A direção de causalidade é que é distinta. No Modelo de Ricardo, (pela Lei de Ssy) é a oferta que cria a demanda, enquanto no de Garegnani (pelo princípio da demanda efetiva) é a demanda que cria a oferta. Os Modelos de Kaldor e de Kalecki representam situações de ajustes parcial ou incompleto entre oferta e demanda a longo prazo; o de Kaldor descrevendo posições onde a demanda é sistematicamente maior que a oferta e o de Kalecki, posições na qual a oferta é permanentemente maior que a demanda. Ambos, no entanto, têm como base o princípio da demanda efetiva tendo assim, a mesma direção de causalidade que o Modelo de Garegnani, só que no caso (Kaldor), há " gargalos " que impedem o crescimento satisfatório da oferta e no outro (Kalecki) a durabilidade do capital fixo impede o ajustamento completo da capacidade à demanda efetiva, gerando capacidade ociosa não planejada.

119. Uma vez apresentadas e comentadas as quatro teorias completas da taxa de lucro nas tradições Neoricardiana e Neokeynesiana, devemos retomar a discussão do início deste Capítulo (Seção IV.2) e investigar como cada um destes modelos se situa em relação ao problema da integração entre o princípio da demanda efetiva e a teoria dos preços de produção.

O Modelo de Ricardo é evidentemente incompatível com o princípio da demanda efetiva. No Modelo de Kaldor, além da taxa de lucro normal ser determinada pela demanda dos capitalistas, até a distribuição de renda é definida endogenamente, o que o torna contrário à tradição Neoricardiana. O Modelo de Kalecki aparentemente apresenta uma solução, uma vez que mantém a exogeneidade (separação) da distribuição - um traço tipicamente Neoricardiano - e é o princípio da demanda efetiva que determina o nível de atividade. Um exame mais detalhado, entretanto, mostra que a integração no caso é só aparente, uma vez que (apesar de seu caráter exógeno) a distribuição em nada afeta a taxa de lucro realizada (dada pelos gastos capitalistas), sendo uma variável puramente passiva que apenas define o nível do multiplicador de consumo. Resta, então, o Modelo de Garegnani. Neste, é mantida a fronteira Neoricardiana de lucros-salários e ao mesmo tempo o nível de atividade, mesmo a longo prazo, é determinado pelo princípio da demanda efetiva, sendo que os ajustes na capacidade produtiva garantem a compatibilidade entre estes dois elementos. É importante ressaltar que esta integração depende exclusivamente da maneira pela qual se dá o ajuste do estoque de capital e, portanto, só diz respeito aos elementos do Modelo de Garegnani discutidos neste capítulo. Isto significa que esta abordagem é válida independentemente da aceitação ou não da teo

ria particular de Garegnani sobre a parcela dos lucros no produto (a da taxa de juros), sendo compatível com qualquer teoria exógena (e separada) da distribuição.

120. Estas considerações nos permitem ver que o que havia de errado na apresentação tradicional da questão da integração da Teoria dos Preços de Produção com o princípio da demanda efetiva era considerar somente três variáveis de ajuste (gastos, distribuição e grau de utilização) possíveis e não quatro. A maior parte das discussões sobre este tema esquece a possibilidade de ajustamento via capacidade produtiva. Isto ocorre, basicamente, porque nestes modelos (que são normalmente apresentados como referindo-se a trajetórias de crescimento equilibrado) as decisões capitalistas sobre investimento são vistas como dizendo respeito diretamente à taxa de acumulação (a razão investimento / estoque de capital), o que implica que o nível de novo investimento e o estoque de capital (capacidade produtiva existente) são transformados numa única variável. Este procedimento, além de impossibilitar a extensão da análise para situações fora do " Steady State ", assegure o fato de que a mesma razão A / Y^* pode ser atingida, por exemplo, por um aumento de A ou por uma redução de Y^* , ou seja, a mesma razão entre gastos capitalistas e capacidade produtiva pode ser obtida através de uma diminuição dos gastos ou de um aumento da capacidade produtiva. Estes dois processos têm, no entanto, significados econômicos radicalmente distintos.

121. Podemos concluir, então, que a abordagem proposta por Garegnani se apresenta como a melhor opção, pois resolve a questão da integração, com a teoria de preços de produção definindo os preços normais e a distribuição, a partir de um nível de estrutura da capacidade produtiva determinados, em última instância, pela demanda efetiva a longo prazo.

.../...

Nesta versão, o princípio da demanda efetiva não é usado apenas para explicar flutuações cíclicas ou crises de realização e se constitui na base da teoria da produção que determina as quantidades normais ou de equilíbrio mesmo numa economia competitiva e em situações de ajuste completo.

Assim, tanto a versão clássica da Lei de Say, quanto a idéia neoclássica de que a demanda a longo prazo é limitada pelas dotações iniciais exógenas de capital e trabalho, são substituídas pela proposição oposta de uma " Anti-Lei de Say " (23), na qual é a demanda que determina e limita os requisitos de capital e trabalho empregáveis a longo prazo.

122. Visto desta maneira, o princípio da demanda efetiva é a base de uma teoria das quantidades e da acumulação, enquanto a teoria dos preços de produção é uma teoria dos preços e da distribuição. As dificuldades nos esforços de integração destas duas teorias derivam diretamente das tentativas inadequadas de usar o princípio da demanda efetiva como base para a teoria dos preços e distribuição (como no Modelo de Kaldor), e da tentativa análoga de utilizar a teoria dos preços de produção como teoria da acumulação e do crescimento o que acaba por impor, (como no Modelo de Ricardo) alguma versão da Lei de Say.

../.

CAPÍTULO IV

NOTAS

= = = = =

(1) As expressões que determinam a taxa de lucro são distintas, mas a de finição do conceito de taxa de lucro aqui é igual para as duas escolas. Ver Apêndice B.

(2) A taxa de lucro Neoricardiana não é afetada por aumentos em A, nem a Neokeynesiana é atingida por variações em $(1 - w)$. A condição que torna a taxa Neoricardiana independente dos gastos é a de $U = 1$, enquanto as condições que garantem a independência da taxa Neokeynesiana em relação a $(1 - w)$ são mais restritivas e são discutidas em detalhe nos Apêndices A e B.

(3) Para um exame de tentativas de síntese entre a teoria dos preços de produção e o princípio da demanda efetiva com base nesta visão tradicional do problema, ver a discussão do Apêndice C.

(4) Ricardo (1815, 1817).

(5) Ver referências na Seção III.3 acima.

(6) Kalecki (1954, 1977). Steindl (1952, 1976, 1985) e Ciccone (1986). Na realidade, foi Steindl e não Kalecki que difundiu a idéia de ajuste incompleto da capacidade à demanda mesmo a longo prazo. Kalecki, usando o princípio de ajuste do estoque de capital fazia - pelo menos na sua teoria do ciclo (supondo dada a distribuição) - a capacidade produtiva como variável de ajuste, como no nosso Modelo de Garegnani. Steindl, usando uma função investimento sensível ao grau de utilização, tentou mostrar que o ajustamento seria incompleto; logo, o grau de utilização seria a variável de ajuste. Estudos recentes têm tentado formalizar o argumento de Steindl e produzir modelos de crescimento equilibrado com utilização endógena. Entre estes, estão os trabalhos de Dutt (1984), Taylor (1985), Rowthorn (1979) e Amadeo (1986a, 1986c). Em que pese a confusa controvérsia que estes modelos têm causado (para críticas ver Araújo (1987) e Committeri (1986); para defesas ver Amadeo (1987a) e Amadeo (1987b)), parece haver um consenso de que um modelo com capacidade ociosa não-planejada a longo prazo só é plausível se o investimento for pouco sensível às flutuações do grau de utilização. Nosso Modelo de Kalecki utiliza a maneira mais simples de formalizar isto, ou seja, supõe que o investimento é totalmente insensível a flutuações no grau de utilização.

(7) Ver Garegnani (1964-65, 1983b, 1985), Eatwell (1979, 1983), Vianello (1985), Eatwell & Milgate (1983b) e Bharadwaj (1983). Modelos de autores fora da escola Neoricardiana que combinam distribuição exógena e capacidade produtiva como variável de ajuste podem ser encontrados em

.../...

Possas (1987), Kaldor (1985), Bhaduri & Robinson (1980) e Kalecki (1962).

(8) Abaixo da fronteira Neoricardiana $u < 1$ e acima $u > 1$.

(9) Todos estes resultados de estática ou dinâmica comparativa dependem, em princípio, das hipóteses específicas que fizemos sobre os gastos de capitalistas e de trabalhadores. No entanto, cabe assinalar que estas hipóteses são menos restritivas do que parecem. O sinal das mudanças será o mesmo sobre hipóteses bastante gerais no caso de variação num gasto autônomo. No caso de mudanças da parcela dos lucros, os resultados só se modificariam se os capitalistas pouparem menos que os trabalhadores ou se os investimentos autônomos forem em parte influenciados pela taxa de lucro corrente. Mantendo a hipótese de que os trabalhadores poupam menos que os capitalistas seria necessária uma grande e pouco plausível sensibilidade do investimento à taxa de lucro corrente para que, o resultado básico de que uma parcela dos lucros maior gera menor nível de demanda efetiva, fosse invertido. Além disto, mesmo invertendo este resultado o mecanismo de ajuste de cada modelo se manteria o mesmo.

(10) Ver Souza & Tavares (1981) e Tavares (1979b).

(11) A existência do comércio exterior permite desvincular a estrutura da oferta (produção + importações) da estrutura de demanda (gastos internos + exportações). E a atuação do Estado afeta a estrutura da distribuição (impostos e tarifas), de gastos (gastos públicos em geral) e de produção (via formação de capital do setor público e produção das estatais).

(12) Ver Ciccone (1986).

(13) Sobre a " Lei de Say " ver Garegnani (1964-65) e Foley (1985).

(14) Para a crítica da " Lei de Say " ver Baltar & Possas (1981), Possas (1987) e Parguez (1985).

(15) Por exemplo, referindo-se à renda do período anterior ou então à renda que seria obtida se a produção obtida à plena capacidade fosse vendida. No primeiro caso, se a renda passada limitasse os gastos, o crescimento econômico seria impossível. No segundo, é totalmente arbitrário supor que a propensão a gastar em relação ao produto potencial é igual a 1.

(16) Este não é o caso da teoria neoclássica que propõe um mecanismo de ajuste entre poupança potencial e investimento via taxa de juros que garante que os gastos vão tender a se igualar ao produto potencial. Ver Garegnani (1964-65).

(17) Ver acima Seção III.3. Keynes e Kalecki tinham clara a distinção entre estes dois contextos. Em seus modelos, encontramos ajustes entre demanda e oferta via variação nas quantidades produzidas e não através de margens de lucro flexíveis, mesmo quando supunham condições " Marshallianas " de

concorrência perfeita em todos os mercados. Kaldor, no entanto, apresentou como referência de apoio à sua teoria Neokeynesiana da distribuição dois textos de Kalecki: o artigo "A Teoria dos Lucros" e o livro "Teoria da Dinâmica Econômica", e um de Keynes: o "Treatise on Money" (Kalecki (1954), Keynes (1930)). Nestes textos e em todo o resto de sua obra, Kalecki só utilizou o mecanismo de ajuste via margens de lucro em situações nos quais o mercado ou a economia se encontrasse diante de um excesso de demanda, independentemente de sua estrutura ser competitiva ou oligopolista.

Keynes, em seu "Treatise on Money", usa efetivamente o mecanismo da poupança forçada para determinar os "Lucros", mas neste livro "Lucros" significam lucros anormais ("Windfall Profits") devidos a desajustes temporários entre oferta e demanda a curto prazo. Assim, não é possível encontrar nem em Keynes nem em Kalecki qualquer evidência da aceitação da determinação da distribuição - salvo em condições anormais ("Guerra") ou temporárias (curto prazo) - por um mecanismo de ajuste semelhante ao do Modelo de Kaldor.

A teoria da distribuição (em condições normais) de Kalecki é evidentemente a do grau de monopólio (ver Seção III.4 acima). Keynes no "Treatise" usava a teoria marginalista convencional (lucros normais dependem da produtividade de - demanda e da frugalidade - oferta de capital).

Na Teoria Geral, no curto prazo, adotava a hipótese de mercados atomísticos onde preço = custo marginal e os lucros eram a diferença entre o custo marginal e o médio. No longo prazo, parecia adotar a idéia de que a taxa de lucros dependia da taxa de juros (ver Apêndice E).

(18) Esta situação de excesso de demanda permanente a longo prazo não parece ter evidência empírica favorável nas economias capitalistas modernas, segundo o próprio Kaldor (1985), que recentemente passou a adotar um modelo semelhante ao de Garegnani.

(19) Ver Eatwell (1979, 1983) e Possas (1987).

(20) Ver nota (19).

(21) Ver Ciccone (1986).

(22) "Crônico" no sentido de que o excesso de demanda é tal que o grau de utilização fica muito acima do normal ($u \gg 1$), esgotando a capacidade ociosa planejada e tornando os ajustes via preços inevitáveis.

(23) A expressão é de Possas (1987), Capítulo 3.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

123. O objetivo deste trabalho foi estudar a questão da integração entre o princípio da demanda efetiva e a teoria dos preços de produção no contexto dos modelos Neoricardianos e Neokeynesianos de distribuição e acumulação a longo prazo.

Nossa conclusão principal é que esta integração teórica só pode ser efetuada, satisfatoriamente, em modelos nos quais a distribuição seja exôgena e separada e cuja variável de ajuste no processo de acumulação seja a capacidade produtiva da economia.

124. Modelos deste tipo podem, em princípio, ser construídos coerentemente tanto a partir do método Neoricardiano das posições normais, quanto do método Neokeynesiano das trajetórias de crescimento em condições de tranquilidade. Estas teorias podem, portanto, ser fundamentadas com base na estrutura analítica ligada à noção de excedente ou na estrutura analítica que estuda as decisões dos agentes diante da incerteza não-probabilística.

Podem, também, ser interpretadas tanto como posições de equilíbrio estático, de longo prazo, quanto como trajetórias de equilíbrio dinâmico de longo prazo.

125. A escolha da estrutura analítica mais adequada não foi discutida diretamente ao longo deste trabalho, em parte, porque envolveria o estudo de temas mais gerais situados além do âmbito da questão da integração entre preços de produção e demanda efetiva e, principalmente, porque embora trate-se de uma questão metodológica importante, não é estritamente necessária para que se chegue à conclusão central (ver Parágrafo 123 acima). Esperamos, no entanto, ter deixado suficientemente claro tanto nossa preferência pela abordagem Neoricardiana do excedente quanto os motivos desta preferência.

.../...

Quanto à noção de equilíbrio de longo prazo mais adequada, mostramos (no Capítulo II) que a noção tradicional de equilíbrio estático de longo prazo corretamente interpretada é analiticamente superior à moderna noção de equilíbrio dinâmico para a análise de mudanças estruturais, uma vez que permite conclusões gerais definidas sob condições bastante abrangentes.

126. No que diz respeito às teorias da distribuição, a análise do Capítulo III tentou mostrar - a partir da crítica ao Modelo de Kaldor, que propõe a determinação simultânea de preços e quantidades - a importância de manter a determinação separada destas duas variáveis (o que requer, necessariamente, a hipótese de retornos constantes de escala no método Neokeynesiano, mas pode ser estendida para condições mais gerais no método Neoricardiano).

Argumentamos também, que os modelos com distribuição exógena (Ricardo, Garegnani), apesar de incompletos, fornecem uma base mais interessante e coerente para o estudo dos fatores que afetam a distribuição, podendo ser estendidos com facilidade para a análise de economias oligopolistas e, parecem ser capazes de fornecer uma base analítica mais sólida para análises da inflação baseadas na noção de conflito distributivo.

127. Na parte referente às teorias da acumulação (Capítulo IV), apresentamos o argumento de que a noção de demanda efetiva relevante neste contexto é a idéia de que é o montante estrutural ou permanente de gastos aos preços e distribuição normais que determina a capacidade produtiva de equilíbrio a longo prazo (Garegnani).

Este argumento é compatível com qualquer tipo de teoria que explique o nível de gastos autônomos estruturais e com qualquer hipótese sobre as propensões a consumir das distintas classes sociais. Em situações de ajustamento incomple-

.../...

to ou parcial a longo prazo, a utilização da capacidade e/ou a distribuição se tornam também variáveis de ajuste (Kalecki, Kaldor).

128. Modelos de distribuição e acumulação a longo prazo que permitem a integração entre a teoria dos preços de produção e o princípio da demanda efetiva estão, portanto, baseados em um pequeno número de proposições centrais. No lado dos preços e distribuição, temos que: a) a distribuição é exógena, influenciada diretamente por fatores políticos e sociais; b) os preços têm que cobrir os custos e gerar lucros à taxa normal. Quanto às quantidades e à acumulação, temos: c) as empresas só produzem de forma permanente os produtos que estiverem sendo vendidos aos preços normais; d) salvo para manter reservas estratégicas, as empresas não investem em capital fixo para acumular capacidade ociosa de propósito; logo, a demanda efetiva determina tanto a produção (hipótese c), quanto a capacidade produtiva.

129. Todas estas proposições podem parecer um tanto óbvias e de caráter bastante limitado. Não fornecem nenhuma indicação sobre a maneira adequada de tratar a questão dos determinantes básicos da distribuição ou da acumulação. Tudo o que se pode dizer é que uma economia capitalista (competitiva ou não) pode crescer com qualquer distribuição que seja politicamente aceitável (e tecnicamente viável).

Estas limitações não devem, no entanto, obscurecer o fato de que são proposições gerais sobre algumas das relações estruturais fundamentais da economia capitalista, e, acima de tudo, não devem nos levar a subestimar sua maior qualidade: seu potencial crítico. De fato, uma característica marcante destas proposições é que, apesar de suas limitações e de seu caráter óbvio, são capazes de fornecer os fundamentos para uma crítica radical ao paradigma ortodoxo ou neoclássico, assim como a diversas outras teorias heterodoxas.

APÉNDICES
= = = = =

APÊNDICE A. - SOBRE UM TEOREMA DE KALECKI

O teorema de Kalecki sobre os lucros é extremamente simples e bastante conhecido. (1) Numa economia fechada e " sem governo ", onde os trabalhadores não poupam, " os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam ". Em outras palavras, a massa de lucros é dada pelo conjunto dos gastos capitalistas. Nestas condições, variações na distribuição não têm nenhum efeito sobre a massa de lucros, e só alteram o nível de produto e o emprego, através da mudança no valor do multiplicador. Assim, o teorema de Kalecki diz que, se a propensão marginal a poupar dos capitalistas é igual a 1 e a dos trabalhadores igual a zero:

$$[A.1] \quad P = A$$

Então

$$\frac{\partial P}{\partial w} = 0$$

Este teorema é, evidentemente, correto em seus próprios termos. Foi, no entanto, usado por Kalecki e vários autores mais recentes para provar que a proposição segundo a qual um aumento na parcela dos salários no produto reduz a massa de lucro depende da aceitação de algum tipo de Lei de Say. (2)

O objetivo deste apêndice é mostrar que o teorema de Kalecki, mesmo sendo correto, não pode ser generalizado.

Para tanto, aceitaremos inicialmente todas as hipóteses acima, menos a de que os trabalhadores não poupam, e suporemos que os trabalhadores não consomem imediatamente tudo o que ganham. (3)

.../...

A equação dos lucros passa a ser, portanto:

$$[A.2] \quad P = A - (1 - cw) \cdot w \cdot Y$$

Onde

$$\frac{\partial P}{\partial w} < 0 \quad (4.)$$

A razão disto é simples. Os salários são um custo certo e uma receita incerta. O mero fato dos trabalhadores não gastarem imediatamente tudo o que ganham faz com que a massa de lucros caia. Por outro lado, o efeito de uma queda dos salários reais sobre a massa de lucros é duplo, já que os trabalhadores obtêm uma parcela menor do produto, ao mesmo tempo que o próprio produto diminui, através do efeito sobre o multiplicador. (5)

Este mesmo resultado pode ser obtido, mesmo supondo que os trabalhadores não poupam, num modelo de economia com governo, onde os gastos do governo são autônomos e a massa de tributos é função do nível de atividade de forma que os lucros são dados por:

$$[A.3] \quad P = A + G - t \cdot Y$$

ou, num modelo de economia aberta, sendo as exportações autônomas e as importações, dependentes do produto interno:

$$[A.4] \quad P = A + X - m \cdot Y$$

Em ambos os casos, uma redução da parcela dos salários causará uma redução do produto, aumentando portanto a massa de lucros para um mesmo nível de gastos autônomos.

Costuma-se argumentar que a hipótese simplificadora de que os trabalhadores não poupam deve ser mantida, pois os trabalhadores só poupam para consumir mais tarde, e não têm acesso a crédito nem riqueza acumulada. Este argumento

pode ser inteiramente correto, mas não diz respeito ao tema discutido neste a
pêndice.

O que demonstramos é que a afirmação Neokeynesiana, de que variações da parce
la de lucros no produto não afetam a massa de lucro, é que pressupõe a vigên
cia estrita e imediata da Lei de Say, ao menos para a classe trabalhadora, pa
ra o governo e para o resto do mundo (setor externo). (6)

.../...

(1) Ver entre outros Possas (1987), Jobim (1984) e Kalecki (1954, 1977). Ver, também, acima, a Seção III.3, Parágrafo 69.

(2) Possas (1987), Capítulo 3.

(3) Isto não significa que os trabalhadores possam poupar de forma permanente e acumular capital, e nem que mesmo apenas no período em questão sejam poupadores em termos líquidos. Nada impede que os seus gastos autônomos sejam acrescentados à variável A e que seu montante seja sempre superior às poupanças que os trabalhadores realizam. Tudo que nosso argumento requer, é que os trabalhadores não gastem todo o salário imediatamente, isto é, sua propensão marginal a consumir seja inferior a um.

$$(4) \quad \frac{\partial P}{\partial w} = \frac{-(1-c_w) A}{((1-w) + w(1-c_w))^2} \leq 0 \quad \text{que é sempre negativo para qualquer } c_w < 1$$

(5) Evidentemente, quando a propensão marginal a poupar dos trabalhadores for maior que a dos capitalistas, somente o primeiro efeito se obtém. Entretanto, mesmo neste caso extremo, $\partial P / \partial w$ é sempre negativo para propensões a consumir menores que um.

$$\text{A expressão geral é } \frac{\partial P}{\partial w} = \frac{-(1-c_w) A (1-c_k)}{(w(c_k - c_w) + 1-c_k)^2} \leq 0$$

(6) É importante enfatizar que isto não significa invalidar o sentido geral das críticas de Possas (1987, Cap. 3) às teorias do " Profit Squeeze ". O nosso argumento é apenas uma refutação da generalidade de qualquer relação necessária entre parcelas distributivas e demanda efetiva, seja ela positiva, negativa ou neutra.

APÊNDICE B - A DEFINIÇÃO DA TAXA DE LUCRO

Ao longo de nosso trabalho, utilizamos a definição Neokeynesiana de taxa de lucro, representada pela razão entre os lucros e o capital fixo.

$$[B.1] \quad r = \frac{P}{K}$$

Existe, no entanto, uma definição tipicamente Neoricardiana da taxa de lucro, em que esta é vista como o lucro sobre o capital total:

$$[B.2] \quad r = \frac{P}{K + W},$$

onde \underline{W} é a massa de salários ($W = w \cdot Y$).

Além disto, há uma definição geral (1) da taxa de lucro:

$$[B.3] \quad r = \frac{P}{K + J + F}$$

onde \underline{J} é o total de matérias-primas necessárias à produção e \underline{F} é o fundo de salários.

O objetivo deste apêndice é tentar diferenciar estes conceitos e examinar as implicações para os nossos modelos da utilização de fórmulas alternativas à Neokeynesiana.

Para nossa análise, eliminaremos de saída a variável \underline{J} , visto que trabalhamos com um modelo de indústrias verticalmente integradas. (2)

Nossa expressão geral fica, portanto, reduzida a:

$$[B.4] \quad r = \frac{P}{K + F}$$

Nesta expressão, a diferença entre a taxa Neokeynesiana e a Neoricardiana diz respeito, unicamente, ao fundo de salários (nulo no caso Neokeynesiano, e igual a toda a massa de salários, no caso Neoricardiano).

O tamanho do fundo de salários e, conseqüentemente, a definição adequada de taxa de lucro depende, em primeiro lugar, da relação entre o período contratual de trabalho (ou seja, o intervalo entre os pagamentos de salário) e o período de produção (ou o tempo necessário entre os trabalhadores começarem a trabalhar e um lote de produtos ficar pronto para ser comercializado).

Quanto a isto, há duas possibilidades: o período contratual pode ser maior ou menor do que o período de produção.

Além disso, depende também do momento em que os salários são pagos, o que pode ocorrer no início ou no final do período contratual de trabalho (se este for de um mês, por exemplo, os salários podem ser pagos no primeiro ou no último dia do mês).

Analisemos, inicialmente, o caso em que o período de produção é maior que o período de pagamento dos salários. Tomando o período de pagamento como unidade, o período de produção será igual a N períodos de pagamento. (3)

Se os salários forem pagos no início do período contratual, o fundo salarial necessário é igual ao total da massa de salários, isto é, todos os salários são pagos (em N parcelas) antes que a produção seja comercializada.

$$[B.5] \quad F = \left(\frac{1}{N} \cdot W \right) \cdot N, \quad F = W$$

.../...

Se os salários forem pagos no final do período contratual, os capitalistas só precisam ter um fundo suficiente para pagar $(N - 1)$ vezes a parcela $(1 / N)W$, da massa de salários, pois os salários do último período podem ser pagos com a receita advinda da produção; não necessitam, portanto, fazer parte do estoque de capital.

$$[B.6] \quad F = \left(\frac{N - 1}{N} \right) W$$

Passemos, agora, ao caso em que o período de produção é menor ou igual ao período de pagamento dos salários.

Se os salários forem pagos no início do período contratual, o fundo de salários será igual a toda a massa de salários, pois só se faz um pagamento inicial aos trabalhadores.

$$F = W$$

Se, ao contrário, o pagamento for realizado no final do período, o fundo de salários não será necessário, porque os salários poderão ser totalmente pagos com a receita obtida na comercialização do produto.

$$[B.7] \quad F = \emptyset$$

Estes casos estão relacionados no Quadro B.1, onde observam-se as quatro possibilidades que acabamos de examinar.

QUADRO B.1

=====

O FUNDO DE SALÁRIOS SOB HIPÓTESES ALTERNATIVAS

| PERÍODO DE PRODUÇÃO \ FORMA DE PAGAMENTO | EX-ANTE | EX-POST |
|--|----------------------|-------------|
| | Produção > Pagamento | W |
| Produção < Pagamento | W | \emptyset |

Diversos autores na tradição do excedente (ou Neoricardiana) fizeram suposições a respeito dos períodos de produção e da forma de pagamento dos salários.

Ricardo, por exemplo - porque pensava sobre uma economia agrícola - supôs que W era pago ex-ante e que o período de produção era maior do que o de pagamento; logo, achava que o fundo de salários era igual à massa de salários anual.

Marx, por sua vez, foi acusado de inconsistente por supor que os salários eram parte do capital, ao mesmo tempo em que criticava com sua usual veemência os que viam os salários como um adiantamento dos capitalistas aos trabalhadores. Vemos no quadro que isto é possível se se supõe (como, aparentemente, Marx o fazia) que os salários são pagos ex-post e que o período de produção é maior que o de contrato (o único erro de Marx seria, então, que o fundo de salários deve ser $(N-1/N) \cdot W$, e não W).

Por fim, Staffa escandalizou muita gente quando supôs o período de pagamento dos salários maior do que o período de produção e os salários pagos ex-post - o fundo de salários, no caso, é nulo.

Na realidade, ele não pretendia " mexer com o conceito tradicional de salário " e sim obter uma curva de lucros - salários linear para sua mercadoria - padrão. É pelo mesmo motivo prático que fizemos idênticas suposições em nosso modelo agregado.

Vejamos, agora, em que a definição ampliada de taxa de lucro afeta as fronteiras de lucros - salários Neoricardiana e Neokeynesiana utilizadas no texto. Para tanto, definiremos uma variável x que pode assumir os valores $(0, N - 1 / N, 1)$ e que, multiplicando a folha de salários, resultará no fundo de salários necessário, segundo as hipóteses vistas acima.

$$[B.8] \quad F = x.W$$

A fronteira Neoricardiana ou potencial fica assim modificada:

$$[B.9] \quad r = (1 - w) \frac{Y^*}{K + x.W}$$

$$r = (1 - w) \frac{Y^*}{K + x.w.Y^*}$$

É fácil constatar que não há nenhuma modificação importante. Se X é maior do que zero, a taxa de lucro máxima é mantida (Y^* / K), a mínima é igual a zero; somente as taxas intermediárias são menores, devido ao aumento do capital para o mesmo lucro potencial. (4)

No caso da fronteira Neokeynesiana ou efetiva, a fórmula do Capítulo III muda para:

$$[B.10] \quad r = \frac{P}{K + x.W} = \frac{A}{K+x.w.Y} = \frac{A}{K + x.w. \frac{A}{(1-w)}}$$

Aqui, os resultados obtidos se modificam sensivelmente, já que $\partial r / \partial w$ (que era igual a zero) é agora igual a:

$$\frac{\partial r}{\partial w} = \frac{-x.(A^2)}{[(1-w).K + x.w.A]^2} < 0$$

Uma vez introduzido o fundo de salários, a independência entre variações na parcela de lucros e na taxa de lucro só é mantida no caso em que x é zero.

Intuitivamente, o motivo é óbvio: a taxa de lucro é dada pela razão entre a massa de lucros e o estoque de capital. Mesmo quando a massa de lucros é dada exclusivamente pelo gasto capitalista (ver Apêndice A), um aumento na parcela dos salários na renda faz com que , para obter uma mesma massa de lucros, seja necessário pagar um montante de salários maior. Se os salários fazem parte do capital, a taxa de lucro cai.

Nossa conclusão assemelha-se bastante à do apêndice A. A taxa Neokeynesiana de lucro, que é útil por sua simplicidade, não deve ser a base para conclusões de caráter geral, como a de que é logicamente impossível, sem um apelo à Lei de Say, que um aumento da parcela dos salários no produto diminua a taxa de lucro - isto, mesmo nas condições especiais em que a massa não é afetada. (5)

NOTAS - APÊNDICE B

- (1) Ver Eatwell & Robinson (1973).
- (2) Sobre o significado da hipótese de integração vertical num contexto Kaleckiano ver Tavares (1979a), Cap. 1 e Jobim (1984). Para uma discussão no contexto Neoricardiano ver Pasinetti (1986).
- (3) Estamos supondo, por simplicidade, que N é um número inteiro, o que em nada afeta o argumento. Ver Harris (1981).
- (4) Todo o argumento deste apêndice até agora, procura apenas resumir alguns aspectos do excelente artigo de Harris (1981).
- (5) Sobre esta " impossibilidade lógica " ver Possas (1987), Capítulo 3.

APÊNDICE C - TENTATIVAS DE SÍNTESE

Vimos na Seção IV.2 a maneira tradicional de apresentar a questão da integração entre preços de produção e demanda efetiva, ou seja, o problema de compatibilizar as fronteiras Neoricardiana e Neokeynesiana de lucros e salários. Mostramos, também, como é impossível resolver a questão nos termos em que ela estava apresentada. Neste Apêndice, vamos fazer um breve comentário crítico sobre algumas tentativas de síntese entre teorias Neoricardianas e Neokeynesianas, propostas como solução para a questão da integração neste contexto tradicional.

Um primeiro grupo de autores argumenta que a fronteira Neokeynesiana é válida quando existe capacidade ociosa, enquanto a fronteira Neoricardiana vale quando a economia opera a plena capacidade. (1) Um segundo afirma que a fronteira Neoricardiana se aplicaria às economias limitadas pela oferta do capitalismo competitivo do século XIX, sendo a fronteira Neokeynesiana compatível com o capitalismo maduro e oligopolizado do nosso século. (2) Estas soluções, porém, evitam o problema ao invés de enfrentá-lo. Nenhuma das duas mostra que as fronteiras Neokeynesiana e Neoricardiana podem realmente ser integradas, e optam por usar uma ou outra, de acordo com a ocorrência ou não de capacidade ociosa (conjuntural ou estrutural) no sistema.

Contra a metade Neokeynesiana destas soluções pode-se argumentar que, mesmo no curto prazo e/ou no capitalismo oligopolizado moderno, o estado da distribuição de renda - ou seja, o nível das margens de lucro e seus determinantes - deve ter alguma importância na determinação da taxa de lucro da economia; a proposição central da maior parte dos modelos Neokeynesianos de inflação, in

clusive, baseia-se na relutância dos capitalistas (e trabalhadores) em aceitar reduções da sua parcela na renda.

Por outro lado, com relação à metade Neoricardiana, nunca é demais lembrar que mesmo na fase mais competitiva do capitalismo jamais existiu no mundo real algo parecido com a Lei de Say; não é, portanto, possível ignorar a questão da demanda efetiva.

Outro tipo de integração foi proposta por Marglin (1983). Nos termos da nossa análise, trata-se de um modelo " Híbrido ", no qual o salário real desejado pelos trabalhadores é determinado como no nosso Modelo de Ricardo (Neo-marxista na terminologia de Marglin), enquanto a parcela dos lucros no produto desejada pelos capitalistas é dada pelo nosso Modelo de Kaldor (Neokeynesiano, para o referido autor). A compatibilização entre a distribuição de renda desejada por capitalistas e trabalhadores e a efetivamente observada se dá através de um processo inflacionário, cujo resultado, em termos distributivos, vai depender do poder de barganha relativo de cada classe (definido como a capacidade de reajustar preços ou salários para se defender da inflação). Em geral, a parcela dos lucros realizada será maior do que a que os trabalhadores querem e menor do que a que os capitalistas desejam. Evidentemente, todas as críticas que fizemos aos Modelos de Kaldor e Ricardo se aplicam com ainda mais força a este modelo híbrido, que consegue sintetizar o que há de pior, tanto no Modelo de Ricardo (Lei de Say) quanto no de Kaldor (determinação das margens normais de lucro pelas decisões de gastos dos capitalistas). (3)

(1) Rowthron (1982), Goodwin (1983).

(2) Kaldor (1960), Steindl (1952), e de maneira menos explícita, Tavares (1976). Recentemente, Amadeo (1986) argumentou que o próprio Keynes partilhava deste tipo de visão.

(3) Para críticas a este modelo híbrido de Marglin, ver Dutt (1987), Nel (1986).

APÊNDICE D - A EQUAÇÃO DE CAMBRIDGE E SEUS CRÍTICOS

O modelo que chamamos acima de Modelo de Kaldor (seção III.3), é normalmente formalizado de uma maneira um pouco diferente da nossa. A diferença é que as hipóteses sobre os gastos capitalistas são diferentes mesmo na versão simplificada onde os trabalhadores não poupam. O caráter autônomo dos gastos em investimento é mantido, mas os gastos em consumo dos capitalistas são considerados induzidos a partir da suposição de que os capitalistas poupam uma percentagem $S_k < 1$ de seus lucros correntes, e consomem o resto.

Neste caso, em equilíbrio, teríamos a igualdade entre poupança (S) e investimento (I):

$$[D.1] \quad S = I$$

Mas, como só os capitalistas poupam, podemos reescrever a equação acima como:

$$[D.2] \quad s_k \cdot P = I$$

dividindo ambos os lados pelo estoque de capital:

$$[D.3] \quad s_k \cdot \frac{P}{K} = \frac{I}{K}$$

e, finalmente, chamando de g a taxa de acumulação (I/K):

$$[D.4] \quad r = \frac{g}{s_k}$$

A fórmula D.4, que mostra que a taxa de lucro depende da taxa de acumulação e da propensão a poupar dos capitalistas, é a chamada equação de Cambridge ou Fórmula Anglo - (Húngaro) - Italiana (Robinson - [Kaldor] - Pasinetti).

(1) O Modelo de Kaldor, expresso a partir desta fórmula, tem sido objeto da grande controvérsia desde a década de 60, não apenas entre Neoricardianos

e Neokeynesianos, mas também com os autores da tradição neoclássica ou marginalista. (2) Vamos examinar, rapidamente, três das principais críticas que lhe foram feitas.

Uma primeira crítica diz respeito ao suposto caráter tautológico da equação de Cambridge. Como esta parte da identidade macroeconômica onde poupança é igual a investimento, ela descreveria relações lógicas necessárias mas não poderia apresentar relações de causalidade nem ser refutada empiricamente, uma vez que é sempre verdadeira. Esta crítica (3) não tem nenhum fundamento. Como vimos na Seção III.3, o Modelo de Kaldor parte das hipóteses de determinação da produção pelo gasto a partir do princípio da demanda efetiva, dos diferenciais entre as propensões a poupar de capitalistas e trabalhadores, e de preços determinados exclusivamente pela demanda. Todas estas hipóteses implicam em relações de causalidade e podem ser refutadas através de evidência empírica. Quanto ao fato de que a teoria parte de uma identidade contábil, cabe ressaltar dois aspectos. Primeiro, a igualdade entre poupança e investimento é uma condição de equilíbrio entre demanda e oferta agregada, e não uma identidade. Segundo, mesmo que se tratasse de uma identidade, isto seria uma virtude e não um defeito do modelo (nenhum modelo macroeconômico causal rejeita a identidade $MV = P.Y$, por exemplo) denotando apenas sua consistência sem impedir que se postulem relações de causalidade, nem que estas relações sejam refutáveis por evidência empírica.

Outra crítica comum afirma que, como os lucros dependem da taxa de acumulação g , no caso em que a economia não estiver crescendo ($g = 0$) a taxa (e a parcela) de lucros seria zero. Assim, a teoria não se aplicaria a uma economia em " reprodução simples ", não sendo uma teoria geral. Esta crítica igualmente difundida (4), também não é muito relevante, uma vez que repousa exclusivamente na hipótese de que todo o consumo capitalista é induzido e, portanto, só o investimento é autônomo. Se o investimento for zero, gera zero de lu

cross que induzem a zero de consumo. Em nossa apresentação do Modelo de Kaldor, todos os gastos capitalistas são autônomos e uma situação de lucro zero só ocorreria se os capitalistas, além de não investir não consumissem absolutamente nada (nem para subsistência). Sem dúvida, a crítica é válida para a equação de Cambridge, e poderia ser reformulada como uma crítica ao fato de que, se os capitalistas não gastarem nada a teoria não vale; desta forma, porém, perderia muito de sua força (quantas teorias se aplicariam neste caso extremo?).

Existe ainda uma outra crítica, mais pertinente, que afirma que a taxa de acumulação (g) não pode ser objeto de decisão exógena dos capitalistas. O argumento é de que, como a taxa de acumulação é uma razão entre o fluxo de novos investimentos (I) e o estoque de capital (K), expressa a razão entre dois conjuntos normalmente (num modelo de mais de um produto) heterogêneos de bens de capital. O valor deste estoque e deste fluxo, e, portanto, a taxa de acumulação, só pode (neste caso) ser conhecido, depois de determinados os preços relativos dos diversos itens que os compõem. Como estes preços relativos, por sua vez, dependem da taxa de lucro, a taxa de acumulação não pode ser usada para determinar a taxa (ou parcela) de lucros sem que se caia num raciocínio circular. (5) Assim, ao postular que g determina a taxa e a parcela de lucros, esta teoria estaria incorrendo no mesmo tipo de recurso que tanto foi criticado pelos próprios Neokeynesianos durante a chamada controvérsia do capital.

Esta crítica é logicamente correta, mas tudo que ela significa afinal é que o modelo na forma da equação de Cambridge não pode ser usado fora de condições de crescimento equilibrado. Numa trajetória de crescimento equilibrado, como a economia cresce sempre nas mesmas proporções, o fluxo novo tem exatamente a mesma composição que o estoque antigo de capital, e, portanto, é possível definir a taxa de acumulação como um número puro, independente dos preços relativos e da distribuição.

Por outro lado, mesmo fora de trajetórias de " Steady-State " é possível evi-
tar esta crítica apresentando o modelo como fizemos acima, onde as decisões ca-
pitalistas digam respeito aos níveis de seus gastos em investimento e consumo,
e abandonar o raciocínio em termos de taxa de acumulação.

Procedendo desta maneira, o modelo mantém sua validade, e pode ser usado tanto
em situações que descrevem trajetórias de crescimento equilibrado, quanto fora
do " Steady-State ". (6)

A maneira pela qual o Modelo de Kaldor foi formalizado na Seção III.3, é mais
conveniente porque, ao evitar estas críticas a resultados ou aspectos particu-
lares do modelo, permite concentrar toda a atenção na crítica que nos parece
essencial e geral, que diz respeito à questão das margens de lucro flexíveis ,
determinada pela demanda.

(1) Ver (entre dezenas de outras exposições). Robinson (1967, 1971). Neste caso, a fórmula da parcela dos lucros torna-se $(1 - w) = (I/s_k) / Y^*$.

(2) Esta equação, e a sua generalização proposta por Pasinetti (1974), deu margem a um longo, confuso e ainda inacabado debate entre autores neoclássicos (seguindo o Modelo de Crescimento de Solow) e Neokeynesianos, que não será discutido aqui. Para referências e uma tentativa de resenha do início deste debate ver Harcourt (1972).

(3) Esta crítica é apresentada em Bliss (1975), Howard (1979), Tolipan (1979), Faccarello & Lavergne (1977), Nuti (1972), entre outros.

(4) Ver referências na nota anterior.

(5) Esta crítica foi apresentada por Ciccone (1986).

Neste apêndice, vamos discutir brevemente a relação entre a(s) teoria(s) da taxa de juros apresentada por Keynes na Teoria Geral (1) e a Teoria da Distribuição, sugerida por Sraffa e desenvolvida por Garegnani, na qual a taxa de juros determina a taxa de lucros (Seção III.5 acima).

Em várias passagens ao longo da Teoria Geral, Keynes explica que, embora a taxa de juros no curto prazo dependa da oferta e demanda de liquidez, a taxa de juros normal ou de longo prazo é determinada por fatores convencionais e institucionais (independentes do setor real da economia), e que estas convenções poderiam ser controladas até certo ponto pela política seguida pelas autoridades monetárias. Assim, a análise da preferência pela liquidez explica os desvios da taxa de juros de curto prazo em relação à normal (de longo prazo), determinada por estes fatores institucionais. (2)

Além disto, no Capítulo 16 deste livro Keynes apresenta a primeira versão coerente e completa do que chamamos de Modelo de Distribuição de Garegnani.

Neste Capítulo, Keynes utiliza as proposições:

a) igualdade das taxas de retorno no longo prazo; b) salários nominais exógenos; e, c) taxa de juros exógena e determinada exclusivamente por fatores monetários, para mostrar que a taxa de juros normal de longo prazo determina a taxa de lucro do setor real.

No Capítulo 17, no entanto, Keynes apresenta uma análise totalmente diferente e tenta explicar não os desvios de curto prazo, mas a própria taxa de juros

modelo como o de Garegnani. (4)

Esta idéia , entretanto, apresenta diversos problemas. Em primeiro lugar, é bastante discutível a compatibilidade entre as funções marginalistas de oferta e demanda a longo prazo (tanto de moeda ou ativos líquidos, quanto de bens de capital) e a noção de preços de produção.

Além disso, a derivação destas curvas de oferta e demanda por liquidez tem que ser feita sob as hipóteses de oferta de moeda exógena e de estado das expectativas de curto prazo (quanto ao curso futuro da própria taxa de juros e quanto aos preços futuros de diferentes ativos especulativos) dado. Por terem sido pensadas originalmente como determinantes de curto prazo da taxa de juros, estas curvas se deslocam continuamente ao longo do tempo. A curva de demanda se desloca e/ou muda de inclinação toda vez que mudam as expectativas. A curva de oferta também se desloca conforme mudanças nas decisões dos agentes financeiros ou na política monetária.

Esta instabilidade potencial só não se traduz em flutuações permanentemente erráticas da taxa de juros, porque a evidência histórica mostra que a oferta de liquidez é altamente endógena a longo prazo, pois aumentos permanentes na demanda por liquidez tendem a ser respondidos por aumentos na oferta de moeda ou por inovações financeiras (criação de quase-moedas). (5) O alto grau de endogeneidade da moeda torna questionável a aplicabilidade desta teoria no longo prazo, dado que (como em qualquer análise em termos de oferta e demanda) se a oferta de moeda aumenta toda vez que a demanda aumenta, a curva de demanda deixa de ter qualquer influência na determinação do preço - no caso, a taxa de juros. Independentemente de sua utilidade enquanto teoria para explicar as flutuações de curto prazo da taxa de juros, a teoria da preferência pela liquidez não pode ser usada como base de uma explicação estrutural para a taxa de juros normal ou de longo prazo. Em outras palavras, uma teoria do " preço de

mercado " do dinheiro não pode ser usada para determinar seu " preço natural ".
Por apresentar estas deficiências, e por seus fundamentos marginalistas serem
totalmente inadequados ao contexto dos preços de produção, a teoria da preferên
cia pela liquidez na forma como é apresentada por Keynes no Capítulo 17 é in
compatível com o Modelo de Garegnani, e não pode ser usada para fornecer a ex
plicação da taxa de juros normal de longo prazo que vai determinar a taxa de
lucro e a distribuição neste modelo. (6)

NOTAS - APÊNDICE E

(1) Keynes (1936).

(2) Keynes (1936), especialmente Capítulos 13 e 15.

(3) Ver Davidson (1972).

(4) Ver Kregel (1976a, 1983a, 1985) e Nell (1983).

Uma interpretação curiosa argumenta que o próprio Sraffa seguiria a teoria da preferência da liquidez exposta no Capítulo 17, e posteriormente faz críticas (corretas) a esta teoria e a seu uso no esquema de preços de produção (Tolipán (1979)). Não há, no entanto, a menor evidência de que Sraffa se guisse esta teoria de Keynes. Sabemos que Sraffa foi interpelado sobre qual seria sua teoria da taxa de juros duas vezes. A primeira em 1932, na réplica de Hayek à sua crítica (Sraffa (1932a)), que lhe pediu que definisse em qual teoria Sraffa acreditava. A resposta de Sraffa foi: " O Dr. Hayek vai me perdoar se eu não levar a sério sua pergunta " (Sraffa (1932.b)). A outra vez foi pessoalmente por Kregel. Dessa vez Sraffa, mais de quarenta anos depois, respondeu que a interpretação de Kregel " certamente estava no domínio do possível ". Aliás, um dos motivos pelo qual chamamos a teoria de que a taxa de juros determina a taxa de lucros de Modelo de Garegnani e não de Sraffa, foi evitar ter que descobrir o que Sraffa realmente disse ou que ria dizer.

(5) Sobre a endogeneidade da moeda, ver Kaldor (1981).

(6) Ver Panico (1985, 1988) para uma crítica aos fundamentos marginalistas da análise de Keynes no Capítulo 17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O ano que aparece em seguida ao nome do autor refere-se, quando possível, à data da edição original e o ano que aparece ao final da referência refere-se à edição utilizada.

AMADEO, E. 1985 , " Keynes's Principle of Effective Demand and its Relationship with Alternative Theories of Distribution and Accumulation ", tese de doutorado, Universidade de Harvard, Mimeo, 1985.

AMADEO, E. 1986a, " Crescimento, Distribuição e Utilização da Capacidade; Um modelo neo-steindliano, " Pesquisa e Planejamento Econômico ", V. 16, Nº 3, dezembro, 1986.

AMADEO, E. 1986b, " Ensaio sobre a Economia e Política de J. M. Keynes " , Texto para discussão PUC/RJ, Nº 142, Mimeo, 1986.

AMADEO, E. 1986c, " The Role of Capacity Utilization in Long Period Analysis' Political Economy, v.2, Nº 2, 1986.

AMADEO, E. 1987a, " Expectations in a Steady-State Model of Capacity Utilization ", Political Economy, v.3, nº 1, 1987.

AMADEO, E. 1987b, " Crescimento, Distribuição e Utilização da Capacidade: Um Modelo Neo-Steindliano - Réplica ", Pesquisa e Planejamento Econômico, v.17, nº 3, Dezembro, 1987.

AMADEO, E. & DUTT, A. 1987, " Os Keynesianos, Neo-Ricardianos e os Pós-Keynesianos ", Pesquisa e Planejamento Econômico, v.17, Nº 3, Dezembro, 1987.

ARAUJO, J. 1987, " Crescimento, Distribuição e Utilização da Capacidade: Um Modelo neo-steindliano- Comentários ", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 17, nº 3, Dezembro, 1987.

ARIDA, P. & LARA-RESENDE, A. 1985, " Recessão e taxa de juros: A economia brasileira no início dos anos 80 ", Revista de Economia Política, Janeiro-Março, 1985.

ASIMAKOPOULOS, A. 1985, " Keynes and Sraffa: Visions and perspectives " Political Economy, V. 1, Nº 2, 1985.

BACHA, E. 1982, " Introdução a Macroeconomia: Uma Perspectiva Brasileira ", Campus, 1982.

BAIN, J. 1956, " Barriers to New Competition ", Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1956.

BALTAR, P. & POSSAS M. 1981, " Demanda Efetiva e Dinâmica em Kalecki ", Pesquisa e Planejamento Econômico, v.11, nº 1, Abril, 1981.

BARRÈRE, A. (Editor) 1985, " Keynes Aujourd'hui: Théories et Politiques ", Econômica, 1985.

BELLUZZO, L. & TAVARES M. 1986 , " Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea " in REGO, J. (Editor), " Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado ", Paz e Terra, 1986.

BHADURI, A. & ROBINSON, J. 1980, " Accumulation and Exploitation; An Analysis in the Tradition of Marx, Kalecki and Sraffa ", Cambridge Journal of Economics, 1980.

BHARADWAJ, K. 1976, " Classical Political Economy and Rise to Dominance of Supply and Demand Theories ", Sangam Books, 1986.

BHARADWAJ, K. 1983, " On effective demand: Certain recent critiques ", in Kregel J. (Editor) (1983).

BHARADWAJ, K. 1985, " Sraffa's Return to Classical Theory: Change and Equilibrium ", Political Economy, v.1, n^o 2, 1985.

BLISS, C. 1975 " Capital Theory and the Distribution of Income ", North-Holland, 1985.

BRAGA, H. E MASCOLO, J. 1980, " A Influência do Tamanho sobre a Rentabilidade na Indústria Brasileira ", Revista Brasileira de Economia, v. 34, n^o 2, Abril/Junho, 1980.

BRIDEL, P. 1987, " Cambridge Monetary Thought ", Macmillan Press, 1987.

CHAMPERNOWNE, D. 1944, " A Note on J. V. Newman's Article on ' A Model of Economic Equilibrium ' ", Review of Economic Studies, n^o 1, 1944.

CICCONE, R. 1986, " Accumulation and Capacity Utilization: Some critical considerations on Joan Robinson's Theory of Distribution ", Political Economy v. 2, n^o 1, 1986.

CLIFTON, J. 1977 " Competition and the evolution of the Capitalist Mode of Production ", Cambridge Journal of Economics ", 1977.

..!..

146

COMMITERI, M. 1986, " Some comments on Recent Contributions on Capital Accumulation, Income Distribution and Capacity Utilization ", Political Economy, v.2, nº 2, 1986.

COWLING, K. 1981, " Oligopoly, Distribution and the Rate of the Profit ", European Economic Review, 15, 1981.

DAVIDSON, P. 1972, "Money and the Real World", Macmillan Press, 1972.

DOBB, M. 1973, "Theories of Value and Distribution Since Adam Smith", Cambridge University Press, 1973.

DORNEUSCH, R. & FISHER, S. 1978, Macroeconomia, Mc Graw-Hill do Brasil, 1982.

DUTT, A. 1984, " Stagnation, Income Distribution and Monopoly Power ", Cambridge Journal of Economics, v.8, 1984.

DUTT, A. 1987a , " Alternative Closures Again ", Cambridge Journal of Economics, 1987.

DUTT, A. 1987b, " Wage Rigidity and Unemployment: The Simple Diagrammatics of two views ", Journal of Post Keynesian Economics, v.9, nº 2, Winter, 1987.

EATWELL, J. 1977, " The Irrelevance of Returns to Scale in Sraffa's Analysis ", Journal of Economic Literature, v. 15, nº 1, March, 1977.

EATWELL, J. 1979 , "Theories of Value, Output and Employment " , Thames Papers on Political Economy, 1979 (Reimpresso em Eatwell & Milgate (1983)).

EATWELL, J. 1982, " Competition " , in Bradley I. & Howard M. (Editores) , " Classical and Marxian Political Economy" , Macmillan, 1982.

EATWELL, J. 1983, " The Long Period Theory of Employment " , Cambridge Journal of Economics, v.7, 1983.

EATWELL, J. & MILGATE, M. (Editores) 1983, " Keyne's Economics and the Theory of Value and Distribution " , Duckworth, 1983.

EATWELL, J. & MILGATE, M. 1983a , " Introduction in Eatwell, J. & Milgate, M. (Editores) (1983).

EATWELL, J. & MILGATE, M. 1983b., " Unemployment and the Market Mechanism " , in Eatwell, J. & Milgate, M. (Editores) (1983).

EATWELL, J. & ROBINSON, J. 1973 " Introdução a Economia , Livros Técnicos e Científicos Editora , 1978.

EICHNER, A. 1973 , " A Theory of the Determination of the Mark-up Under Oligopoly " , Economic Journal, v. 83, December, 1973.

EICHNER, R. & KREGEL, J. 1975 " An essay on Post-Keynesian Theory: A New Paradigm in Economics " , Journal of Economic Literature, v. 13, Nº 4, 1975.

FACCARELLO G. & LAVERGNE, P. 1977 " Une Nouvelle Approche en Economie Politique ? " in FACCARELLO & LAVERGNE (Editores), " Une Nouvelle Approche en Economie Politique ? Essays sur Sraffa ", Maspero, 1977.

FOLEY, D. 1985, " Say's Law in Marx and Keynes ", Cahier D'Economie Politique n° 10-11, 1985.

GAREGNANI, P. 1964-65 " Notes on Consumption, Investment and Effective Demand ", in EATWELL & MILGATE (Editores) (1983).

GAREGNANI, P. 1972 , " Sobre a Teoria da Distribuição e do Valor em Marx e nos Economistas Clássicos " in GAREGNANI, P. et Alii ". " Progresso Técnico e Teoria Econômica "; Hucitec-Unicamp, 1980.

GAREGNANI, P. 1976, " On a Change in the Notion of Equilibrium in Recent Work on Value and Distribution " in EATWELL & MILGATE (Editores) (1983).

GAREGNANI, P. 1978 , " Changes and Comparisons ", paper presented in the Joan Robinson Memorial, Barnard College, 1983 (versão em italiano em GAREGNANI , P. " Valore e Domanda Efetiva ", Einaudi, 1979).

GAREGNANI, P. 1979, " A Reply to Joan Robinson: ", Cambridge Journal of Economics, v. 3, 1979 (reimpresso em EATWELL & MILGATE (1983)).

GAREGNANI, P. 1981 " Marx e Gli Economisti Classici ", Einaudi, 1981.

GAREGNANI, P. 1983a, " The Classical Theory of Wages and the Role of Demand Schedules in the Determination of Relative Prices ", American Economic Review, v. 73 n° 2, May, 1983.

GAREGNANI, P. 1983b, " Two Routes to Effective Demand " in KREGEL (Editor), (1983).

.../...

149

- GAREGNANI, P. 1985, " Sraffa: Classical Versus Marginalist Analysis ", paper presented at the Sraffa conference, Florence, 1985.
- GOODWIN, R. 1983, " A Note on Wages, Profits and Fluctuating Growth Rates ", Cambridge Journal of Economics, 1983.
- GUIMARÃES, E. 1981, " Uma Teoria de Lucros, de Adrian Wood - Resenha ", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 11, nº 1, Abril, 1981.
- HAHN, F. 1975 " The Revival of Political Economy: The Wrong Issues and the Wrong Argument ", Economic Record, v. 51, nº 135, 1975.
- HAHN, F. 1982, " The Neoricardians ", Cambridge Journal of Economics ", 1982.
- HAHN, F. 1984, " Equilibrium and Macro Economics ", Blackwell, 1984.
- HAHN, F. 1984a, " General Equilibrium Theory " in Hahn (1984).
- HAHN, F. 1984b, " On the Notion of Equilibrium in Economics ", in Hahn (1984).
- HAHN, F. 1984c, " Expectations and Equilibrium ", in Hahn (1984).
- HARCOURT, G. 1972, " Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital " Cambridge University Press, 1972.
- HARRIS, D. 1981, " On the Timing of Wage Payments ", Cambridge Journal of Economics, 1981.
- HARROD, R. 1939, " An Essay in Dynamic Theory ", Economic Journal, v. 49, 1939.
- HICKS, J. 1939, Valor e Capital, Abril Cultural, 1984.
- HICKS, J. 1956, " Methods in Dynamic Analysis " in Hicks (1982).

HICKS, J. 1965, "Capital and Growth", Oxford University Press, 1965.

HICKS, J. 1974 "The Crisis in Keynesian Economics", Blackwell, 1974.

HICKS, J. 1976, "Time in Economics", in Hicks (1982).

HICKS, J. 1979, "Causality in Economics", Blackwell, 1979.

HICKS, J. 1982, "Money, Interest and Wages", Harvard University Press, 1982.

HICKS, J. 1986, "Methods of Economic Dynamics", Clarendon Press, 1986.

HOWARD, M. 1979, "Teorias Modernas da Distribuição de Renda", Zahar, 1981.

JOBIM, A. 1984, "A Macrodinâmica de Michal Kalecki", Graal, 1984.

KAHAN, R. 1959, "Exercises in the Analysis of Growth", Oxford Economic Papers, v. 11, 1959.

KALDOR, N. 1955, "Alternative Theories of Distribution", Review of Economic Studies, 1955.

KALDOR, N. 1957, "A Model of Economic Growth", in Kaldor (1960a).

KALDOR, N. 1960, "Capitalist Evolution in the Light of Keynesian Economics", in Kaldor (1960a).

KALDOR, N. 1960a, "Essays on Economic Stability and Growth", Duckworth, 1960.

..!..

151

- KALDOR, N. 1966, " Marginal Productivity and the Macro Economic Theories of Distribution ", Review of Economic Studies. v. 33, 1966.
- KALDOR, N. 1980, " Monetarism and UK Monetary Policy ", Cambridge Journal of Economics, 1980.
- KALDOR, N. 1985, " Le Rôle de la Demande Effective Dans le Court et le Long Terme ", in Barrère (Editor) (1985).
- KALECKI, M. 1940, " The Supply Curve of an Industry Under Imperfect Competition ", Review of Economic Studies, 1940.
- KALECKI, M. 1954, " Teoria da Dinâmica Econômica ", in Kalecki / Sraffa / Robinson, os economistas / Ed. Abril, 1983.
- KALECKI, M. 1962, " Observations on the Theory of Growth ", Economic Journal, March, 1962.
- KALECKI, M. 1971, " Luta de Classe e Distribuição da Renda Nacional ", in Kalecki (1977).
- KALECKI, M. 1977, " Crescimento e Ciclo nas Economias Capitalistas ", Hucitec - UNICAMP, 1977.
- KEYNES, J. 1930 " A Treatise on Money ", Macmillan Press, 1930.
- KEYNES, J. 1936 , " A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro ", Os Economistas / Ed. Abril, 1983.

- KREGEL, J. 1971, " Rate of Profit, Distribution and Growth: Two Views ", Macmillan Press, 1971.
- KREGEL, J. 1976a, " Sraffa et Keynes: Le Taux d'Interet et le Taux de Profit Cahier d'Economie Politique, 3, 1976.
- KREGEL, J. 1976b, " Economic Methodology in the Face of Uncertainty ", Economic Journal, June, 1976.
- KREGEL, J. (Editor) 1983, " Distribution, Effective Demand and International Economic Relations " , Macmillan, 1983.
- KREGEL, J. 1983a , " Effective Demand: Origins and Development of the Notion ", in Kregel (Editor) (1983).
- KREGEL, J. 1985 , " Le Multiplicateur et la Preference pour la Liquidité: Deux Aspects de la Theorie de la Demande Effective ", in Barrère (Editor), (1985).
- LABINI, P. 1956, " Oligopólio e Progresso Técnico ", Forense Universitária, 1980.
- LERNER, A. 1934, " The Concept of Monopoly and the Measurement of Monopoly Power ", Review of Economic Studies, 1934.
- MAGNANI, N. 1983, " Keynesian Fundamentalism: A Critique " in Eatwell & Milgate (Editores) (1983).

MARGLIN, S. 1984a , " Growth, Distribution and Prices ", Harvard University Press, 1984.

MARGLIN, S. 1984b, " Marx and Keynes ": A Centennial Synthesis ", Cambridge Journal of Economics, June, 1984.

MARX, K. 1867, " O Capital: Volume I " , Os Economistas / Ed. Abril, 1983.

MAURISSON, P. 1984, " Une Analyse Typologique des Modeles Non-Neo-Classiques a des Variables de la Repartition ", Cahier d'Economie Politique, 9, 1984.

MILGATE, M. 1979, " On the Origin of the Notion of ' Intertemporal Equilibrium ' ", Economica, 1979.

MILGATE, M. 1982, " Capital and Employment ", Academic Press, 1982.

MINSKY, H. 1975, John Maynard Keynes, Columbia University Press, 1975.

NELL, E. 1983 " Keynes after Sraffa " in Kregel (Editor) (1983).

NELL, E. 1986 " Jean Baptiste Marglin ", Cambridge Journal of Economics, 1986.

NUTI, D. 1972 " Vulgar Economy in the Theory of Distribution " in Hunt K. & SCHWARTZ J. (Editores) " A Critique of Economic Theory ", Penguin, 1972.

PANICO, C. 1980, " Marx's Analysis of the Relationship Between the Rate of Interest and the Rate of Profits ", Cambridge Journal of Economics, v.4 , 1980 (reimpresso em EATWELL & MILGATE (1983)).

.../...

PANICO, C. 1985, " Market Forces and the Relationship Between the Rates of Interest and Profits ", Contributions to Political Economy, v. 4, 1985.

PANICO, C. 1988 " Interest and Profit in the Theories of Value and Distribution ", Macmillan Press, 1988.

PARGUEZ, A. 1985, " La Théorie Generale: La Revolution Inachevée dans la Théorie du Capital e de la Monnaie ", in Barrère (Editor) (1985).

PASINETTI, L. 1974, " Crescimento e Distribuição de Renda ", Zahar, 1979.

PASINETTI, L. 1986, " Sraffa's Circular Process and the Concept of Vertical Integration ", Political Economy, v. 2, nº 1, 1986.

PATINKIN, D. 1948, " Price Flexibility and Full Employment ", American Economic Review, 1948.

PIORE, M. (Editor) 1979, " Unemployment and Inflation: Structuralist and Institutional Views ", M. E. Sharpe, 1979.

PIVETTI, M. 1985, " On the Monetary Explanation of Distribution ", Political Economy, v. 1, nº 2, 1985.

POSSAS, M. 1985, " Estruturas de Mercado em Oligopólio ", Hucitec, 1985.

POSSAS, M. 1987, " Dinâmica da Economia Capitalista: Uma Abordagem Teórica " Editora Brasiliense, 1987.

.../...

PRESSER, M. 1981, " The Megacorp and Oligopoly, de Alfred Etchner - Resenha ",
Pesquisa e Planejamento Economico, v. 11 nº 1, Abril, 1981.

RICARDO, D. 1815, " Ensaio sobre os Lucros " in NAPOLEONI, C. SMITH, RICARDO
E MARX, Graal, 1979.

RICARDO, D. 1817, " Princípios de Economia Política e Tributação ", Os Econo-
mistas / Ed. Abril, 1983.

ROBINSON, J. 1962, " Ensaio sobre a Teoria do Crescimento Econômico " ,
in KALECKI / SRAFFA / ROBINSON, os Economistas / Ed. Abril, 1983.

ROBINSON, J. 1967, " Growth and the Theory of Distribution ", in Robinson
(1979).

ROBINSON, J. 1971, " Economic Heresies ", Basic Books, 1971.

ROBINSON, J. 1974, " História Versus Equilíbrio ", in Robinson (1978).

ROBINSON, J. 1975, " The Unimportance of Reswitching ", in Robinson (1979).

ROBINSON, J. 1977, " O Significado do Capital ", in Robinson (1978).

ROBINSON, J. 1978a, " Keynes and Ricardo " in Robinson (1979).

ROBINSON, J. 1978b, " Contribuições à Economia Moderna ", Zahar, 1979.

ROBINSON, J. 1979, " Collected Economic Papers - Volume V ", Blackwell,
1979.

.../...

156

RONCAGLIA, A. 1978, " Sraffa and the Theory of Prices ", John Wiley & Sons, 1978.

ROWTHORN, R. 1979, " Demand, Real Wages and Economic Growth ", Thames Papers on Political Economy, 1979.

ROWTHORN, R. 1980, " A Teoria Marxista dos Salários ", in ROWTHORN, R. " Capitalismo, Conflito e Inflação ", Zahar, 1982.

SCHEFOLD, B. 1980, " Von Newman and Sraffa: Mathematical Equivalence and Conceptual Difference ", Economic Journal, v. 90, March, 1980.

SCHEFOLD, B. 1985, " On Changes in the Composition of Output ", Political Economy, v.1 nº 2, 1985.

SEMLER, W. 1984, " Competition, Monopoly and Differential Profit Rates ", Columbia University Press, 1984.

SEN, A. 1970, " Introduction " in SEN, A. (Editor), " Growth Economics ", Penguin, 1970.

SERRANO, F. 1986, " Inflação Inercial e Desindexação Neutra " in REGO J. (Editor) " Inflação Inercial, Teorias da Inflação e o Plano Cruzado ", Paz e Terra, 1986.

SHACKLE, G. 1972, " Epistemics & Economics ", Cambridge University Press, 1972.

.../...

SOUZA, P. e TAVARES, M. 1981, " Emprego e Salários na Indústria ", Revista de Economia Política, v. 1 nº 1, 1981.

SRAFFA, P. 1932a, " Dr. Hayek on Money and Capital ", Economic Journal, March, 1932.

SRAFFA, P. 1932b, " A Rejoinder ", Economic Journal, June, 1932.

SRAFFA, P. 1960, " Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias ", in KALECKI / SRAFFA / ROBINSON, os Economistas / Ed. Abril, 1983.

STEINDL, J. 1952, " Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano ", os Economistas / Ed. Abril, 1983.

STEINDL, J. 1976, " Stagnation Theory and Stagnation Policy ", Cambridge Journal of Economics, 1976.

STEINDL, J. 1985, " Distribution and Growth ", Political Economy, v. 1, nº 1, 1985.

TAVARES, M. 1976, " Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil ", Tese de Livre Docência, FEA / UFRJ, Mimeo, 1976.

TAVARES, M. 1979a, Ciclo e Crise, Tese de Professora Titular da FEA / UFRJ, Mimeo, 1979.

TAVARES, M. 1979b, " Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardios y Periféricos ", Texto para Discussão Nº 94, IEI / UFRJ, Maio, 1986.

TAYLOR, L. 1985, " A Stagnationist Model of Economic Growth ", Cambridge Journal of Economics, v. 9, 1985.

TOLIPAN, R. 1979, " Capital e Taxa de Juros em Sraffa ", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 9, nº 2, Agosto, 1979.

VIANELLO, F. 1985, " The Pace of Accumulation ", Political Economy, v. 1, nº 1, 1985.

VON NEWMAN, J. 1944, " A Model of General Economic Equilibrium ", Review of Economic Studies, nº 1, 1944.

WOOD, A. 1975, " Uma Teoria dos Lucros ", Paz e Terra, 1980.

FS/dcb